


088

**Relatório
Económico**

Económico

GRUPO ISOLUX CORSÁN, S.A. E SOCIEDADES CONTROLADAS

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e relatório de gestão de 2011



O presente documento é uma tradução livre do relatório das demonstrações financeiras originalmente emitido em língua espanhola. Se houver discrepância entre versões, prevalecerá sempre a versão Espanhola

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do Grupo Isolux Corsán, S.A.

1. Efetuamos a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Isolux Corsán, S.A. (a Sociedade dominante) e sociedades controladas (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, a demonstração de resultados consolidada, o mapa de receitas e despesas reconhecidas consolidado, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, correspondentes ao exercício anual terminado na data referida. Conforme se indica na Nota 2.1 do anexo consolidado junto, os Administradores da Sociedade dominante são responsáveis pela formulação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia, e com as restantes disposições do âmbito normativo de informação financeira aplicáveis ao Grupo. A nossa responsabilidade consiste em manifestar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas no seu conjunto, baseada no trabalho realizado de acordo com as normas reguladoras da actividade de auditoria de contas vigentes em Espanha, que requerem o exame, através da realização de provas selectivas, dos elementos justificativos das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação de se a sua apresentação, os princípios e critérios contábeis aplicados e as estimativas realizadas estão de acordo com o âmbito normativo de informação financeira aplicável.
2. Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2011 anexas apresentam, em todos os aspectos significativos, uma imagem verdadeira e apropriada do capital consolidado e da situação financeira consolidada do Grupo Isolux Corsán, S.A. e sociedades controladas em 31 de Dezembro de 2011, assim como dos resultados consolidados das suas operações e dos seus fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual fechado na data referida, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia, e as restantes disposições do âmbito normativo de informação financeira aplicáveis.
3. O relatório de gestão consolidado do exercício de 2011 anexo contém as explicações que os Administradores da Sociedade dominante consideram oportunas sobre a situação do Grupo Isolux Corsán, S.A. e sociedades controladas, a evolução dos seus negócios e sobre outros assuntos e não faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Verificámos que a informação contábil contida no referido relatório de gestão consolidado coincide com a das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2011. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos contábeis do Grupo Isolux Corsán, S.A. e sociedades controladas.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L.

Original assinado em língua espanhola

Fernando Chamosa
Sócio – Auditor de Contas

10 de Abril de 2012

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L., Torre PwC, Pº de la Castellana 259 B, 28046 Madrid, España
Tel.: +34 915 684 400 / +34 902 021 111, Fax: +34 913 083 566, www.pwc.com/es

R. M. Madrid, hoja 07 259-1, tomo 75, tomo 9 287, libro 6 084, sección 3ª
Inscrita en el R.O.A.C. con el número 62242 - C.I.F. 6-78 031290

Nota	Página
	Balanço patrimonial consolidado 142
	Demonstração do resultados consolidados 144
	Demonstração do resultado abrangente consolidado 145
	Demonstração das variações no patrimônio líquido 146
	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa 148
	Relatório das Demonstrações Financeiras Consolidadas 151
1	Informação geral 151
2	Resumo das principais políticas contábeis 153
2.1.	Bases de preparação 153
2.2.	Princípios de consolidação 155
2.3.	Transações em moeda estrangeira 157
2.4.	Imobilizado corpóreo 158
2.5.	Investimentos imobiliários 159
2.6.	Ativos intangíveis 159
2.7.	Ativos concessionados e outross Imobilizados afetos a projetos 160
2.8.	Custos de juros 161
2.9.	Impairment de ativos não financeiros 162
2.10.	Ativos financeiros 162
2.11.	Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge 164
2.12.	Estoques 165
2.13.	Contas a receber de clientes e demais contas a receber 165
2.14.	Caixa e equivalentes de caixa 165
2.15.	Capital social 165
2.16.	Receita diferida 166
2.17.	Fornecedores e outras obrigações 166
2.18.	Instrumentos financeiros compostos 166
2.19.	Empréstimos bancários 166
2.20.	Impostos correntes e diferidos 167
2.21.	Benefícios a empregados 167
2.22.	Provisões 168
2.23.	Reconhecimentos da receita 168
2.24.	Arrendamentos 171
2.25.	Ativos não circulantes (ou grupo de alienação) mantidos para a venda 172
2.26.	Distribuição de dividendos 172
2.27.	Meio ambiente 172
2.28.	Resultado operacional 172
2.29.	Ativos biológicos 172
2.30.	Informação financeira por segmentos 172
3	Gestão do risco financeiro 173

4	Estimativas e julgamentos contábeis 179
5	Informação financeira por segmentos 182
6	Imobilizado corpóreo 186
7	Goodwill e outros ativos intangíveis 188
8	Ativos concessionados e outros Imobilizados afetos a projetos 192
9	Investimentos em sociedades por equivalência patrimonial 197
10	Investimentos financeiros 199
11	Instrumentos financeiros derivativos 200
12	Contas a receber de clientes e demais contas a receber 205
13	Estoques 207
14	Caixa e equivalentes de caixa e Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado 208
15	Capital social, prêmio de emissão e reserva legal 209
16	Diferenças acumuladas de conversão 210
17	Lucros acumulados e participação dos não controladores 211
18	Fornecedores e outras obrigações 213
19	Empréstimos bancários 215
20	Impostos diferidos 219
21	Provisões para outras obrigações e encargos 223
22	Receitas/ Vendas 224
23	Materiais consumidos e outros custos externos 224
24	Outras receitas e despesas 224
25	Despesas de benefícios a empregados 225
26	Arrendamentos operacionais 226
27	Receitas e despesas financeiras 227
28	Despesa de imposto de renda e contribuição social 228
29	Lucro por ação 230
30	Dividendos por ação 230
31	Compromissos, contingências e garantias concedidas 231
32	Combinação de negócios 232
33	Transações com partes relacionadas 235
34	Pagamentos baseados em ações 242
35	Joint Ventures 243
36	União temporárias de empresas (UTES) 244
37	Meio ambiente 246
38	Eventos subsequentes 246
39	Honorários de auditores de contas 246
	Anexo I 247
	Anexo II 255
	Anexo III 256
	Anexo IV 257

Balanço patrimonial consolidado

(em milhares de euros)

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
ATIVO			
Ativo não circulante			
Imobilizado corpóreo	6	190.359	203.834
Goodwill	7.1	577.436	487.114
Ativos intangíveis	7.2	24.889	66.509
Investimentos imobiliários		14.574	-
Ativos intangíveis afetos a projetos	8.1	2.451.377	1.400.922
Outros imobilizados afetos a projetos	8.2	1.488.601	252.201
Investimentos em sociedades por equivalência patrimonial	9	34.634	178.996
Investimentos financeiros	10	10.956	11.512
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12	124.759	69.093
Imposto diferido ativo	20	232.618	115.886
Instrumentos financeiros derivativos	11	1.155	4.287
		5.151.358	2.790.354
Ativo circulante			
Estoques	13	357.725	427.860
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	12	1.886.931	1.941.875
Instrumentos financeiros derivativos	11	6.201	4.710
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.2	14.447	2.300
Caixa e equivalentes de caixa	14.1	674.366	937.555
		2.939.670	3.314.300
Total do ativo		8.091.028	6.104.654

As notas 1 a 39 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço patrimonial consolidado

(em milhares de euros)

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido capital e reservas atribuíveis aos acionistas da controladora			
Capital social	15	17.463	17.463
Prêmio de emissão	15	468.413	469.163
Reserva legal	15	10.564	8.207
Reserva de hedge	11	(60.741)	(36.316)
Diferenças acumuladas de conversão	16	(30.262)	38.119
Prejuízos acumulados	17	197.558	199.710
		602.995	696.346
Participação dos não controladores	17	293.318	74.728
Total do patrimônio líquido		896.313	771.074
PASSIVO			
Passivo não circulante			
Empréstimos	19	929.930	877.564
Financiamento de projetos	8.3	2.257.823	1.012.530
Instrumentos financeiros derivativos	11	174.359	47.647
Imposto diferido passivo	20	142.879	66.752
Provisões para outras obrigações e encargos	21.1	47.060	47.167
Outras contas a pagar	18	418.897	41.028
		3.970.948	2.092.688
Passivo circulante			
Empréstimos	19	449.058	372.804
Financiamento de projetos	8.3	358.342	222.480
Fornecedores e outras contas a pagar	18	2.303.064	2.559.171
Imposto corrente passivo		28.224	21.779
Instrumentos financeiros derivativos	11	24.400	12.559
Provisões para outras obrigações e encargos	21.2	60.679	52.099
		3.223.767	3.240.892
Total do passivo		7.194.715	5.333.580
Total do Passivo e patrimônio líquido		8.091.028	6.104.654

As notas 1 a 39 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração de resultados consolidada

(em milhares de euros)

	Nota	Exercício finalizado em 31 de dezembro	
		2011	2010
Receita operacional		3.371.940	3.239.786
Receitas / Vendas	22	3.200.700	3.188.740
Outras receitas operacionais	24	55.166	44.995
Variação de estoque		(2.331)	5.034
Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado		118.405	1.017
Despesas operacionais		(3.106.047)	(3.032.084)
Materiais consumidos e outras despesas externas	23	(2.251.624)	(1.864.095)
Despesa de benefícios a empregados	25	(378.925)	(379.270)
Amortizações e custos por perdas de imparidade	6, 7, 8 y 2.5	(119.169)	(86.692)
Alteração de provisões de operações comerciais		(7.672)	(16.804)
Outras despesas operacionais	24	(348.657)	(685.223)
Resultado operacional		265.893	207.702
Despesas financeiras	27	(300.810)	(171.743)
Receitas financeiras	27	83.530	56.022
Resultado financeiro líquido	27	(217.280)	(115.721)
Participação nos lucros (prejuízos) de sociedades por equivalência patrimonial	9	(15.787)	(7.072)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.826	84.909
Imposto de renda e contribuição social	28	(27.350)	(20.949)
Lucro líquido do exercício		5.476	63.960
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		24.069	63.155
Participação dos não controladores	17	(18.593)	805
		5.476	63.960
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício – Básicos e diluídos (Euros por ação)	29	0,27	0,72

As notas 1 a 39 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente consolidado correspondente aos exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(em milhares de euros)

	Nota	Exercício finalizado em 31 de dezembro	
		2011	2010
Lucro/(Perda) do exercício		5.476	63.960
Outros lucros abrangentes:			
Variação devida à conversão das demonstrações financeiras no estrangeiro	16	(76.489)	34.819
Variação no valor justo de hedges de fluxos de caixa	11	(109.179)	(54.609)
- Efeito fiscal	20	33.987	15.245
Transferência de hedges de fluxos de caixa para o resultado	11	20.897	21.952
- Efeito fiscal	20	(6.269)	(6.545)
Hedges de fluxos de caixa líquidos		(60.564)	(23.957)
Prejuízo abrangente do período atribuível a:		(131.577)	74.822
Acionistas da Controladora		(101.459)	68.129
Participação dos não controladores		(30.118)	6.693

As notas 1 a 39 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das variações do património líquido - Exercício 2011

(em milhares de Euros)

	Atribuíveis aos acionistas da controladora						Participações no dominantes (Nota 17)	Total Património Líquido
	Capital Social (Nota 15)	Prémio de emissão (Nota 15)	Reserva Legal (Nota 15)	Reserva de hedge (Nota 11)	Diferença acumulada de conversão (Nota 16)	Lucros acumulados (Nota 17)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.463	469.163	8.207	(36.316)	38.119	199.710	74.728	771.074
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	24.069	(18.593)	5.476
Hedges de Fluxos de caixa líquidos	-	-	-	(57.147)	-	-	(3.417)	(60.564)
Diferenças de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	(68.381)	-	(8.108)	(76.489)
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	(57.147)	(68.381)	-	(11.525)	(137.053)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(57.147)	(68.381)	24.069	(30.118)	(131.577)
Outras movimentações (Incentivos; líquidos efeito fiscal)	-	-	-	32.722	-	5.386	248.708	286.816
Distribuição do resultado de 2010 (Nota 17)	-	(750)	2.357	-	-	(31.607)	-	(30.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.463	468.413	10.564	(60.741)	(30.262)	197.558	293.318	896.313

As notas 1 a 39 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das variações do património líquido - Ejercicio 2010

(em milhares de Euros)

	Atribuíveis aos acionistas da controladora						Participação dos não controladores (Nota 17)	Total Património Líquido
	Capital Social (Nota 15)	Prémio de emissão (Nota 15)	Reserva Legal (Nota 15)	Reserva de hedge (Nota 11)	Diferença acumulada de conversão (Nota 16)	Lucros acumulados (Nota 17)		
Saldo em 1 de dezembro de 2009	17.463	469.763	5.850	(13.663)	10.492	183.088	52.457	725.450
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	63.155	805	63.960
Hedges de Fluxos de caixa Líquidos	-	-	-	(22.653)	-	-	(1.304)	(23.957)
Diferenças de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	27.627	-	7.192	34.819
Total de outros resultados abrangentes	-	-	-	(22.653)	27.627	-	5.888	10.862
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(22.653)	27.627	63.155	6.693	74.822
Outras movimentações (Incentivos; líquidos efeito fiscal) (Nota 34)	-	-	-	-	-	(19.266)	-	(19.266)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(1.510)	15.578	14.068
Distribuição do resultado de 2009 (Nota 17)	-	(600)	2.357	-	-	(25.757)	-	(24.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.463	469.163	8.207	(36.316)	38.119	199.710	74.728	771.074

As notas 1 a 39 da memória e Anexos I a IV fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração de fluxos de caixa consolidados

(Em milhares de Euros)

	Notas	Exercício finalizado em 31 de dezembro	
		2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos		32.826	84.909
Ajustes para:			
- Amortizações e perdas por impairment	6,7,8 y 2.5	119.169	86.692
- Alterações das previsões de operações comerciais		7.672	16.804
- Lucros na venda de imobilizados corpóreos afetos a projetos	24	-	(26.562)
- Valor recebido pela venda de imobilizado		687	-
- Participação no resultado de sociedades por equivalência patrimonial	9	15.787	7.072
- Resultado financeiro líquido	27	217.280	115.721
- Remuneração financeira ativos concessionados atribuídos a projetos	8.1	(71.044)	-
- Outros ajustes ao resultado	24	(4.533)	-
Subtotal		285.018	199.727
Variação no capital circulante:			
- Estoques		64.226	(79.893)
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber		61.124	(306.058)
- Ativos financeiros ao valor justo com alterações nos resultados		(14.119)	(1.796)
- Fornecedores e outras obrigações		(257.505)	318.774
- Provisões para outras obrigações e encargos		911	14.139
- Outras variações		-	(4.303)
Caixa gerado nas operações		172.481	225.499
- Impostos pagos		(28.922)	(16.997)
Caixa líquido (Fluxo) gerado pelas atividades operacionais		143.559	208.502
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
- Saída líquida de caixa por combinações de negócios	32	(60.869)	-
- Aquisição de imobilizado incorpóreo e de ativos intangíveis		(21.599)	(46.615)
- Receitas pela venda de imobilizado e de ativos intangíveis		3.789	1.415
- Aquisição de imobilizado afetos a projetos		(1.019.949)	(506.019)
- Variação líquida de outras contas a pagar a longo prazo		16.930	-
- Receitas por venda de imobilizados afetos a projetos		-	256.535
- Aquisição e inv. em sociedades por equivalência patrimonial		(3.035)	(1.374)
- Variação líquida de outras contas a receber		(7.440)	(6.061)
- Juros recebidos e outras receitas financeiras		47.027	2.002
Caixa líquida aplicada nas atividades de investimento		(1.045.146)	(300.117)

	Notas	Exercício finalizado em 31 de dezembro	
		2011	2010
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
- Obtenção de empréstimos bancários		275.421	467.030
- Restituição de empréstimos bancários		(77.943)	(124.616)
- Receitas de financiamento de projetos		652.730	505.863
- Reembolso de financiamento de projetos		(104.843)	(58.037)
- Outros instrumentos de dívida		43.135	-
- Juros pagos		(246.638)	(161.718)
- Contribuições participação dos não controladores		128.711	-
- Dividendos pagos		(30.000)	(24.000)
Caixa líquida (aplicada nas) gerada pelas atividades de financiamento		640.573	604.522
Variação líquida de caixa e equivalentes a caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		937.555	420.778
Diferenças cambiais incluídas na variação líquida do exercício		(2.175)	3.870
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.1	674.366	937.555

As notas 1 a 39 do Relatório e dos Anexos I a IV são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Relatório das demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Euros)

1

Informação geral

O GRUPO ISOLUX CORSÁN, S.A. (em adiante a Sociedade) é uma sociedade que no fim do exercício 2011 conta com um grupo (em adiante o Grupo), formado por: Grupo Isolux Corsán, S.A., sociedade dominante, e as suas controladas e coligadas. Adicionalmente, o Grupo participa junto com outras entidades ou partícipes em negócios conjuntos, bem como em uniões temporárias de empresas (adiante UTE's). Os Anexos I, II, III e IV a estas notas incluem informação adicional relativa às entidades incluídas no perímetro de consolidação. As empresas do Grupo têm participações inferiores a 20% do capital em outras entidades sobre as quais não têm influência significativa, com exceção do que se explica na nota 9. O Grupo tem as suas atividades e vendas principais na Espanha e América Latina, e encontram-se em fase de expansão em diversos países da Ásia, da África e da América do Norte.

Para o efeito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, entende-se que existe um grupo quando a dominante dispõe de uma ou mais entidades controladas, sobre as quais detém o controlo, de forma direta ou indireta. Os princípios aplicados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, bem como o perímetro de consolidação, constam na Nota 2.2.

No Anexo I a estas notas constam os dados de identificação das sociedades controladas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de integração global.

No Anexo II a estas notas constam os dados de identificação das entidades associadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de participação.

No Anexo III a estas notas constam os dados de identificação dos negócios conjuntos incluídos no perímetro de consolidação pelo método de integração proporcional.

Por outro lado, tanto a Sociedade dominante quanto certas sociedades controladas participam em UTEs, sendo incluídas nas respetivas sociedades os dados correspondentes às UTEs através da integração proporcional dos saldos de ativos, passivos, despesas e receitas. No Anexo IV inclui-se uma discriminação das UTEs nas quais participam as sociedades do Grupo.

As variações no perímetro de consolidação que tiveram lugar no decorrer do exercício 2011 são as seguintes:

- » Constituição das seguintes sociedades: I.C. Plaza de Benalmádena Canarias, Líneas de Tabuete Transmisora de Energía LTDA, Isolux Proyectos Inversiones e Participaciones LTDA, Residuos

Ambientales de Galicia S.L., Societat Superficialia Preventius Zona Franca S.A., Isolux Infraestructure, S.A. e Ciudad de la Justicia de Córdoba S.A.

- » Aumento de participação de 33,33% a 100% de Cachoeira Paulista T. Energia S.A., enquanto no caso do Grupo T-solar Global, S.A., o Grupo aumenta a sua participação de 19,80% a 58,84%. (Nota 32).
- » Venda da participação de 33,33% em Porto primavera Transmisora Energía S.A. e Vila do Conde Transmisora Energia S.A. (Veja nota 8).

As variações no perímetro de consolidação que tiveram lugar no decorrer do exercício 2010 são as seguintes:

- » Constituição das seguintes sociedades: Isolux Corsán Concesiones de México, S.A. de C.V., Isolux Corsan Energy Cyprus Limited, Isolux Corsan Power Concessions India Private Limited, Mainpuri Power Transmission Private Limited, Isolux Corsán Concessions India Privated Limited, Soma Isolux Varanasi Aurangabad Tollway Private Limited, Isolux Soma and Unitech JV, Isolux Corsán Brasileña de Infraestructuras, S.L., ICI Soma JV, Carreteras Centrales de Argentina, S.A., Wett Holdings LLC., Eclesur, S.A., Empresa Concesionaria Líneas Eléctricas del Sur, S.A., Isolux Corsán Renovables, S.A., Isolux Corsán Panamá, S.A., Hixam Gestión de Aparcamientos III, S.L., Isolux Corsán Arabia Saudi, LLC e Isolux Corsán Gulf, LLC.
- » Compra das seguintes sociedades: AB Alternative Investment, B.V., ICC Sandpiper, B.V., Isolux Corsán Participaciones de Infraestructura Ltda., Isolux Corsán Participaciones en Viabahía Ltda.
- » Aumento de participação de 70% a 80,7% em Infinita Renovables, S.A.
- » Diminuição da participação de 100% a 70% em Luxeol S.L. e de 75% a 55% em Viabahia Concesionaria de Rodovias, S.A.
- » Venda dos negócios conjuntos no Brasil (veja nota 8.1) venda das participadas Infinita Renovables Patagonia S.A. e Aparcamientos IC Gomez Ulla, S.L.
- » Além disso, a sociedade Isolux de México, S.A. de C.V. absorveu a sociedade Isolux Corsán Construcción S.A. de C.V. durante o exercício.

No dia 17 de dezembro de 2004 foi constituída a sociedade que, depois de várias modificações, é deno-

minada Grupo Isolux Corsán, S.A. A Sociedade é cabeça de um Grupo que é continuador das atividades do Grupo Isolux Wat, grupo com uma ampla trajetória no mercado espanhol e cuja principal atividade era a engenharia e no início do ano de 2005, este Grupo se fusionou com o Grupo Corsán Corviam, que, a sua vez, apresentava um prestígio reconhecido e cuja principal atividade era a construção. Fruto desta fusão levada a cabo no ano de 2005 surgiu o Grupo Isolux Corsán.

A sede social do Grupo Isolux Corsán, S.A. encontra-se na Calle Caballero Andante nº 8, 28021 Madrid (Espanha). A sociedade está inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Madrid, no tomo 20.745, livro 0, secção 8, fôlio 194, folha M-367466, inscrição 11. A última adaptação e refundição dos seus estatutos está inscrita no tomo 20.745, livro 0 da Secção 8, fôlio 189, folha M-367466, inscrição Nº 7.

O grupo Isolux Corsán, S.A., desenvolve o seu negócio tanto no mercado nacional, quanto no mercado internacional. As principais atividades deste grupo (desenvolvidas pela própria sociedade ou pelas suas controladas) são as seguintes:

- › Estudos de engenharia, montagens industriais e fabricação de elementos necessários para estas, instalações integrais e construção.
- › Fabricação, comercialização e representação de produtos elétricos, eletrónicos, eletromecânicos, informáticos, industriais, maquinaria e aparelhagem.
- › Prestação de qualquer tipo de serviços de consultoria, auditoria, inspeção, medição, análise, decisão, investigação e desenvolvimento, design, projeto, planificação, fornecimento, execução, instalação e montagem, direção e supervisão de projetos e obras, testes, ensaios, entrada em funcionamento, controle e avaliação, manutenção e reparação, em instalações integrais, instalações elétricas e eletrónicas, de climatização e ventilação, fluidos sanitários, de gás, elevadores e monta-cargas, contra incêndios, de deteção, de hidráulica de águas, de sistemas de informação, de mecânica e industriais, comunicações, energia, ambiente e linhas, subestações e centrais de energia.
- › Construção completa, reparação, conservação e manutenção de qualquer tipo de obras, bem como de qualquer género de instalações e montagens.
- › Compra e venda, arrendamento e exploração a qualquer título de bens imóveis ou de direitos reais sobre estes.
- › Posse, gestão e direção de valores e participações representativas de capital de qualquer entidade.

O Grupo opera principalmente através das seguintes linhas de negócio:

- › Construção: Inclui a construção de todo o tipo de obras civis e edificação residencial e não residencial.
- › Engenharia e Serviços Industriais: Esta linha de negócio inclui as atividades de Engenharia, Energia, Telecomunicações, Instalações e Meio Ambiente.

ria, Energia, Telecomunicações, Instalações e Meio Ambiente.

- › Concessões: O Grupo é titular de concessões de infraestruturas terrestres, tais como autopistas e parques de estacionamento, e igualmente de infraestruturas elétricas, tais como linhas de transmissão de alta tensão e centrais de geração de energia.
- › Energias renováveis: Atividade no âmbito dos biocombustíveis.

Durante o exercício de 2011, o Grupo inicia um processo de abertura de capital, que afeta a divisão de concessões e energia solar-fotovoltaica, na Bolsa de São Paulo (Brasil), tendo obtido o registo de "Sociedade Aberta" em dezembro, embora ainda não tenha emitido valores à data de formulação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2012. Os Administradores apresentarão estas demonstrações financeiras consolidadas na Assembleia Geral de Acionistas e é de esperar que sejam aprovadas sem alterações.

2

Resumo das principais políticas contábeis

A seguir descrevem-se as principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Estas políticas foram aplicadas uniformemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS), adotadas para a sua utilização na União Europeia, aprovadas pelos Regulamentos da Comissão Europeia (IFRS-UE) e que estão em vigor a 31 de dezembro de 2011. A data da primeira aplicação das IFRS para o grupo foi no 1 de Janeiro de 2006.

As políticas indicadas seguidamente foram aplicadas uniformemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Os montantes aparecem expressos no presente documento em milhares de Euros, salvo quando for mencionado o contrário.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado nos casos estabelecidos pelas próprias IFRS-UE, pelas quais determinados ativos e passivos são avaliados pelo seu valor justo. Nos casos em que a IFRS -UE permite aplicar diferentes critérios alternativos, a entidade optou conforme se indica a seguir:

- › Avaliação do imobilizado corpóreo e intangível a custo histórico, capitalizando despesas financeiras durante o período de construção.
- › Os negócios conjuntos e as UTEs são consolidados pelo método de integração proporcional.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS-UE exige a utilização de certas estimativas contábeis críticas. Exige igualmente da Direção que exerça a sua consideração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Na Nota 4 são reveladas as áreas que implicam um maior grau de consideração ou de complexidade, ou as áreas nas quais as hipóteses e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas.

Normas, modificações e interpretações com data de entrada em vigor em 2011

Normas novas e modificadas seguidas pelo grupo:

- › IAS 24 "Informação a revelar sobre partes vinculadas". A norma revista esclarece e simplifica a definição de parte vinculada. Adicionalmente, elimina o requerimento às entidades vinculadas com

a administração pública de revelarem detalhes de todas as transações com a administração pública e com outras entidades vinculadas com a administração pública. Permite-se a adoção antecipada da norma revista total ou parcialmente em relação ao desmembramento reduzidos para as entidades vinculadas com a administração pública.

- › IFRIC 19, "Cancelamento de passivos financeiros com instrumentos de património". A IFRIC 19 aborda a contabilização por parte de uma entidade que renegoceia os termos de um passivo financeiro e emite ações para o credor para extinguir a totalidade ou parte do passivo financeiro (permutas de dívida por património líquido). A interpretação requer que se reconheça um lucro ou uma perda em resultados quando se liquide um passivo mediante a emissão de instrumentos de património próprio da entidade. O montante do lucro ou perda reconhecido em resultados é determinado pela diferença entre o montante em livros do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos de património emitidos. Se o valor justo dos instrumentos de património não pudesse ser determinado de forma fiável, utiliza-se o valor justo do passivo financeiro existente para determinar o lucro ou a perda e para registar os instrumentos de património emitidos. A interpretação é aplicada de forma retroativa desde o início do exercício comparativo mais antigo que se apresentar.

- › Projeto de melhorias de 2010, publicado em maio de 2010 pelo IASB, adaptado pela UE em fevereiro de 2011 e que modifica as IFRS 1 "Adoção por primeira vez das IFRS", IFRS 3 "Combinação de negócios", IFRS 7 "Instrumentos financeiros: informação a revelar", IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras", IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", IAS 34 "Informação financeira intermédia", IFRIC 13 "Programa de fidelização de clientes". As modificações introduzidas por este projeto de melhorias são de aplicação obrigatória para os exercícios anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011, com exceção das modificações à IFRS 3 e à IAS 27 que serão aplicáveis para exercícios anuais iniciados a partir de julho de 2010.

As novas normas, modificações e interpretações aplicadas pelo Grupo não tiveram um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas normas, modificações e interpretações publicadas que ainda não entraram em vigor para exercícios financeiros iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011 e não foram adotadas antecipadamente:

- › IFRS 7 (modificada) "Instrumentos financeiros: Informação a revelar – Transferência de ativos financeiros". A modificação da IFRS 7 requer que sejam revelados desmembramentos adicionais sobre as exposições de risco surgidas de ativos financeiros transferidos a terceiros. Entre outros, esta modificação afetaria as transações

de venda de ativos financeiros, os acordos de factorização, as titularizações de ativos financeiros e os contratos de empréstimo de valores. As modificações da IFRS 7 são de aplicação obrigatória para todos os exercícios anuais iniciados a partir de 1 de julho de 2011, embora se permita a sua adoção antecipada.

Não se espera que estas modificações tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Normas, modificações e interpretações das normas existentes que não foram adotadas pela União Europeia:

- IAS 19, “Retribuições aos empregados”** foi modificada em junho de 2011. O impacto será o seguinte: eliminar o foco do corredor e reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais noutro resultado global quando surgirem; reconhecer imediatamente todos os custos dos serviços passados; e substituir o custo por juros e o rendimento esperado dos ativos afetos ao plano por um montante líquido de juros que se calcula aplicando a taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido por prestações definidas. O Grupo ainda tem que avaliar o impacto total das modificações.
 - IFRS 9, “Instrumentos financeiros”** aborda a classificação, valoração e reconhecimento dos ativos e dos passivos financeiros. As IFRS 9 foi publicada em novembro de 2009 e outubro de 2010. Substitui as partes da IFRS que se referem à classificação e valoração dos instrumentos financeiros. A IFRS requer que os ativos financeiros sejam classificados em duas categorias de valoração: os mensurados a valor justo e os mensurados a custo amortizado. A determinação é realizada no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para administrar os seus instrumentos financeiros e das características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. Para os passivos financeiros, a norma mantém a maioria dos requerimentos da IAS 39. A principal mudança é que, nos casos em que se toma a opção do valor justo para os passivos financeiros, a parte da mudança no valor justo que for consequência do risco de crédito próprio da entidade é registada noutro resultado global ao invés de na demonstração de resultados, a menos que surja uma falta de correlação contábil. Sujeito à adoção pela União Europeia, o Grupo ainda tem que avaliar o efeito total da IFRS 9 e da sua adoção até ao período contábil que começará a partir do dia 1 de janeiro de 2013.
 - IFRS 10, “Demonstrações financeiras consolidadas”** são elaboradas sobre princípios existentes identificando o conceito de controle como o fator determinante de se uma entidade deveria ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da dominante. A norma proporciona uma guia adicional para ajudar na determinação do controle quando é difícil de avaliar. Sujeito à adoção pela União Europeia, o Grupo ainda tem que avaliar o efeito total da IFRS 10 e da sua adoção até ao período contábil que começará a partir do dia 1 de janeiro de 2013.
 - IFRS 11, “Acordos conjuntos”.** Sujeito à adoção pela União Europeia, esta norma é de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que começarem a partir do dia 1 de janeiro de 2013.
 - IFRS 12 “Informação a revelar sobre participações em outras entidades”** inclui os requerimentos de informação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, coligadas, veículos com uso especial e outros veículos fora de balanço. Sujeito à adoção pela União Europeia, o Grupo ainda tem que avaliar o efeito total da IFRS 12 e da sua adoção IFRS 12 até ao período contábil que começará a partir do dia 1 de janeiro de 2013.
 - IFRS 13, “Determinação do valor justo”**, pretende melhorar a uniformidade e reduzir a complexidade proporcionando uma definição precisa do valor justo e uma fonte única para a sua determinação, assim como requerimentos de informação para o seu uso das IFRS. Os requerimentos, que estão alinhados na sua maioria com US GAAP, não ampliam o uso da contabilização a valor justo, mas proporcionam uma guia sobre como deveria ser aplicada. Sujeito à adoção pela União Europeia, o Grupo ainda tem que avaliar o efeito total da IFRS 13 e da sua adoção até ao período contábil que começará a partir do dia 1 de janeiro de 2012.
 - IAS 28 (Modificação) “Investimentos em entidades associadas e negócios conjuntos”.** A IAS 28 foi atualizada para incluir referências aos negócios conjuntos, que sob a nova IFRS 11 “Acordos conjuntos” têm de ser contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial. Sujeito à adoção pela União Europeia, a IAS 28 modificada seria de aplicação obrigatória a todos os exercícios anuais que começarem a partir do dia 1 de janeiro de 2013.
 - IAS 32 (Modificação) e IFRS 7 (Modificação) “Compensação de ativos financeiros com passivos financeiros”.** A modificação da IAS 32 é de aplicação obrigatória para todos os exercícios começados a partir do dia 1 de janeiro de 2014 e aplica de forma retroativa. Sujeito à adoção pela União Europeia, a modificação da IFRS 7 seria de aplicação obrigatória para todos os exercícios começados a partir do dia 1 de janeiro de 2013 e aplica de forma retroativa.
- O grupo está analisando o impacto que as novas normas, modificações e interpretações possam ter sobre as Demonstrações financeiras Consolidadas do grupo caso forem adotadas.
- Não há outras IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não sejam efetivas e que se espere que tenham um efeito significativo sobre o Grupo.

2.2. Princípios de consolidação

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluídas as entidades com objeto especial) sobre as quais o Grupo tem poder para dirigir as políticas financeiras e operacionais que geralmente está acompanhado por uma participação superior à metade dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo controla outra entidade, tem-se em consideração a existência e o efeito dos direitos potenciais de voto que atualmente sejam exercíveis ou convertíveis. O Grupo também avalia a existência de controle quando não possui mais do 50% dos direitos de voto mas consegue dirigir as políticas financeiras e operacionais mediante um controle de fato. Esse controle de fato pode surgir em circunstâncias nas que o número de direitos de voto do Grupo em comparação com o número de dispersão das participações de outros acionistas outorga ao Grupo o poder para dirigir as políticas financeiras e operacionais, etc.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido para o Grupo, e são excluídas da consolidação na data em que este cessa.

Quando, através da aquisição de uma dependente, o Grupo adquirir um grupo de ativos ou de ativos líquidos que não constituam um negócio, distribui-se o custo do grupo entre os ativos e passivos individuais identificáveis dentro do grupo, baseando-se nos justos valores dos mesmos na data de aquisição. Quando o Grupo incorrer em custos relacionados com a aquisição de participações numa sociedade que não constitua um negócio, e não se tenha finalizado a operação na data de fechamento, os mencionados custos são ativados em balanço se for provável que a transação seja realizada posteriormente à data do balanço. Se não puder ser considerado como provável que a transação seja realizada, os custos incorridos serão reconhecidos como despesas na demonstração de resultados.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para cada combinação de negócios, o Grupo pode optar por reconhecer qualquer participação não dominante na adquirida pelo valor justo ou pela parte proporcional da participação não dominante dos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no exercício em que forem incorridos.

Se a combinação de negócios for realizada por etapas, o valor justo na data de aquisição da participação no património líquido da adquirida anteriormente mantido

pela adquirente voltará a ser mensurado ao valor justo na data de aquisição através do resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a transferir pelo Grupo é reconhecida pelo seu valor justo na data de aquisição. As alterações posteriores no valor justo da contraprestação contingente que se considere um ativo ou um passivo serão reconhecidas de acordo com as IAS 39 em resultados ou como uma alteração noutro resultado global. A contraprestação contingente que seja classificada como património líquido não será valorada de novo e a sua liquidação posterior será contabilizada dentro do património líquido.

O goodwill é calculado inicialmente como o excesso do total da contraprestação transferida e o valor justo da participação não dominante sobre os ativos identificáveis líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Se esta contraprestação for inferior ao valor justo dos ativos líquidos da dependente adquirida, a diferença será reconhecida em resultados.

São eliminadas as transações intercompanhias, os saldos e os lucros não realizados por transações entre as entidades do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, exceto se a transação proporcionar a evidência de uma perda por deterioração de valor do ativo transferido. Se for necessário, para assegurar a uniformidade com as políticas adotadas pelo Grupo, são modificadas as políticas contábeis das controladas.

No Anexo I a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação das sociedades controladas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de integração global.

As sociedades “Estacionamientos Los Bandos Salamanca S.L.” e “Estacionamientos IC Sarrion” participadas em 70% e 51% respetivamente pelo Grupo não se consideram controladas ao não ter o Grupo o controle, dado que os acordos de acionistas estabelecem certos requisitos que fazem que tais investimentos tenham que ser considerados como negócios conjuntos (Veja Anexo III).

O Grupo é proprietário do 100% das ações ordinárias da ICC Sandpiper. Adicionalmente, tem a maioria dos direitos de voto dentro do órgão de Direção da ICC Sandpiper, se bem que é necessária a autorização da MSIP para a tomada de certas decisões estratégicas e financeiras. Portanto, o Grupo classifica o seu investimento na ICC Sandpiper como um negócio conjunto (Veja Anexo III).

As sociedades Água Limpa Paulista, S.A., Concessionária Autovía A-4 Madrid, S.A., ARRL (Mauritius) Limited e Parque Solar Saelices S.L., nas quais o Grupo possui uma participação de 40%, 48,75%, 50% e 5%, respetivamente, são consideradas controladas dado que o Grupo tem controle através de acordos com acionistas (Veja Anexo I).

Alienação de Controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo na data na que o controle é perdido, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subseqüente contabilização da participação retida como uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, qualquer quantia anteriormente reconhecida no

outro resultado abrangentes relativos àquela entidade é contabilizado como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso poderia significar que os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes sejam reclassificados no resultado.

Alterações nas participações na propriedade em controladas sem mudança de controle

As transações com participações não controladoras que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais – ou seja, como transações com os proprietários em sua capacidade de proprietários. A diferença entre o valor justo da contraprestação paga e a correspondente parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é reconhecida no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas nas alienações de participações de não controladores também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Negócios conjuntos

O Grupo considera negócios conjuntos as entidades, incorporadas ou não, onde dois ou mais partícipes possuam o controle conjunto em virtude de acordos contratuais. Como controle conjunto entende-se a situação, contratualmente estabelecida entre as partes, na qual as principais decisões financeiras e operativas requerem a unanimidade dos partícipes.

As participações em negócios conjuntos são integradas pelo método de consolidação proporcional exceto pelas sociedades Lanscape Corsan, S.L., Pinares del Sur, S.L., Las Cabezadas de Aranjuez, S.L. e Alquilinia 5, S.L., participadas em 50%, 50%, 40% e 50%, respetivamente, já que são consolidadas, de acordo com o decidido pelo Grupo para os negócios conjuntos do negocio imobiliário, segundo o método da participação. O Grupo combina linha a linha a sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas e fluxos de efetivo da entidade controlada em conjunto com as rubricas das suas contas que são semelhantes. O Grupo reconhece nas suas demonstrações financeiras consolidadas a participação nos lucros ou nas perdas procedentes de vendas de ativos do Grupo às entidades controladas em conjunto pela parte que corresponde a outros partícipes. O grupo não reconhece a sua participação nos lucros ou nas perdas da entidade controlada em conjunto e que derivam da compra, por parte do Grupo, de ativos da entidade controlada em conjunto enquanto os referidos ativos não forem vendidos a um terceiro independente. É reconhecida uma perda na transação de forma imediata se esta puser em evidência uma redução do valor líquido realizável dos ativos correntes ou uma perda por deterioração.

No Anexo III a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação dos negócios conjuntos incluídos no perímetro de consolidação pelo método de integração proporcional, exceto as sociedades nomeadas anteriormente consolidadas pelo método de participação.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce uma influência significativa, mas não têm o controle que, geralmente, vem acompanhado por uma participação entre um 20% e um 50% dos

direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de participação e são reconhecidos inicialmente pelo seu custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o goodwill (líquido de qualquer deterioração de valor acumulada) identificada na aquisição.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada ao resultado, quando apropriado.

A participação do Grupo nas perdas ou lucros posteriores à aquisição das suas coligadas reconhece-se na demonstração de resultados e a sua participação nos movimentos em reservas posteriores à aquisição é reconhecida nas reservas. Os movimentos posteriores à aquisição, acumulados, são ajustados contra o montante em livros do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior à sua participação na mesma, incluída qualquer outra conta a cobrar não assegurada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em obrigações ou realizado pagamentos em nome da coligada.

Em cada data de apresentação de informação financeira, o Grupo determina se existe alguma evidência objetiva de o valor do investimento na coligada tenha se deteriorado. Se for o caso, o Grupo calcula o montante da perda por deterioração do valor como a diferença entre o montante recuperável da coligada e o seu montante em livros, e reconhece o montante adjacente à “participação nos lucros / (perdas) de uma coligada” na demonstração de resultados.

As perdas e lucros procedentes das transações ascendentes e descendentes entre o Grupo e as suas coligadas são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo só no que corresponda às participações de outros investidores nas coligadas não relacionadas com o investidor. As perdas não realizadas são eliminadas salvo que a transação proporcionar a evidência de uma perda por deterioração do valor do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas tem sido modificadas quando tem sido necessário para garantir a uniformidade com as políticas adotadas pelo Grupo.

Os lucros ou perdas de diluição em coligadas são reconhecidas na demonstração de resultados.

No Anexo II a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação das entidades coligadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de participação.

União Temporárias de Empresas (UTEs)

Tem a consideração de união temporária de empresas (UTE), em conformidade com a definição outorgada pela legislação espanhola ou outras similares, o sistema de colaboração entre empresários por um tempo certo, determinado ou indeterminado, para o desenvolvimento ou execução de uma obra, serviço ou fornecimento.

A parte proporcional das rubricas do balanço e da demonstração do resultado da UTE são integradas no balanço e na demonstração do resultado da entidade

participe em função da sua percentagem de participação. As transações entre a UTE e as outras subsidiárias do grupo são eliminadas.

No Anexo IV a estas notas aparecem desmembrados os dados de identificação das UTEs incluídas no perímetro de consolidação pelo método de integração proporcional.

2.3. Transações em moeda estrangeira

Moeda funcional e apresentação

As rubricas incluídas nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são avaliadas utilizando a moeda do contexto económico principal no qual opera a entidade (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade, se bem que a efeitos de apresentação os valores são expressos em milhares de Euros.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas à moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor no momento das transações, sendo valoradas ao fechamento do exercício segundo a taxa de câmbio em vigência nesse momento. Os ganhos e perdas em moeda estrangeira resultantes da liquidação de estas transações e da conversão às taxas de câmbio de encerramento dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto se forem diferidos em patrimônio líquido, quanto os hedge de fluxos de caixa e os hedge de investimentos líquidos qualificados.

As alterações no valor justo de títulos monetários denominados em moeda estrangeira, e classificados como disponíveis para a venda, são analisados entre diferenças de conversão resultantes de alterações no custo amortizado do título e outras alterações no montante registado nos livros do título. As diferenças de conversão são reconhecidas no resultado do exercício e outras alterações do montante registado nos livros são reconhecidas na demonstração do outro resultado abrangente.

As diferenças de conversão sobre rubricas não monetárias, tais como instrumentos de patrimônio mantidos ao valor justo com variações nos resultados, são apresentadas como parte do ganho ou perda no valor justo. As diferenças de conversão sobre rubricas não monetárias, tais como instrumentos de patrimônio classificados como investimentos financeiros, são incluídas no patrimônio líquido (Outro resultado abrangente).

Empresas do Grupo

Os resultados e a situação financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária) que têm uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos à moeda de apresentação do seguinte modo:

- Os ativos e os passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de encerramento à data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração de resultados são convertidas às taxas de câmbio médias (exceto se esta média não for uma aproximação razoável do efeito acumulativo das taxas existentes nas datas da transação, em cuja situação as receitas e as despesas são convertidas na data das transações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente se-

parado do património líquido. (Outro resultado abrangente).

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas pela conversão de um investimento líquido em entidades estrangeiras, e de empréstimos e de outros instrumentos em moeda estrangeira designados como hedge dos referidos investimentos, são contabilizadas no património líquido dos acionistas. Quando são vendidas, essas diferenças de câmbio são reconhecidas na demonstração de resultados como parte do lucro ou perda na venda.

Os ajustes ao goodwill e ao valor justo que surgem na aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e são convertidos à taxa cambial de fechamento, exceto os goodwill originados com anterioridade ao 1 de janeiro de 2006.

2.4. Imobilizado corpóreo

Os elementos de imobilizado corpóreo compreendem principalmente terrenos, construções, fábricas, escritórios, instalações técnicas, maquinaria e ferramentas. São reconhecidos pelo seu custo menos a amortização e as correspondentes perdas ou deterioração de valor acumuladas, exceto no caso dos terrenos, que são apresentados líquidos de perdas por deterioração. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição das rubricas.

Os custos posteriores são incluídos no montante registado nos livros do ativo ou são reconhecidos como um ativo separado apenas quando é provável que os futuros benefícios económicos associados aos elementos vão fluir ao Grupo, e o custo do elemento possa ser determinado de forma fiável. O montante registado nos livros do componente substituído é cancelado da contabilidade. As restantes reparações e manutenção são imputadas na demonstração de resultados durante o exercício no qual se gerou a correspondente despesa.

Os terrenos não são amortizados. A amortização dos ativos restantes é calculada utilizando o método das quotas constantes para afetar os seus custos aos seus valores residuais sobre as vidas úteis estimadas em função dos seguintes coeficientes:

	Coefficiente
Construções	1 % - 3 %
Instalações técnicas	6 % - 14 %
Maquinaria	10 % - 17 %
Ferramentas	12,5 % - 33 %
Mobiliário	5 % - 16 %
Equipamentos para processamento de informação	12,5 % - 25 %
Elementos de transporte	8 % - 14 %

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados se necessário, na data de cada balanço.

Quando o montante registado nos livros de um ativo for superior ao montante recuperável estimado, o seu valor é reduzido imediatamente até ao montante recuperável (Nota 2.9).

Os ganhos e perdas pela venda de imobilizado corpóreo são calculadas comparando as receitas obtidas com o montante registado nos livros e são incluídos na conta de perdas e ganhos na linha "Outras receitas operacionais". Os trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado são avaliados pelo custo de produção e constam como receita na conta de perdas e ganhos.

Os bens recebidos pela cobrança de créditos são mensurados pelo preço que figura registado no crédito correspondente ao bem recebido, ou pelo preço de mercado, o menor.

2.5. Investimentos Imobiliários

A epígrafe "investimentos imobiliários" do balanço patrimonial consolidado adjunto recolhe os valores líquidos dos terrenos e edifícios que são mantidos para a sua exploração em regime de aluguel com posterior opção de compra.

Os investimentos imobiliários são apresentados mensurados ao seu custo de aquisição, de acordo com a legislação aplicável, seguindo para todos os efeitos os mesmos critérios de capitalização e amortização que para elementos da mesma classe das imobilizações corpóreas, tal como se indica na anterior nota 2.4.

De acordo com os requisitos de discriminação de informação estabelecidos pela IAS 40, e embora o Grupo valore os seus investimentos imobiliários utilizando o método de custo, também determina periodicamente o seu valor justo entendendo como tal o valor de uso das mesmas. O dito valor de uso é determinado com base nas hipóteses de mercado estimadas pelo Grupo.

As dotações anuais em conceito de amortização dos investimentos imobiliários são realizadas com contrapartida na demonstração do resultado em função dos anos de vida útil estimada. Na demonstração de resultados do exercício atual foram registados 94 milhares de euros de amortização.

2.6. Ativos intangíveis

Goodwill

O goodwill surge na aquisição de dependentes, coligadas e joint ventures, e representa o excesso da contraprestação transferida sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos líquidos identificáveis, passivos e passivos contingentes da adquirida, e o valor justo da participação não dominante na adquirida.

Para efeitos de realização das provas para perdas por deterioração, o goodwill adquirido numa joint venture é atribuído a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou Grupos de unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou Grupo de unidades às quais se atribui o goodwill representa o nível mais baixo dentro da entidade ao qual é controlado o goodwill para efeitos de gestão interna. O goodwill é controlado ao nível de segmento operativo.

As revisões das perdas por deterioração do valor do goodwill são realizadas anualmente ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma potencial perda por deterioração. O montante em livros do goodwill é comparado com o montante recuperável, que é o maior montante entre o valor em uso ou o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por deterioração é reconhecida imediatamente como uma despesa e posteriormente não se reverte.

Concessões administrativas

As Concessões administrativas são registadas pelo montante satisfeito pela Sociedade em conceito de cânone de cessão ou exploração. Em certos casos, as concessões referem-se à autorização administrativa concedida por diversos organismos públicos para a construção e posterior exploração, durante um período determinado nos respetivos contratos, de estacionamentos, autopistas, linhas de transmissão elétrica e outros bens. Os ativos relacionados com estas concessões são classificados dentro de ativos concessionados atribuídos a projetos (Nota 2.7).

Softwares

As licenças para programas informáticos adquiridas a terceiros são capitalizadas sobre a base dos custos nos quais se incorreu na sua aquisição e na preparação para a utilização do programa específico. Estes custos são amortizados durante as vidas úteis num período máximo de 5 anos.

As despesas relacionadas com o desenvolvimento ou com a manutenção de programas informáticos são reconhecidas como despesa no momento em que são geradas. As despesas diretamente relacionadas com a produção de programas informáticos únicos e identificáveis, controlados pelo Grupo, são reconhecidas como ativos intangíveis, sempre que seja provável que vão gerar benefícios económicos superiores aos custos durante mais de um ano.

Os custos de desenvolvimento de programas informáticos reconhecidos como ativos são amortizados pelo método das quotas constantes durante as suas vidas úteis estimadas (não superam os 5 anos).

Gastos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos de investigação são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos incorridos com motivo de projetos de desenvolvimento (relativos ao desenho e teste de produtos novos ou melhorados) são reconhecidos como ativo intangível sempre que cumprirem os seguintes requisitos:

- É tecnicamente possível completar a produção do ativo intangível de forma que possa estar disponível para a sua utilização ou venda;
- A Direção tem intenção de completar o ativo intangível em questão, para o seu uso ou venda;
- Existe a capacidade para utilizar ou vender o ativo intangível;
- É possível demonstrar a forma na que o ativo intangível vá gerar benefícios económicos prováveis no futuro;
- Existe disponibilidade dos adequados recursos técnicos, financeiros ou de outro género para completar o desenvolvimento e para utilizar ou vender o ativo intangível; e
- É possível avaliar, de forma fiável, o desembolso atribuível ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas como despesa quando incorridos. Os Custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como um ativo num exercício posterior. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foram capitalizados os custos de desenvolvimento.

Carteira de contratos

As relações contratuais com clientes adquiridas em combinações de negócios são reconhecidas pelo seu valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm uma vida útil finita e são avaliadas ao custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada utilizando o método linear durante a vida esperada da relação contratual (5 anos).

Alvarás, licenças e autorizações (PLAs)

Os ativos intangíveis compreendem os alvarás, licenças e autorizações necessários para construir a infraestrutura para as usinas solares (PLAs). Eles são capitalizados ao custo na data em que os requisitos para reconhecimento como um ativo intangível são atendidos, por exemplo, quando for provável que benefícios económicos futuros associados ao ativo fluam para o Grupo e quando o custo do ativo possa ser mensurado de forma confiável. Todos os outros custos relacionados aos PLAs são reconhecidos na conta de resultados no período em que são incorridos.

Os PLAs são reconhecidos como ativos intangíveis até a data de início da construção das usinas solares a que se referem. Nessa data, os alvarás, licenças e autorizações são reclassificados para o imobilizado, considerando que as usinas solares não podem ser

operadas sem os respetivos alvarás, licenças e autorizações.

Os alvarás, licenças e autorizações começam a ser depreciados pelo método linear com base em suas vidas úteis, estimadas em 25 anos a partir da data em que as usinas solares começam a operar.

2.7. Ativos concessionados e Imobilizados afetos a projetos

Quando as concessões se referem à autorização administrativa concedida por diversos organismos públicos para a construção e posterior exploração, durante um período determinado nos respetivos contratos, de infraestruturas de estacionamento, autopistas, linhas de transmissão elétrica e outros bens, é aplicado um tratamento contábil definido de acordo com as bases contidas na IFRIC 12, sempre que, de acordo com os termos contratuais, o Grupo esteja autorizado a usar a infraestrutura concessionada, mas não a controla porque:

- Os ativos objeto de concessão são propriedade do organismo concedente na maior parte dos casos.
- O organismo concedente controla ou regula o serviço da Sociedade concessionária, bem como as condições nas quais deve ser prestado o serviço referido.
- Os ativos são explorados pela sociedade concessionária em conformidade com os critérios estabelecidos no caderno de encargos da concessão durante um período operacional estabelecido.
- No fim do referido período, os ativos revertem ao organismo concedente, sem que o concessionário tenha direito algum sobre eles.

Quando as concessões estão abrangidas pela IFRIC, 12 os respetivos ativos podem ser classificados como:

- Ativos financeiros: Quando a entidade concedente estabelece um direito incondicional a receber caixa ou outros ativos financeiros independentemente do uso do serviço público pelos usuários.
- Ativos intangíveis: Unicamente quando os contratos correspondentes não estabelecem um direito contratual a receber caixa ou outros ativos financeiros da entidade concedente, independentemente do uso do serviço público por parte dos usuários.

Estas concessões são financiadas principalmente mediante a figura conhecida como "Project finance" (financiamento de projetos).

Estas estruturas de financiamento são aplicadas a projetos que são capazes por si mesmos de dar garantias suficientes às entidades financeiras participantes do reembolso das dívidas contraídas para a sua execução, se bem que, principalmente durante o período de construção e até à entrada em funcionamento dos projetos, podem existir certas garantias adicio-

nais. Assim, cada um deles é desenvolvido através de sociedades específicas nas quais os ativos do projeto são financiados, por um lado, mediante uma contribuição de fundos dos promotores, que está limitada a uma quantia determinada, e por outro, geralmente de maior volume, mediante fundos alheios em forma de dívida a longo prazo. O serviço de dívida destes créditos ou empréstimos está garantido fundamentalmente pelos fluxos de caixa que o próprio projeto gerar no futuro, assim como por garantias reais sobre os ativos do projeto.

As receitas são reconhecidas de acordo com o valor justo do serviço prestado.

Serviços de construção:

O Grupo reconhece as receitas de serviços de construção de acordo com o estabelecido na nota 2.23.

As quantias recebidas ou a receber pelos serviços de construção são reconhecidas de acordo com o seu valor justo.

Os ativos são mensurados com base nos custos diretamente atribuíveis à sua construção até à data de entrada em exploração, como estudos e projetos, expropriações, reposição de serviços, execução de obra, Direção e despesas de administração de obra, instalações e edificações e outros semelhantes, bem como a parte correspondente de outros custos indiretamente imputáveis, na medida em que estes corresponderem ao período de construção. Além disso, também são capitalizadas (sob o modelo de Ativo Intangível) as despesas financeiras geradas durante o período de construção.

O grupo reconhece as obrigações contratuais na medida em que vão se incorrendo os serviços relacionados, no entanto, quando o organismo concedente tem cumprido as suas obrigações contratuais em maior medida que as obrigações correspondentes à sociedade concessionária do grupo, regista-se um passivo e um aumento do ativo intangível pela quantia que iguala a obrigação prestada pelo grupo com a obrigação cumprida pelo organismo concedente. Esta situação acontece principalmente quando a entidade concessionária do grupo recebe o direito de cobrar aos usuários desde o primeiro momento da vida da concessão, estando esta referida a uma infraestrutura existente, que posteriormente será melhorada e/ou ampliada.

Nas concessões sob o modelo de ativo intangível, são reconhecidas desde o primeiro momento da concessão, como parte do valor justo do ativo, as provisões por desmantelamento, retirada ou substituição, assim como os trabalhos relacionados com melhorias e aumentos de capacidade, cujas receitas relacionadas estão incluídas sob os contratos de concessão, e tanto o desconto de valor temporário de tais provisões como a correspondente amortização são imputados ao resultado do exercício.

Adicionalmente, as provisões relacionadas com grandes reparações vão sendo imputadas nos resultados de forma sistemática à medida que forem geradas.

Sob o modelo de ativo financeiro, a contrapartida do serviço de construção é uma conta por cobrar que além disso inclui um rendimento financeiro que é calculado com base na taxa de rendimento espe-

rada para o projeto em função dos seus fluxos estimados, incluindo, nos casos que estiverem previstos no contrato, projeções de inflação e revisões tarifárias estipuladas nos contratos. Depois de iniciada a fase operacional, a conta por receber é valorada a custo amortizado, registando-se na demonstração do resultado efeito de qualquer diferença entre os fluxos reais e os estimados. A taxa de rendimento não é modificada a exceção duma mudança substancial das circunstâncias que afetam os fluxos do ativo concessionado (reequilíbrios económicos outorgados pelo organismo concedente, ampliações de contratos, outras causas, etc.).

O grupo classifica a remuneração financeira dos ativos financeiros concessionados como receitas ordinárias dado que a dita receita forma parte do objeto geral de atuação do grupo, exercido regularmente e que proporciona receitas de caráter periódico.

Serviços de manutenção e exploração:

As despesas de conservação e manutenção que não representam uma ampliação da vida útil ou da capacidade produtiva dos correspondentes ativos são registadas como despesa do exercício em que se produzem. As concessões seguem o critério de cobrir com a amortização a totalidade do investimento realizado ao finalizar o período do projeto, líquido de qualquer valor que o organismo concedente reembolsará na finalização da concessão. A Sociedade concessionária recebe as receitas pelos serviços prestados, tanto diretamente dos usuários, quanto através do próprio organismo concedente.

Quando começa o período operacional, as cobranças são reconhecidas como receitas ordinárias e as despesas operacionais como despesas ordinárias no exercício. Sob o modelo de ativo intangível, os ativos são amortizados de forma linear durante a vida da concessão, exceto nos casos das autopistas e dos estacionamentos, os quais são amortizados de forma sistemática em função do trânsito / ocupação estimada durante o período de concessão. A cada fechamento a rentabilidade do projeto é revisada para avaliar a existência de algum indicador de perda de valor por não serem recuperáveis os ativos em relação com as receitas geradas pela sua exploração.

2.8. Custos por juros

Os custos por juros incorridos para a construção de qualquer ativo qualificado são capitalizados durante o período de tempo necessário para completar e preparar o ativo para o objetivo de uso. Outros custos por juros são levados a despesas.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida e o goodwill não estão sujeitos a amortização e são submetidos anualmente a provas de perdas por deterioração de valor. Os ativos sujeitos a amortização são submetidos a provas de perdas por deterioração de valor sempre que algum acontecimento ou alteração nas circunstâncias indicar que o montante registado nos livros pode ser irrecuperável. É reconhecida uma perda por deterioração de valor pelo excesso do montante registado nos livros do ativo em relação ao seu montante recuperável. O montante recuperável é o maior dos dois seguintes valores: o valor justo de um ativo menos os custos para a venda, ou o valor de uso. Com o objetivo de avaliar as perdas por deteriorações de valor, os ativos são agrupados ao nível mais baixo para o qual haja fluxos de caixa identificáveis por separado (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros diferentes do goodwill que tiverem sofrido uma perda por deterioração de valor são submetidos a revisões à data de cada balanço caso tiverem acontecido reversões da perda.

2.10. Ativos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo com variações em resultados, empréstimos e contas a cobrar, mantidos até ao seu vencimento e disponíveis para a venda. A classificação depende do propósito com o qual foram adquiridos os ativos financeiros. A direção determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial e revisa a classificação em cada data de apresentação da informação financeira.

De acordo com a modificação da IFRS 7 o Grupo procede a classificar as alterações a mercado dos instrumentos financeiros em função do nível mais baixo dos dados utilizados que sejam significativos para o conjunto do valor justo do investimento. De acordo com esta norma, os instrumentos financeiros devem ser classificados com a seguinte tipologia:

1. Preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos.
2. Dados observáveis para o instrumento, seja diretamente (preços) ou indiretamente (baseados em preços).
3. Dados que não estão baseados em observações no mercado.

Ativos financeiros a valor justo com variações nos resultados

Os ativos financeiros a valor justo com variações nos resultados são ativos financeiros mantidos para negociar. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido principalmente com o propósito de ser vendido a curto prazo. Os derivativos também são classificados como adquiridos para a sua negociação exceto se forem designados como hedge. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e as contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço patrimonial, que são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e contas a receber são incluídos em clientes e outras contas a receber no balanço consolidado (Nota 2.13), assim como em ativos concessionados atribuídos a projetos no caso de contas a receber relacionadas com modelos de ativos financeiros em concessões (Nota 2.7).

Também se inclui a rubrica do balanço consolidado de caixa e equivalente de caixa (Nota 2.14).

Ativos financeiros mantidos até ao seu vencimento

Os ativos financeiros mantidos até ao seu vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Direção do Grupo tem a intenção positiva e capacidade para manter até ao seu vencimento. Se o grupo vendesse uma quantia que não fosse insignificante dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a cate-

goria completa seria reclassificada como disponível para a venda. Estes ativos financeiros disponíveis para a venda estão incluídos nos ativos não circulantes, exceto aqueles com vencimento inferior a 12 meses a contar da data do balanço e que são classificados como ativos circulantes.

Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para a venda são ativos não-derivativos que são designados nesta categoria ou que não estão classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em ativos não circulantes exceto que o vencimento seja inferior a 12 meses a contar da data do balanço ou se a Direção pretender alienar o investimento nesse período.

Contabilização dos ativos financeiros

As aquisições e alienações de investimentos são reconhecidas na data da negociação, ou seja, quando o Grupo se compromete a adquirir ou vender o ativo. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo mais os custos da transação para todos os ativos financeiros não levados a valor justo com variações nos resultados. Os ativos financeiros a valor justo com variações nos resultados são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e os custos da transação são levados a resultados. Os investimentos são cancelados contabilmente quando vencem os direitos a receber fluxo de caixa dos investimentos, ou quando são transferidos e o Grupo traspassa substancialmente todos os riscos e vantagens derivadas da sua titularidade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda e os ativos financeiros pelo seu valor justo com alterações nos resultados são contabilizados posteriormente pelo seu valor justo. Os empréstimos e contas a cobrar são contabilizados pelo custo amortizado em conformidade com o método de taxa efectiva de juros.

Os ganhos e perdas que surgem de variações do valor justo da categoria de "ativos financeiros a valor justo com variações nos resultados" são incluídos na conta de perdas e ganhos no exercício em que aparecem. As receitas por dividendos derivados de ativos financeiros ao valor justo com variações nos resultados são reconhecidas na demonstração do resultado quando é estabelecido o direito do Grupo a receber o pagamento.

As variações no valor justo de títulos monetários denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda são analisadas separando as diferenças surgidas no custo amortizado do título e outras alterações no seu montante contabilizado. As diferenças de conversão de títulos monetários são reconhecidas na demonstração do resultado consolidada; as diferenças de conversão de títulos não monetários são reconhecidas no património líquido (outro resultado abrangente). As variações no valor justo dos títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no património líquido (outro resultado abrangente).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são alienados ou sofrem uma deterioração de valor, os ajustes acumulados ao valor justo, reconhecidos no património líquido, são incluídos na demonstração do resultado consolidada.

Os juros de títulos disponíveis para venda calculados utilizando o método da taxa efectiva de juros são re-

conhecidos na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados financeiros líquidos". Os dividendos de instrumentos de património líquido disponíveis para a venda são reconhecidos como "Resultados financeiros líquidos" quando é estabelecido o direito do Grupo a receber o pagamento.

O valor justo dos investimentos cotados está baseado em preços de compra correntes. Se o mercado não for ativo para um ativo financeiro (e para os títulos não cotados), o Grupo estabelece o valor justo utilizando técnicas de avaliação que incluem o uso de transações livres recentes entre partes interessadas e devidamente informadas, referidas a outros instrumentos substancialmente iguais, o análise de fluxos de caixa descontados e modelos de fixação de preços de opções utilizando ao máximo os dados de mercado e confiando o menos possível nos dados específicos da entidade.

O Grupo avalia na data de cada balanço se existe evidência objetiva da possibilidade de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros ter sofrido perdas por deteriorações de valor. No caso específico dos títulos de capital classificados como disponíveis para venda, no intuito de determinar se os títulos sofreram perdas por deteriorações de valor, é preciso considerar se houve algum decréscimo significativo ou prolongado no valor justo dos títulos por baixo do seu custo. Caso existir qualquer evidência deste tipo para os ativos financeiros disponíveis para a venda, a perda acumulada (determinada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente depois de subtrair qualquer deterioração de valor nesse ativo financeiro previamente reconhecido nos lucros ou perdas) é eliminada do património líquido e é reconhecida na demonstração de resultados. As perdas por deteriorações de valor reconhecidas na demonstração de resultados por instrumentos do património não são reversíveis através da demonstração de resultados.

Os testes de deterioração de valor das contas a cobrar são descritos na Nota 2.13.

Os ativos financeiros são cancelados no balanço quando se transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua propriedade. No caso de contas a receber este fato se produz no geral se tem sido transmitidos os riscos de insolvência e mora.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e são apresentados no seu valor líquido no balanço, quando existe um direito, exigível legalmente, de compensar os montantes reconhecidos, e o Grupo tem a intenção de liquidar pelo valor líquido ou de realizar o ativo e cancelar o passivo simultaneamente.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data em que é efetuado o contrato de derivativos e posteriormente o seu valor justo é avaliado novamente. O método para reconhecer o lucro ou a perda resultante depende de se o derivativo tem sido designado ou não como um instrumento de hedge e, se assim for, da natureza do item que esteja cobrindo. O Grupo pode designar determinados derivativos como:

- hedge do valor justo de passivos reconhecidos (hedge do valor justo);
- hedge de um risco concreto associado a um passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável (hedge de fluxos de caixa); ou
- hedge de um investimento líquido numa operação no estrangeiro (Hedge de investimento líquido).

O Grupo documenta no início da transação a relação existente entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, bem como os seus objetivos para a gestão do risco e a estratégia para acometer várias transações de hedge. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

Na Nota 11 mostra-se o valor justo de vários instrumentos derivativos utilizados para efeitos de hedge. Os movimentos na reserva de hedge são mostrados no Estado Consolidado de Variações no Património Líquido. O valor justo total dos derivativos hedge é classificado como um ativo ou passivo não circulante sempre que o vencimento restante do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e é classificado como um ativo ou passivo circulante sempre que o vencimento restante do item protegido por hedge for inferior a 12 meses. Os derivativos que não contam contabilmente como hedge são classificados como ativo ou passivo circulante.

De acordo com a modificação da IFRS o Grupo procede a classificar as valorações a mercado dos instrumentos financeiros em função do explicado na nota 2.10.

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge do valor justo são registados na demonstração de resultados, junto com qualquer variação no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que seja atribuível ao risco coberto.

Se o hedge não atende mais aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Hedge de fluxos de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de fluxos de caixa é reconhecida no património líquido. A perda ou ganho relacionado com a parcela não efetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado dentro de "Resultado financeiro líquido".

Os montantes acumulados no património líquido são levados à demonstração de resultados nos períodos nos quais a rubrica coberta afeta o resultado (por exemplo, quando tem lugar a venda prevista que está a ser coberta). O lucro ou perda relativo à parte efetiva de permutas de taxa de juros, que cobrem capital alheio à taxa variável, é reconhecido na demonstração do resultado dentro de "Resultado financeiro líquido". O lucro ou perda relativo à parcela efetiva de contratos a prazo em moeda estrangeira que cobrem vendas é reconhecido na demonstração de resultados dentro de "Receitas / Vendas" e os que cobrem compras são reconhecidos em "Materiais consumidos e outras despesas externas".

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido ou quando não cumpre os requisitos exigidos para a contabilidade de hedge, qualquer lucro ou perda acumulada até esse momento no património líquido permanece no património e é reconhecido quando a transação prevista for finalmente reconhecida na demonstração de resultados. Quando é de esperar que a transação prevista não tenha lugar, o lucro ou a perda acumulada no património líquido é levada imediatamente à demonstração de resultados dentro de "Resultado financeiro líquido".

Hedge de investimento líquido

Os hedges de investimentos líquidos em operações no estrangeiro são contabilizados de forma semelhante aos hedge de fluxos de caixa. Qualquer lucro ou perda no instrumento de hedge relativo à parcela efetiva da cobertura é reconhecido no património líquido. O lucro ou perda relativo à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados. Os ganhos e perdas acumulados no património líquido são incluídos na demonstração de resultados quando a operação no estrangeiro for alienada.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Grupo não tem derivativos hedge de investimentos líquidos no estrangeiro.

Derivativos a valor justo através de resultados contabilizados a valor justo com variações nos resultados

Determinados derivativos não qualificam para a contabilidade de hedge e são reconhecidos pelo seu valor justo com variações nos resultados. As variações no valor justo de qualquer instrumento derivado que não qualifique para a contabilidade de cobertura são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados dentro de "Resultado financeiro líquido".

2.12. Estoques

As matérias-primas e os produtos acabados são avaliados pelo preço de custo de aquisição ou de produção conforme o critério de custo médio ponderado ou pelo seu valor líquido realizável, o menor destes dois.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui os custos de desenho, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas de produção (baseados na capacidade normal de trabalho dos meios de produção). A variação no preço dos estoques referenciados a índices variáveis são registadas contra o valor dos estoques.

Os prédios em construção e outras edificações são avaliados tomando por base os custos diretos de execução, incluindo, além disso, os custos relativos ao financiamento gerados durante o desenvolvimento das diferentes fases, bem como os custos de estrutura imputáveis aos referidos projetos, e são classificados em ciclo curto ou ciclo longo em função do prazo de finalização da promoção superar ou não os doze meses.

A avaliação dos produtos obsoletos, defeituosos ou de movimento lento foi reduzida ao seu valor líquido realizável.

Nos estoques encontram-se incluídos ativos biológicos, (veja nota 2.29).

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decorrer normal do negócio, subtraídos os custos variáveis de venda aplicáveis.

2.13. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem a valores a receber de clientes por clientes pelas vendas de mercadorias ou prestação serviços realizados no decurso normal da exploração. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal, se este for maior), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado em conformidade com o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão por perdas por deterioração de valor. É estabelecida uma provisão para perdas por deterioração de contas comerciais a receber quando existe evidência objetiva do Grupo não ser capaz de cobrar todos os montantes que lhe são devidos, conforme aos termos originais das contas a receber. A existência de dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, ou a probabilidade do devedor declarar a insolvência ou iniciar um processo de reorganização financeira e a falta ou a demora nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber sofreu deterioração. O montante da

provisão é a diferença entre o montante registado nos livros do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros. O montante registado nos livros do ativo é reduzido à medida que é utilizada a conta de provisão e a perda é reconhecida na demonstração de resultados. Quando uma conta a receber for incobrável, é regularizada contra a conta de provisão para as contas a receber. A recuperação posterior de montantes cancelados com antecedência é reconhecida nos resultados do exercício em que for realizada a recuperação.

2.14. Caixa e equivalentes a caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos a curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais inferiores ou iguais a três meses. No balanço patrimonial, os descobertos bancários são classificados como empréstimos bancários no passivo circulante.

2.15. Capital social

O capital social é composto, na sua totalidade, por ações ordinárias classificadas como património líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no património líquido como uma dedução, líquida de impostos, das receitas obtidas

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do património líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando essas ações são, vendidas ou, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no património líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.16. Receita diferida

a) Subvenções de capital

Segundo os requisitos das IFRS-UE, as subvenções oficiais são registadas em livros quando existir uma segurança razoável de que se vão cumprir as condições relacionadas à sua entrega e que se vão ser recebidas as subvenções. As subvenções e ajudas concedidas ao Grupo estão sujeitas a várias condições. Continuamente são avaliadas as expectativas de cumprimento das condições exigidas para a obtenção de todas as ajudas mencionadas, e considera-se que estas se vão ser cumpridas sem incidências que obriguem ao Grupo a devolver uma parcela ou a totalidade das ajudas concedidas. Portanto, as subvenções encontram-se reconhecidas a 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Nota 18).

O Grupo dispõe de diversas ajudas para o financiamento dos seus investimentos. Dadas as diferentes características de cada uma das subvenções que recebe, utiliza-se a juízo para determinar o montante delas nos casos nos que as ajudas estejam referidas a empréstimos que não gerem taxas de juros. Nessas situações, os juros implícitos destes empréstimos são calculados utilizando uma taxa efectiva de juros de mercado para obter o valor justo dos empréstimos. A diferença entre o valor nominal e o valor justo dos empréstimos é considerada como uma receita diferida que será imputada nos resultados conforme o objetivo que o empréstimo concedido estiver financiando. Se o empréstimo sem juros for destinado à aquisição de um ativo, a receita diferida será imputada nos resultados durante a vida útil do dito ativo. Se o empréstimo sem juros estiver relacionado com despesas operacionais, a receita diferida será imputada nos resultados no momento em que dita despesa for efetuada.

b) Empréstimos sem incidência de juros concedidos por órgãos oficiais:

Os empréstimos recebidos pelo Grupo sem incidência de juros são reconhecidos pelo seu valor atualizado (calculado usando uma taxa efectiva de juros de mercado) e a diferença gerada no momento inicial entre o valor nominal do empréstimo e seu valor corrigido é atribuída da seguinte forma:

Quando o destino do financiamento é a aquisição de um ativo, a diferença mencionada acima é reconhecida como receita diferida e atribuída ao resultado do exercício no período de depreciação dos ativos financiados.

c) Deduções

As receitas fiscais obtidas de deduções ou créditos de imposto de renda ainda a serem aplicados, por investimentos em imobilizado, são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado no mesmo período em que o imobilizado que gerou essas deduções ou créditos é depreciado, uma vez que isso envolve assistência específica sujeita a cumprimento de certas condições e têm o objetivo de incentivar investimentos em energias renováveis.

2.17. Fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efectiva de juros.

As contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário são apresentadas como passivo não circulante.

2.18. Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros compostos emitidos pelo Grupo compreendem notas conversíveis que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo de um passivo similar sem a opção de conversão no patrimônio. O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto, considerado globalmente e o valor justo do componente de passivo. Qualquer custo de transação diretamente atribuível ao título é alocado aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.19. Empréstimos Bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, liquidados dos custos incorridos na transação. Subsequentemente, os empréstimos bancários são mensurados pelo custo amortizado; qualquer diferença entre os fundos obtidos (liquidados dos custos necessários para a sua obtenção) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração de resultados durante a existência da dívida, de acordo com o método da taxa efectiva de juros.

Os empréstimos bancários são classificados como passivos circulantes, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os juros e outras despesas incorridas com a obtenção de empréstimos bancários são imputados aos resultados do exercício, seguindo o critério do rendimento.

2.20. Impostos correntes e diferidos

A despesa por imposto do exercício compreende o imposto corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto as partidas registadas diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto é reconhecido também no patrimônio líquido.

O encargo por imposto corrente é calculado com base as leis fiscais aprovadas ou a ponto de serem aprovadas na data de balanço nos países nos que as sociedades do Grupo operam e geram resultados sujeitos a impostos. A Direção avalia periodicamente as posturas tomadas em relação às declarações de impostos em situações nas que a lei fiscal está sujeita a interpretação, criando, se for caso, as provisões necessárias com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se os impostos diferidos resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal), não são contabilizados. O imposto diferido é determinado usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos de ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos de ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.21. Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

Para efeitos do seu tratamento contábil, é necessário distinguir os planos de contribuição definida, em que a obrigação da empresa consiste exclusivamente em contribuir com uma quantia anual, dos planos de prestação definida em que os trabalhadores têm direito a uma prestação concreta pela aposentadoria.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual o Grupo faz contribuições fixas para um fundo e não tem nenhuma obrigação, nem legal nem implícita, de realizar contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados as benefícios relacionados com os serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores. Nos planos de contribuição definida, as aportações geradas são reconhecidos anualmente como despesa.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de pensões que não é um plano de contribuições definidas. Habitualmente, os planos de prestações definidas estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá no momento da aposentadoria, normalmente em função de um ou mais fatores como a idade, o número de anos de serviço e a remuneração.

O passivo reconhecido no balanço com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos afetos ao plano e qualquer custo por serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação é determinado, descontando os fluxos futuros de saída de caixa estimados usando taxas de juro de títulos do Estado denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e com prazos de vencimento similares aos das respectivas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Grupo não tem este tipo de operações.

Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são pagos aos empregados como consequência da decisão do Grupo de rescindir o seu contrato de trabalho antes da idade normal de aposentadoria ou quando o empregado aceita a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Grupo reconhece os benefícios de rescisão quando está comprometido de forma demonstrável com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado sem a possibilidade de retrocesso, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como consequência de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que não são pagas nos doze meses seguintes à data do balanço são descontadas a seu valor presente.

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação implícita.

2.22. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando: o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados; é mais provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação do que o contrário; e o montante foi estimado de forma fiável. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa por juros.

Provisões para garantias

O Grupo fornece aos clientes garantia para vendas de painéis fotovoltaicos. As provisões necessárias para as garantias fornecidas são calculadas com base em expectativas teóricas e informações históricas sobre índices de defeitos e custos estimados de reparos. Esses itens são revisados e ajustados regularmente. Essas provisões são reconhecidas ao valor estimado de reclamações futuras provenientes dos contratos mencionados acima e lançadas contra despesas operacionais.

Provisão para desmontagem

O Grupo, com base em estudos técnicos realizados, calculou o custo atual de desmontagem das instalações técnicas das centrais solares e de biodiesel que tem nos ativos atribuídos a projetos, reconhecendo a estimativa como maior valor dos ativos e amortizando-o na vida útil das instalações, que resulta na maioria dos casos muito parecida com a duração dos contratos de arrendamento dos terrenos onde se instalaram as centrais.

Adicionalmente, o Grupo tem reconhecido, como um maior valor do imobilizado, o valor presente do custo estimado futuro de desmontagem e retirada de usinas solares no início de sua vida útil.

2.23. Reconhecimento da receita

O volume de negócios inclui o valor justo das contra-prestações recebidas ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Volume de negócios é apresentado líquido do imposto sobre o valor acrescentado, devoluções, liquidações e descontos e depois das vendas dentro do Grupo serem eliminadas.

O Grupo reconhece as receitas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. Não se considera que seja possível mensurar o valor da receita com fiabilidade até que não forem resolvidas todas as contingências relacionadas com a venda. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O critério seguido para o reconhecimento da receita em cada uma das áreas de atividade do Grupo é o seguinte:

Atividade de construção

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado com suficiente fiabilidade, as receitas e os custos associados a ele são reconhecidos na demonstração de resultados como tais, com referência ao estado de finalização da atividade produzida pelo contrato na data de encerramento do balanço. Para as obras em que há uma estimativa de perdas, aquando da elaboração do orçamento atualizado, são efetuadas as provisões necessárias para cobrir as mesmas na sua totalidade, no caso de se prever essa circunstância.

Para determinar o estado de realização de um contrato, a empresa segue normalmente o critério da análise do trabalho executado. Este método pode ser posto em prática pela existência, geralmente, em todos os contratos de:

- uma definição de todas e cada uma das unidades de obra que seja necessário executar para completar a totalidade da mesma;
- a medição de cada uma de estas unidades da obra, e
- o preço ao que é certificado cada uma delas.

Para a aplicação prática deste método, no final de cada mês é obtida a medição das unidades realizadas de cada uma das obras. A soma total é o valor dos trabalhos realizados ao preço estabelecido no contrato, que deve ser reconhecido como receita da obra desde começo. Fazendo a diferença com o mesmo valor do mês anterior obtém-se a produção do mês e é esta que é registrada contabilmente como receita.

Os custos de execução das obras são reconhecidos contabilmente em função do seu rendimento, reconhecendo-se como despesas aquelas que são efetivamente incursas na execução das unidades de obra realizadas, assim como as que podendo ser incorridas no futuro devam ser imputadas às unidades de obra agora executadas.

A aplicação deste método de reconhecimento de resultados é complementada com a elaboração de um orçamento realizado para cada contrato de obra e por unidade de obra, e que é utilizado como uma ferramenta fundamental na gestão, com o objetivo de manter um acompanhamento detalhado para cada unidade de obra nas que estejam ocorrendo os desvios entre a realidade e o orçamentado.

Nos casos excepcionais, nos que não é possível estimar a margem para a totalidade do contrato, reconhece-se o total dos custos incorridos neste e, como receita do referido contrato, as vendas razoavelmente asseguradas referentes à obra realizada, com o limite dos referidos custos incorridos no contrato.

Ao longo da execução das obras podem surgir imprevisos não contemplados no contrato principal e que suponham trabalhos adicionais a realizar. As mudanças no contrato inicial requerem aprovação técnica por parte do cliente e, posteriormente, aprovação económica que permite, a partir desse momento, a emissão de certificações e a cobrança desses trabalhos adicionais. Segue-se o critério de não reconhecer as receitas por estes trabalhos adicionais enquanto a sua aprovação não estiver razoavelmente assegurada pelo cliente; os custos incorridos para a realização destes trabalhos são reconhecidos no momento em que se produzem, independentemente do grau de aprovação dos clientes dos trabalhos realizados.

Caso o valor da obra executada com base em cada uma das obras for maior do que o montante certificado para cada uma delas até à data de encerramento, a diferença entre os valores é mencionada na rubrica "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" do balanço patrimonial consolidado. Se o valor da obra executada com base em cada uma das obras for menor do que o valor das certificações emitidas, a diferença será mencionada na rubrica "Fornecedores e outras obrigações" do balanço patrimonial consolidado.

Os custos estimados para a retirada da obra são provisionados de forma periodizada, ao longo da execução da mesma, e são imputados ao custo proporcionalmente à relação entre custos estimados e produção realizada; as despesas produzidas a partir do fim da obra até à liquidação definitiva da mesma são descontadas da provisão realizada, registando-se o saldo remanescente no capítulo "Provisões para outras obrigações e encargos" do balanço patrimonial consolidado.

Os juros de mora são originados por atraso na cobrança de certificações com as Administrações Públicas e são registrados quando existir a probabilidade deles serem efetivamente recebidos, e quando o seu valor possa ser medido de forma fiável.

Os custos relacionados com a apresentação de ofertas para a adjudicação de obras são descontados da demonstração de resultados no momento em que se incorre neles, quando não é provável ou se desconhece, nessa data, se o contrato será obtido. Os custos de apresentação de ofertas são incluídos no custo do contrato quando é provável ou é conhecido que o contrato será obtido ou quando é conhecido que os referidos custos serão liquidados ou incluídos nas receitas do contrato.

Atividade de engenharia

As receitas das obras de Engenharia são reconhecidas segundo o método da percentagem de obra realizada, sendo esta percentagem calculada em função dos custos diretos incorridos, em relação ao total estimado.

São aplicáveis os conceitos descritos para a atividade de Construção ao respeito do reconhecimento de receitas relacionadas com trabalhos adicionais, reconhecimento de perdas futuras estimadas através da constituição de provisões, tratamento contábil das diferenças temporárias que possam existir entre o ritmo de reconhecimento contábil de receitas e as certificações emitidas aos clientes, e reconhecimento contábil dos juros de mora.

Atividade de concessões e serviços

O grupo tem concessões para a exploração de infraestruturas elétricas, estacionamentos, autopistas e outros. (nota 2.7). Os serviços contêm principalmente a prestação de serviços ambientais, como por exemplo o tratamento de águas residuais e serviços de manutenção de infraestrutura industrial e áreas relacionadas.

Nos contratos de concessão e de gestão de serviços, o reconhecimento do resultado é realizado através do registo das receitas e despesas do exercício, seguindo o critério de especialização dos exercícios, independentemente do momento em que ocorre o fluxo monetário ou financeiro procedente dos mesmos. O tratamento das atividades principais é descrito a seguir.

Contratos com elementos múltiplos

As concessões de serviços públicos são contratos entre um operador privado e o Governo ou outro organismo público, em que este outorga ao operador privado o direito de fornecer serviços públicos como, por exemplo, o fornecimento de água e energia, ou a exploração de estradas, aeroportos ou prisões. O controle do ativo permanece nas mãos do setor público mas o operador privado é o responsável pela construção do ativo, bem como pela exploração e manutenção da infraestrutura. De acordo com os termos do contrato, as concessões são tratadas como imobilizados intangíveis (quando o elemento predominante é o fato do concessionário ter o direito de receber taxas diretamente do usuário ou o nível de fluxos futuros não esteja garantido pelo concedente) ou ativos financeiros (nos casos em que o concessor garante um nível de fluxos futuros de caixa).

O Grupo oferece determinados acordos mediante os quais constrói uma infraestrutura em troca da obtenção de uma concessão para a exploração da referida infraestrutura durante um determinado período. Quando estes acordos com múltiplos elementos têm lugar, o valor que é reconhecido como receita define-se como o valor justo de cada uma das fases do contrato. A receita referente à construção e engenharia da infraestrutura é reconhecida com base nas normas citadas nos parágrafos anteriores. A receita da exploração de um ativo intangível reconhece-se, com base no seu rendimento, como receitas operativas, enquanto as receitas nos casos em que se tenha reconhecido um ativo financeiro constituem uma devolução do capital com um elemento de receita de juros. Para as características das atividades principais do grupo, estabeleceram-se as seguintes normas:

Autopistas / linhas de transmissão elétrica

Na maior parte dos casos coexiste o princípio da responsabilidade, por parte do concessionário, com o princípio de garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão por parte da Administração. O reconhecimento de receitas na fase de construção é determinado em função do valor justo. Nos casos em que a autoridade concessora preste ou garanta diretamente um nível de receitas para o concessionário, o ativo é classificado como conta a receber. Nos casos em que o concessionário possui o direito de receber taxas dos utilizadores, existe um ativo intangível. Nestes casos, o grupo reconhece as receitas baseando-se no seu incorrimento e amortiza o ativo intangível durante a duração da concessão, pelo método linear, exceto para certas concessões de infraestruturas de autopistas para os que se reconhece a amortização de forma sistemática em função do trânsito previsto na concessão.

Estacionamentos

Dentro do negócio de estacionamentos é necessário distinguir:

- » **Estacionamentos para residentes:** Supõe a construção de um estacionamento cujas vagas são vendidas diretamente ao cliente final. O registro contábil da venda e dos seus custos apenas é realizado após a entrega da vaga de estacionamento, o que coincide normalmente com a formalização da escritura de compra e venda. Adicionalmente, para poder ser reconhecido o referido resultado, a construção do estacionamento deve encontrar-se finalizada, e entregue a licença que habilita a sua utilização. Os compromissos formalizados em contrato, referentes à venda de estacionamentos realizados e que se encontram à espera que o produto esteja pronto para ser entregue, são registados na conta de adiantamentos de clientes, pelas quantias recebidas como sinal do estacionamento. Os custos ativados classificam-se em estoques e são avaliados seguindo os critérios mencionados no respetivo parágrafo.

- » **Estacionamentos de superfície:** Trata-se de um serviço público prestado às autoridades locais, que tem como objeto, fundamentalmente, a gestão do controle do estacionamento na via pública e a cobrança das tarifas emitidas pelas prefeituras pelos referidos serviços. As receitas são normalmente as tarifas pagas pelo estacionamento ou um preço pelo serviço público prestado a pagar pela prefeitura, e o seu registro contábil é realizado no momento em que as referidas receitas são exigíveis. No caso de concessões, o "royalty" pago para a sua obtenção é imputado na demonstração do resultado no período de concessão. Os custos ativados classificam-se como imobilizados intangíveis ou financeiros, de acordo com as características do contrato. A amortização é realizada pelo método das quotas constantes durante os anos de vida da concessão e começa no momento em que os estacionamentos estão disponíveis para a sua utilização.

- » **Estacionamentos de rotação:** Neste caso, as receitas são provenientes da utilização de lugares de estacionamento que são da propriedade da sociedade ou estão em regime de concessão

administrativa. As receitas dos estacionamentos de rotação são registadas no momento da venda de bilhetes, por horas, e quando se trata de aderentes realizam-se por períodos, considerados oportunos.

Os estacionamentos compostos por lugares de rotação e de residentes, denominados mistos, registam a sua receita relativamente aos lugares de rotação tal como foi descrito no parágrafo anterior, e no que respeita aos lugares de residentes, as cobranças recebidas por lugares entregados são registadas como um passivo e imputadas ao resultado, pelo método das quotas constantes, durante os prazos das respetivas concessões, na medida em que os custos distribuíveis não possam ser razoavelmente separados. No período contábil em que são reconhecidas as receitas, são feitas as provisões necessárias para cobrir as despesas que vão se produzir depois das entregas realizadas. Estas provisões realizam-se de acordo com as melhores estimativas das despesas a incorrer e apenas podem diminuir no caso de ocorrer algum pagamento relacionado com o motivo que deu origem à provisão ou no caso de ocorrer uma diminuição do risco. Depois de o risco ter desaparecido ou de se terem realizado todos os pagamentos, procede-se à reversão da provisão remanescente. Os custos ativados classificam-se como imobilizados intangíveis.

Atividade imobiliária

As sociedades do Grupo seguem o procedimento de reconhecer as vendas e os resultados das promoções imobiliárias no momento da entrega da propriedade ao comprador, que coincide normalmente com a formalização da operação em escritura de compra e venda. As quantias recebidas como sinal são registadas em "Fornecedores e outras obrigações" no passivo do balanço patrimonial consolidado.

Vendas de painéis solares fotovoltaicos

As vendas incluem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. As vendas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

Grupo reconhece receitas da venda de painéis solares quando:

- Tiver transferido ao comprador os riscos e benefícios significativos da propriedade dos painéis;
- Não tiver envolvimento na administração atual dos painéis vendidos, na extensão normalmente associada à propriedade, e não tiver controle efetivo sobre as mesmas;
- Puder mensurar de forma confiável as receitas ordinárias;
- For provável que benefícios econômicos associados à transação sejam recebidos; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos em relação à transação puderem ser mensurados de forma confiável.

Venda de energia elétrica

As vendas de energia elétrica por usinas solares fotovoltaicas baseadas em regulamentos do setor, detalhadas a seguir, são reconhecidas de acordo com a real produção. As vendas do exercício incluem uma estimativa da energia fornecida que ainda será faturada no encerramento do exercício.

Os regulamentos de energia elétrica fazem uma distinção entre dois tipos de instalações de produção: aquelas que operam sob o "Sistema Ordinário" e aquelas que operam sob o "Sistema Especial". As controladas do Grupo T-Solar Global, S.A. executam suas atividades no mercado de geração de energia sob o "Sistema Especial". As principais disposições sobre essa atividade são as seguintes:

O Decreto Real 661/2007 (25 de maio), que regula as atividades de produção de energia elétrica sob o sistema especial, estabelece o sistema financeiro para aqueles que produzem energia sob o sistema especial. Esse Decreto Real estabelece objetivos de produção para cada uma das tecnologias de produção de energia renovável.

O objetivo da tecnologia fotovoltaica foi superada em agosto de 2007. Como resultado, a SGE (Secretaria Geral de Energia) emitiu uma Resolução em 27 de setembro de 2007 contendo o período sobre o qual a tarifa regulada para tecnologia fotovoltaica foi estabelecida, em virtude do Artigo 22 do Decreto Real 661/2007. Esse período foi estabelecido em 12 meses após a publicação da Resolução no Diário Oficial do Estado ("BOE"), ou seja, 29 de setembro de 2007. O Decreto Real 1578/2008 é aplicável a qualquer instalação registrada antes dessa data.

Os principais aspectos do Decreto Real 661/2007, em relação ao sistema financeiro para geração de energia utilizando as usinas fotovoltaicas do grupo, exigem que os proprietários das instalações que entraram em operação após 31 de dezembro de 2007 escolham uma das seguintes opções, aplicáveis por não menos do que 1 ano:

Tarifa regulada: os produtores produzem energia para o sistema através de uma rede de distribuição e recebem a tarifa regulada para essa produção.

Tarifa de mercado: nesse caso o preço da energia elétrica é estabelecido pelo mercado ou negociado pelo proprietário da instalação e complementado, se apropriado, por um prêmio. Preços mínimos e máximos são estabelecidos nesse caso. Porém, no caso de energia solar fotovoltaica, esse prêmio não é contemplado e, portanto ele pode aplicar apenas a primeira opção.

As instalações operacionais cobertas pelo Decreto Real 661/2007 foram escolhidas para aplicar a tarifa regulada.

Uma das novidades introduzidas pelo Decreto Real 1578/2008 é a distinção feita entre tipos de instalações. Essa diferenciação é de particular importância porque o Decreto Real 1578/2008 estabelece certas quotas anuais de capacidade atribuídas em base trimestral e remuneração específica baseada no tipo e subtipo das instalações.

Em 23 de novembro de 2010 foi publicado o Decreto

Real 1565/2010 (19 de novembro), que regula e altera certos aspetos relacionados à produção de energia sob o Sistema Especial. Esse Decreto Real inclui uma redução dos prêmios entre 5% e 45% para novos projetos que se enquadram nas primeiras chamadas de licitações desde que esse Decreto Real tenha entrado em vigor e o prêmio é eliminado após o ano 26.

Em 24 de dezembro de 2010 foi publicado o Decreto-Lei Real 14/2010 (23 de dezembro), que estabelece medidas urgentes para corrigir o déficit de tarifa no setor de energia elétrica. Esse Decreto-Lei Real estabelece um limite nas horas equivalentes que as usinas fotovoltaicas que têm direito a cobrar um prêmio podem operar. Ele também estabelece uma extensão de 25 a 28 anos em relação ao direito das usinas de vender energia com um prêmio, entendendo assim o período em 3 anos comparado com o Decreto Real 661/2007. Posteriormente a legislação aprovada sobre Economia Sustentável aumentou de 28 para 30 anos o período de compensação para as centrais fotovoltaicas.

2.24. Arrendamentos

Quando uma entidade do Grupo é o arrendatário – Arrendamento financeiro

O Grupo arrenda um determinado elemento do imobilizado corpóreo. Quando o Grupo tem substancialmente todos os riscos e vantagens resultantes da propriedade, os arrendamentos de imobilizado corpóreo classificam-se como arrendamentos financeiros. Os arrendamentos financeiros são capitalizados, no início do arrendamento, ao valor justo da propriedade arrendada ou ao valor presente dos pagamentos mínimos pelo arrendamento, o menor dos dois.

Cada pagamento por arrendamento é distribuído entre o passivo e os encargos financeiros, para conseguir uma taxa de juros constante sobre o saldo pendente da dívida. As respetivas obrigações por arrendamento, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outras contas a pagar a longo prazo. O elemento de juro do custo financeiro é descontado na demonstração de resultados durante o período de arrendamento, com o objetivo de obter uma taxa periódica constante de juro sobre o saldo restante do passivo, para cada exercício. Os imobilizados adquiridos em regime de arrendamentos financeiros desvalorizam-se durante a sua vida útil ou duração do contrato, o menor dos dois.

Quando uma entidade do Grupo é o arrendatário – Arrendamento operativo

Os arrendamentos nos que o arrendador conserva uma parte importante dos riscos e vantagens resultantes da titularidade são classificados como arrendamentos para fins comerciais. Os pagamentos, no âmbito do arrendamento operativo, (líquidos de qualquer incentivo recebido do arrendador) são descontados da demonstração de resultados, pelo método das quotas constantes, durante o período de arrendamento.

Quando uma entidade do Grupo é o arrendador

Quando os ativos são arrendados sob a forma de arrendamento financeiro, o valor presente dos pagamentos por arrendamento são reconhecidos como

uma conta a receber. A diferença entre o montante bruto a cobrar e o valor presente de tal montante é reconhecido como rendimento financeiro de capital.

As receitas por arrendamento são reconhecidas durante o período do arrendamento de acordo com o método do investimento líquido, que reflete um tipo de rendimento periódico constante.

Os ativos arrendados a terceiros segundo contratos de leasing são incluídos nos imobilizados corpóreos no balanço. As receitas derivadas do arrendamento são reconhecidas durante o prazo do arrendamento pelo método linear.

2.25. Ativos não circulantes (ou grupo de alienação) disponíveis para a venda

Os ativos não circulantes (ou grupos de alienação) classificam-se como ativos disponíveis para venda e reconhecem-se pelo menor valor do montante em livros ou do valor justo menos os custos para a venda se o seu montante em livros for recuperado, nomeadamente através de uma transação de venda, em vez de ser através da utilização continuada. Não existem ativos não circulantes (ou grupo de alienação) detidos para a venda à data do balanço.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, no exercício em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Sociedade dominante.

2.27. Meio ambiente

O grupo consolidado não tem responsabilidades, despesas, ativos, provisões, nem contingências de natureza ambiental que pudessem ser significativos em relação ao seu património, situação financeira e/ou resultados. Por este motivo, não são incluídas separações específicas, na presente memória das demonstrações financeiras consolidadas, relativamente a informação de questões ambientais.

2.28. Resultado operacional

A rubrica de Resultados operacionais da demonstração do resultado inclui os resultados das operações habituais das empresas do Grupo, excluindo resultados financeiros (Nota 27), participações no resultado de sociedades por equivalência patrimonial.

2.29. Ativos Biológicos

Os produtos agrícolas colhidos ou apanhados dos ativos biológicos são mensurados no ponto de venda ou colheita pelo seu valor justo menos os custos estimados no ponto de venda. A mensuração corresponde ao valor de custo à data da colheita ou apanha para os efeitos da mensuração dos estoques. Os ganhos ou perdas surgidos pela variação do valor justo menos os custos estimados no ponto de venda são reconhecidos na demonstração do resultados consolidada. Mais concretamente: Os produtos agrícolas como os cereais são registados pelo seu valor de mercado, líquido de despesas de comercialização. Além disso, os bens a serem utilizados no processo de produção encontram-se registados pelo seu custo de reposição.

2.30. Informação financeira por segmentos

Os segmentos operativos são apresentados de maneira coerente com a informação interna que se apresenta ao máximo nível de toma de decisões. O máximo nível de toma de decisões é responsável de atribuir recursos aos segmentos operativos e avaliar o rendimento de tais segmentos. O máximo nível de toma de decisões é o Comité de Direção que toma decisões estratégicas.

3

Gestão do risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo o risco cambial, risco da taxa de juros do valor justo e risco de preços), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão do risco global do Grupo centra-se na incerteza dos mercados financeiros e tenta minimizar os efeitos potenciais adversos sobre a rentabilidade financeira do Grupo. O Grupo utiliza derivativos como hedge para determinados riscos.

A gestão do risco é controlada pelo Departamento Central de Tesouraria do Grupo, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este Departamento identifica, avalia e cobre os riscos financeiros em estreita colaboração com as unidades operativas do Grupo. O Conselho proporciona políticas escritas para a gestão do risco global e para áreas concretas, como o risco de taxa de câmbio, risco da taxa de juros, risco de liquidez, utilização de derivativos e não derivativos e investimento do excesso de liquidez.

» a. Risco de Mercado

» a.1. Risco cambial

O Grupo atua no âmbito internacional e, portanto, está exposto a riscos cambiais que podem surgir das operações com divisas, especialmente o dólar americano (USD), o real brasileiro, o peso mexicano, o real qatari, a rupia indiana e outras moedas. O risco cambial surge de transações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no estrangeiro.

A Direção estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em moeda estrangeira em relação à sua moeda funcional. As entidades do Grupo têm a obrigação de cobrir a totalidade do risco da cambial a que ficam expostos no Departamento Central de Tesouraria. Para administrar o risco cambial que surge de transações comerciais futuras e dos ativos e passivos reconhecidos, as entidades do Grupo utilizam contratos a prazo, negociados através do Departamento de Tesouraria do Grupo. O risco cambial surge quando as transações comerciais futuras, os ativos ou passivos reconhecidos estão denominados numa moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco do Departamento de Tesouraria do Grupo é a de cobrir os fluxos líquidos previstos, oriundos das transações previstas em moedas diferentes da moeda funcional correspondente à companhia do Grupo que realiza a transação. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 só existiam operações de venda de moeda estrangeira por transações realizadas por companhias sediadas na Espanha, África, Ásia e na América Latina (Nota 11).

As operações do Grupo são geralmente realizadas na moeda funcional de cada país, apesar de ser habitual que se realizem operações noutra moeda (principalmente na Espanha, na Índia, em África e na América Latina), especialmente em USD e euros. Se, a 31 de dezembro de 2011, a moeda funcional de cada país com operações em USD tivesse sofrido uma desvalorização/valorização de 10% em relação ao USD, mantendo-se as restantes variáveis constantes, o resultado consolidado depois de impostos do exercício teria sido 1.562 milhares de euros inferior / superior (2010: 8.085 milhares de euros inferior / superior) principalmente como resultado dos efeitos da desvalorização/valorização das posições em USD passivas ou ativas; o património líquido teria variado nas mesmas magnitudes (efeitos calculados sem considerar o impacto das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados).

O Grupo possui vários investimentos em operações com o estrangeiro, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco da conversão de moeda estrangeira. Tais operações estão concentradas basicamente na América Latina (Brasil e México) e a Índia. No geral, a política do Grupo determina que as operações em cada país sejam financiadas com a dívida tomada na moeda funcional de cada país, pelo que o risco só afeta a parte correspondente ao investimento em capital. Se o investimento for financiado parcial ou totalmente com empréstimos bancários, a política do Grupo é tomar créditos denominados na moeda funcional correspondente. No caso de não existir financiamento, a política do Grupo consiste em não realizar hedge, exceto nos casos em que sejam cobertos fluxos previstos a curto prazo pela entrega de dividendos da filial. Abaixo são apresentadas as principais exposições em moeda estrangeira como consequência dos investimentos de capital realizados:

	2011	2010
Real brasileiro (*)	539.859	392.592
Peso mexicano (*)	264.022	267.976
Rupia indiana	153.789	93.238
Dólar americano (*)	63.839	22.806
Outras moedas (*)	8.546	4.343
Total	1.030.055	780.955

(*) Não inclui o valor dos fundos de comércio existentes em cada data segundo se informa na Nota 7.1.

a.2. Risco de Preço

O Grupo não está exposto ao risco dos títulos de capital uma vez que não existem investimentos significativos por parte do Grupo. O Grupo encontra-se exposto parcialmente ao risco do preço da matéria-prima cotada, basicamente ligado aos metais e ao petróleo, pelo que afetam o preço do fornecimento de equipamentos e materiais fabricados nos projetos construídos. Geralmente, estes impactos são trasladados de forma eficiente aos preços de venda por todos os contratistas semelhantes que atuam no mesmo setor. Também está exposto ao risco de alteração do preço das matérias-primas usadas no processo de produção de biodiesel, e no processo de produção de painéis solares fotovoltaicos. O grupo reduz e abranda o risco de preço com políticas estabelecidas instruídas pela Direção, basicamente ao acelerar ou desacelerar o ritmo de colocações.

a.3. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Para analisar o risco da taxa de juro é necessário distinguir os dois tipos de financiamento que o Grupo possui:

- Financiamento de projetos

Como abordado na Nota 8, o Grupo participa em diversos projetos de investimento estruturados sob fórmulas de "Project finance" que se caracterizam, entre outros aspetos, pelo fato de que o financiamento tomado está unicamente garantido pelo fluxo de caixa dos respetivos projetos. Nestes casos, os financiamentos são principalmente a longo prazo e emitidos de vários tipos, dependendo da referência do tipo de taxa de juros do país onde está localizado

2011	Referenciado Euribor	Referenciado TJLP/CDI (1)	Referenciado TIIE (2)	Referenciado PLR (3)	Referenciado LIBOR (4)	Outras referências	Total
Financiamento	1.187.178	450.189	351.445	394.857	44.306	18.649	2.446.624
Caixa e equivalentes que produzam rendimento de juros	(129.071)	(94.973)	(45.974)	(48.333)	(3.788)	(17.304)	(339.443)
Posição líquida	1.058.107	355.216	305.471	346.524	40.518	1.345	2.107.181
Porção coberta com derivativos financeiros	85%	0%	85%	0%	115%	0%	57%

- (1) Taxa de juros de longo prazo Brasileira
 (2) Taxa de juros de longo prazo Mexicana
 (3) Taxa de juros de longo prazo Indiana
 (4) Taxa de juros de longo prazo Internacional

e selecionando as moedas e países de origem e também garantindo a produção a preço fechado de determinadas matérias-primas.

No caso de compra de azeite como matéria-prima para a produção de biodiesel, o Grupo tem contratos de compra nos que o preço do azeite referencia-se à cotação do diesel, que é também o preço de referência do biodiesel, com o objetivo de garantir as margens.

Em relação à sensibilidade ao risco de preço da opção incluída no contrato assinado com a Corpin Capital Asesores, S.A. e outras entidades, consulte-se a informação incluída na nota 11.

o projeto e a moeda na qual está emitido o financiamento. Os financiamentos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo a riscos de taxa de juros dos fluxos de caixa. A política do Grupo consiste em utilizar swaps de taxas de juros para a converter em fixos, total ou parcialmente, os financiamentos a longo prazo. Adicionalmente, em certos contratos de "Project finance", a companhia tomadora do financiamento compromete-se com os bancos outorgantes de crédito a contratar o derivativo financeiro mencionado anteriormente.

A exposição a risco de taxa de juros variável no fechamento de cada exercício é a seguinte:

2010	Referenciado Euribor	Referenciado TJLP/CDI (1)	Referenciado TIIE (2)	Referenciado PLR (3)	Outras referências	Total
Financiamento	399.528	285.788	296.782	252.912	-	1.235.010
Caixa e equivalentes que produzam rendimento de juros	(59.397)	(68.072)	(29.274)	(65.815)	(1.403)	(223.961)
Posição líquida	340.131	217.716	267.508	187.097	(1.403)	1.011.049
Porção coberta com derivativos financeiros	100%	0%	96%	0%	0%	59%

- (1) Taxa de juros de longo prazo Brasileira
 (2) Taxa de juros de longo prazo Mexicana
 (3) Taxa de juros de longo prazo Indiana
 (4) Taxa de juros de longo prazo Internacional

O Grupo analisa a sua exposição ao risco da taxa de juros de uma forma dinâmica. Realiza-se uma simulação através da qual o Grupo calcula o efeito sobre o resultado de uma variação determinada da taxa de juros. Para cada simulação, utiliza-se a mesma variável na taxa de juros para todas as moedas e referências. Os cenários são realizados unicamente para os passivos que representam as posições mais relevantes que suportam um juro. Com base nas simulações realizadas, o impacto sobre o resultado após impostos de um aumento / diminuição de 100 pontos básicos da taxa de juros implicaria uma diminuição / aumento de 6.593 milhares de euros (2010: 2.839 milhares de euros), principalmente como consequência de uma maior / menor despesa em juros de empréstimos a taxa variável. O património líquido teria variado nas mesmas proporções (efeitos calculados sem considerar o impacto das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados).

	2011			2010		
	Referenciado Euribor	Outras referências	Total	Referenciado Euribor	Outras referências	Total
Empréstimos bancários	1.235.587	143.401	1.378.988	1.119.646	130.722	1.250.368
Caixa e equivalentes que produzam rendimento de juros	(138.440)	(174.708)	(313.148)	(237.429)	(436.414)	(673.843)
Posição líquida	1.097.147	(31.307)	1.065.840	882.217	(305.692)	576.525
Porção coberta com derivativos financeiros	79%	0%	81%	86%	0%	131%

O Grupo analisa a sua exposição ao risco da taxa de juros de uma forma dinâmica. Realiza-se uma simulação de vários cenários tendo em conta o refinanciamento, renovação das posições atuais, o financiamento alternativo, a existência de investimentos que provenham de juros variáveis (neste sentido são consideradas as operações a muito curto prazo que possam gerar juros através da exposição a taxas de juros variáveis) e os hedge existentes. Em função

• Empréstimos Bancários

O risco da taxa de juros do Grupo surge principalmente dos empréstimos bancários a longo prazo. Os empréstimos bancários emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco da taxa de juros dos fluxos de caixa. Os empréstimos bancários a uma taxa de juros fixa expõem o Grupo ao risco da taxa de juros de valor justo. Uma grande parte dos empréstimos bancários do grupo foi emitida a taxa variável, cuja principal referência é a Euribor. A política do Grupo consiste em utilizar swaps da taxa de juros para converter em fixos os empréstimos bancários a longo prazo.

A exposição de risco da taxa de juros variável no fechamento de cada exercício é a seguinte:

destes cenários, o Grupo calcula o efeito sobre o resultado de uma variação determinada da taxa de juros. Para cada simulação, utiliza-se a mesma variação na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são realizados unicamente para os passivos que representem as posições mais relevantes que suportam um juro. Baseando-se nas simulações realizadas, o impacto sobre o resultado depois de impostos de um aumento / diminuição de 100 pon-

tos básicos da taxa de juros representaria uma diminuição / aumento de (193) milhares de euros (2010: (717) milhares euros), principalmente como consequência de uma maior / menor despesa por juros dos empréstimos a taxa variável. O património líquido teria variado nas mesmas magnitudes (efeitos calculados sem considerar o impacto das variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados).

b. Risco de crédito

A gestão do risco de crédito por parte do Grupo é feita considerando a seguinte agrupamento de ativos financeiros:

- Ativos por instrumentos financeiros derivativos (Nota 11) e saldos por diversos conceitos incluídos em Caixa e equivalentes de caixa e Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (veja Nota 14).
- Saldos relacionados com Contas a receber de clientes e outras contas a receber (Nota 12).

Os instrumentos financeiros derivativos e as operações com entidades financeiras incluídas como Caixa e equivalentes de caixa e Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contratados com entidades financeiras de reconhecido prestígio e com altos níveis de qualificação creditícia ("rating"). No caso de investimentos em títulos e letras do governo, também se referem a governos com altos níveis de qualificação creditícia.

Em relação aos saldos de Contas a receber de clientes e demais contas a receber, uma alta proporção destes (63,61% e 62,37% a 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente) referem-se a operações com entidades públicas nacionais e internacionais, o que permite ao Grupo considerar que o risco de crédito se encontra muito limitado. Em relação aos clientes do setor privado, uma parte significativa dos saldos referem-se a empresas de alta classificação creditícia e com as quais não existe histórico de falta de pagamento. Realiza-se periodicamente um seguimento da posição global de Contas a receber de clientes e demais contas a receber, bem como uma análise individual das exposições mais significativas.

c. Risco de liquidez

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção suficiente de capital e valores negociáveis e a disponibilidade de financiamento mediante um valor suficiente de facilidades de crédito comprometidas, e ter capacidade para liquidar as posições de mercado. Dado o caráter dinâmico dos negócios subjacentes, o Departamento de Tesouraria do Grupo tem como objetivo manter a flexibilidade no financiamento mediante a disponibilidade de linhas de crédito comprometidas.

De citar que os diversos projetos de investimento ("Project finance") nos quais o Grupo participa segundo a Nota 8 se caracterizam pelo fato de que a liquidação do financiamento está apenas garantida pelo fluxo de capital dos respetivos projetos. Nestes casos, a política do Grupo para cobrir o risco de liquidez estabelece que estes financiamentos sejam tomados a longo prazo e estruturados em função dos fluxos de capital previstos para cada um dos projetos. Na aplicação desta política, 86% do financiamento tomado em 31 de dezembro de 2011 (2010: 82%) tem um vencimento superior a 1 ano, e 71% do financiamento tomado em 31 de dezembro de 2011 (2010: 68%) tem um vencimento superior a 4 anos.

No que diz respeito ao resto da posição de liquidez do Grupo, a Direção realiza um seguimento das previsões de reserva de liquidez do Grupo em função dos fluxos de caixa esperados.

A tabela seguinte apresenta uma análise dos passivos financeiros do Grupo a liquidar pelo valor líquido, agrupados por vencimentos de acordo com os prazos pendentes, desde a data do balanço até à data de vencimento estipulada no contrato. Os valores indicados na tabela correspondem aos fluxos de capital estipulados no contrato por descontar. Os saldos a liquidar dentro de 12 meses equivalem aos valores em livros dos mesmos, dado que o efeito do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Recursos alheios	449.058	166.097	691.243	72.590
Instrumentos financeiros derivativos	24.400	11.624	34.872	127.863
Fornecedores e outras obrigações (sem incluir as receitas a distribuir)	2.303.064	31.554	24.284	78.676
Juros não devidos a pagar	51.951	38.110	47.294	1.633
Total	2.828.473	247.385	797.693	280.762
Em 31 de dezembro de 2010				
Recursos alheios	372.804	62.315	606.621	208.628
Instrumentos financeiros derivativos	12.559	2.382	7.146	38.118
Fornecedores e outras obrigações (sem incluir as receitas a distribuir)	2.559.171	3.331	3.405	9.293
Juros não devidos a pagar	37.239	31.877	69.515	11.774
Total	2.981.773	99.905	686.687	267.813

A gestão do risco de liquidez é feito de forma global e centralizada pela Tesouraria do Grupo. Essa gestão inclui a gestão de caixa proveniente da operativa recorrentes do Grupo (análise e acompanhamento dos vencimentos das dívidas, renovação e contratação de empréstimos, gestão das linhas de crédito disponíveis e investimento temporário dos excessos de caixa) e a gestão dos recursos necessários para realizar os investimentos planejados. Apesar de o Grupo apresentar um fundo de manobra negativo a 31 de dezembro de 2011 por um montante de 284.097 milhares de euros, o risco de liquidez está adequadamente

limitado devido aos seguintes aspetos: a Caixa e equivalentes de caixa cobrem adequadamente os Recursos alheios correntes, está previsto renovar a totalidade das apólices de crédito de que dispostas, tal como em anos anteriores, existem linhas de crédito não dispostas por montantes significativos (veja Nota 19), o nível de alavancagem é adequado (veja Nota 3.2) e está previsto aumentar o volume de geração de fluxo de caixa operativo tal como tem ocorrido em anos anteriores. Neste sentido, calcula-se que o fluxo operativo líquido de impostos para o ano de 2012 será de aproximadamente 530 milhares de euros.

3.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos do Grupo em relação à gestão do capital são salvaguardar a sua capacidade para continuar em funcionamento como empresa, procurando um rendimento para os acionistas, bem como lucros para outros portadores de instrumentos de património líquido, e para manter uma ótima estrutura de capital reduzindo o custo do mesmo.

Para poder manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderia ajustar o valor dos dividendos a pagar aos acionistas, reembolsar capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

O Grupo faz um seguimento de capital de acordo com o índice de alavancagem, em conjunto com a prática do setor. Este índice calcula-se como a dívida líquida dividida entre o capital total (sem incluir a posição atribuída

a projetos). A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos bancários, la posição dos fornecedores e outras obrigações, tal como mostram as demonstrações consolidadas, exceto os valores em caixa e equivalentes. O capital é calculado como o património líquido, tal como se apresenta nas demonstrações consolidadas, acrescido da dívida líquida.

Em 2011, a estratégia do Grupo, que não sofreu alterações desde 2010, tem sido baseada na manutenção de um índice de alavancagem inferior a 80%, considerado razoável, tendo em consideração que os principais negócios do grupo (construção e engenharia) se caracterizam pela manutenção de elevados níveis de capital circulante (tanto para ativos, como para passivos financeiros). Os níveis de alavancagem em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

	2011	2010
Empréstimos bancários (Nota 19) e Fornecedores e outras obrigações (Nota 18)	3.682.052	3.809.539
Menos: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 14.2)	(14.447)	(2.300)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14.1)	(674.366)	(937.555)
Dívida Líquida	2.993.239	2.869.684
Património líquido (incluindo juros minoritários)	896.313	771.074
Capital total	3.889.552	3.640.758
Índice de alavancagem (Dívida líquida / Capital total)	77,0%	78,8%

3.3. Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que são comercializados nos mercados ativos (tais como os derivativos com cotação oficial e os investimentos adquiridos para a negociação e os disponíveis para venda) baseia-se nos preços de mercado à data do balanço. O preço de cotação de mercado que é utilizado para os ativos financeiros é o preço de compra corrente.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não estão cotados num mercado ativo determina-se utilizando técnicas de valorização. O Grupo utiliza uma variedade de métodos e realiza hipóteses baseadas nas condições de mercado existentes em cada uma das datas do balanço. Para dívidas de longo prazo, utilizam-se preços cotados a nível de mercado ou cotações de agentes. Para determinar o valor justo dos restantes instrumentos financeiros utilizam-se outras técnicas, tais como a dedução de fluxos de capital estimados. O valor justo dos swaps da taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de capital futuros estimados. O valor justo dos con-

tratos de taxa cambial a prazo determina-se utilizando as taxas cambiais a prazo cotadas no mercado na data do balanço.

O valor justo da opção de contrato de Corpfín Capital e outras entidades (Nota 11) é calculado utilizando o modelo de método de Montecarlo (100.000 simulações), utilizando o valor justo do subjacente, as volatilidades e taxas de juros de mercado e a rentabilidade esperada por dividendo para o subjacente para os preços de exercício e vencimentos das operações.

Assume-se que o valor contábil menos a provisão por deterioração do valor das contas a cobrar e a pagar se aproxima ao valor justo. O valor justo dos passivos financeiros para efeitos da apresentação de informação financeira é estimado ao descontar os fluxos contratuais futuros de capital à taxa de juros corrente do mercado do qual o Grupo pode dispor para instrumentos financeiros semelhantes.

4

Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS-UE requer que a Direção realize estimativas e suposições que podem afetar as políticas contábeis adotadas e o valor dos ativos, passivos, receitas, despesas e desmembramentos relacionados. As estimativas e as hipóteses realizadas estão baseadas, entre outros, na experiência histórica ou noutros acontecimentos considerados razoáveis sob os acontecimentos e circunstâncias considerados à data do balanço, resultado dos quais representa a base de pareceres sobre o valor contábil dos ativos e passivos não determináveis de outra maneira e de forma imediata. Os resultados reais poderiam manifestar-se de forma diferente da estimada.

As estimativas e previsões são avaliadas continuamente e estão baseadas na experiência histórica e noutros fatores, incluindo as expectativas de acontecimentos futuros que sejam razoáveis sob as circunstâncias.

Algumas estimativas contábeis são consideradas significativas se a natureza das estimativas e dos supostos for material e se o impacto das estimativas e supostos sobre a posição financeira ou o rendimento operativo for igualmente material. A seguir, são apresentadas de forma detalhada as principais estimativas realizadas pela Direção do Grupo.

4.1. Estimativas e previsões contábeis importantes

O Grupo faz estimativas e previsões em relação ao futuro. As estimativas contábeis resultantes, por norma, raramente conseguirão igualar os correspondentes resultados reais. Em seguida, são explicadas as estimativas e previsões com risco significativo e que possam gerar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do exercício financeiro seguinte.

Aquisições de negócios ou grupos de ativos líquidos

Na data em que uma controlada é adquirida, as IFRS-UE requerem uma análise de se a compra constitui um negócio ou um grupo de ativos líquidos que não atendem à definição de um negócio de acordo a IFRS 3 "Combinações de negócios" (Nota 2.2).

Quando o Grupo adquire ações de uma empresa que não constitui um negócio mas um grupo de ativos líquidos, o custo é distribuído entre os ativos e passivos identificados individualmente dentro do grupo, estabelecendo seus valores justos na data da aquisição. Às vezes o custo do grupo de ativos líquidos pode incluir um componente de pagamento baseado em ações. Nesse caso, a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e o valor a ser pago em dinheiro é creditado diretamente ao património líquido. (Nota 2.26).

Quando o Grupo adquire ações de uma entidade que constitui um negócio, na data da aquisição o custo

da combinação de negócios é distribuído entre os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis reconhecidos pela empresa adquirida. Esses ativos e passivos são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Se uma parcela do custo da combinação depende de eventos futuros, o valor desse ajuste é incluído no custo da combinação, desde que os eventos sejam prováveis e o valor possa ser mensurado de forma confiável.

O custo excedente da combinação de negócios sobre a participação da adquirente no valor justo dos ativos líquidos adquiridos é reconhecido como goodwill.

Durante o exercício de 2011, o Grupo realizou aquisições de grupos de ativos líquidos (Nota 32). A Direção utilizou o seu critério para contabilizar o custo de aquisição desses grupos de ativos líquidos e do negócio de acordo com as provisões dos contratos de compra e venda.

Perdas estimadas por deterioração do agio (goodwill)

O Grupo comprova anualmente se o goodwill sofreu alguma perda por deterioração de valor, de acordo com a política contábil da Nota 2.9. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base em cálculos do valor de uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas, realizando análises de sensibilidade das variáveis mais relevantes consideradas nessas estimativas, com especial atenção para aquelas situações nas quais poderiam existir indicadores de deterioração potencial (Nota 7.1).

Imposto sobre os lucros

O Grupo está sujeito ao imposto sobre os lucros em muitas jurisdições. O requisito essencial é um grau importante de previsão para determinar a provisão mundial para o imposto sobre os lucros. Existem muitas transações e cálculos para os quais a determinação última do imposto é incerta durante o curso normal do negócio. O Grupo reconhece passivos para problemas fiscais antecipados com base em estimativas sobre eventuais necessidades de impostos adicionais. Quando o resultado fiscal final desses assuntos for diferente dos valores reconhecidos inicialmente, essas diferenças terão efeito sobre o imposto de lucros e as provisões por impostos diferidos no exercício no que seja realizada tal determinação. Nesse sentido, não existem aspetos significativos que estejam sujeitos a estimativas e que possam ter um impacto relevante na posição do Grupo.

Recuperação de impostos diferidos ativos

A recuperação de impostos diferidos ativos (Nota 20) é avaliada no momento em que são gerados e subsequentemente a cada data do balanço patrimonial, de acordo com a evolução dos lucros do Grupo previstos no plano de negócios.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos, em especial, foram tidas em consideração, entre outros aspetos, as sinergias derivadas da consolidação fiscal, assim como a estimativa de benefícios fiscais futuros com base no plano de negócios do Grupo.

Valor justo de derivativos ou outros sistemas financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados num mercado ativo é determinado utilizando técnicas de valorização. O Grupo utiliza a previsão para selecionar uma variedade de métodos e formular hipóteses que se baseiam principalmente nas condições do mercado existentes na data de cada balanço. O Grupo utilizou análises de fluxos de caixa descontados para vários ativos financeiros disponíveis para venda que não se negociavam nos mercados ativos.

Reconhecimento de receitas

O critério de reconhecimento de receitas utilizado pelo Grupo para as atividades de construção e engenharia baseia-se no método de percentagem de realização com base no grau de avanço. Este último é calculado como percentagem dos custos incorridos do contrato sobre o total de custos estimados para a realização do contrato. Esse método de reconhecimento de receitas é aplicado apenas quando o resultado possa ser estimado de forma fiável e é provável que o contrato proporcione lucros. Se o resultado do contrato não puder ser estimado de forma fiável, as receitas são reconhecidas na medida de recuperação dos custos. Quando for provável que os custos do contrato excedam as receitas do contrato, a perda é reconhecida imediatamente sob a forma de despesa. Na aplicação do método da percentagem de realização, o Grupo efetua estimativas significativas em relação aos custos totais necessários para a realização do contrato. Essas estimativas são revistas e avaliadas periodicamente com o objetivo de verificar se foi gerada uma perda e se é possível continuar com a aplicação do método de percentagem de realização ou para reconsiderar a margem esperada para o projeto. Durante o desenvolvimento do projeto, o Grupo estima também as prováveis contingências relacionadas com o aumento do custo total estimado e varia o reconhecimento das receitas de forma consequente. Nos aspetos mencionados, o historico do Grupo confirma que as estimativas são adequadas e razoáveis.

Contrato de Concessão

Para determinar se o contrato de concessão está sob IFRIC 12, o Grupo realiza uma análise detalhada sobre cada contrato de concessão, baseada na informação disponível e sobre a totalidade dos termos relevantes incluídos nesses documentos. As questões principais a ter em consideração nessa análise são:

- Se o cedente controla ou regula os serviços para os quais o concessionário deve destinar/atribuir a infraestrutura, a quem devem ser prestados esses serviços e a que preço.
- Se o cedente controla alguma participação residual da infraestrutura no final do contrato de concessão.

Baseado na informação da análise e na informação disponível de cada contrato, o Grupo determina o modelo contábil a aplicar:

Modelo de ativos intangíveis: o Grupo aplica este modelo quando o concessionário tem direito a receber pedágios (ou outro tipo de pagamentos) dos usuários, em contraprestação pelo financiamento e construção da infraestrutura ou quando o cedente da concessão remunera o concessionário sobre a base do grau de utilização da infraestrutura, mas não garante as quantias que serão pagas ao concessionário.

Modelo de ativo financeiro: o Grupo aplica este modelo quando o concessionário tem um direito incondicional estabelecido no contrato de receber pagamentos por parte do concedente, independentemente da utilização da infraestrutura.

Modelo Misto: quando o concessionário é parcialmente remunerado pelos usuários (quantia dependente do uso da concessão/infraestrutura) e parcialmente remunerado pelo concedente (amparado por direito incondicional de receber esses pagamentos).

Depois de determinado o modelo contábil, existem estimativas/assunções fundamentais utilizadas pela Direção, como por exemplo:

- As estimativas do trânsito para calcular a amortização dos ativos intangíveis (Concessões Autopistas).
- Provisão para a manutenção: estimativas do CAPEX futuro, de acordo com cada plano de negócio utilizado pela Direção.
- Margem de construção calculada pela Direção, utilizada para medir o valor justo do intangível/ativos financeiros.
- A Direção determina quando é determinado o valor do ativo financeiro, de acordo com os contratos das linhas de transmissão elétrica e as suas interpretações legais, que a concedente indemnizará o concessionário com o valor residual da infraestrutura na finalização do período de concessão.

Vidas úteis dos elementos de Imobilizado corpóreo e Ativos intangíveis

A Direção do Grupo determina as vidas úteis estimadas e os correspondentes encargos por amortização para os Imobilizados corpóreos e os Ativos intangíveis. Essa estimativa está baseada em relação com o período em que os elementos de imobilizado forem gerar lucros económicos de acordo com planos de negócio atualizados. O Grupo revê em cada fechamento as vidas úteis dos imobilizados e se as estimativas diferirem das previamente realizadas, o efeito da modificação é contabilizado de forma prospetiva a partir do exercício em que seja realizada a modificação.

No caso de determinados ativos intangíveis relativos a concessões administrativas de infraestruturas de autopistas que são amortizadas de forma sistemática em função do trânsito e das receitas previstas na concessão de acordo com planos de negócio atualizados, a Direção do Grupo atualiza anualmente essas estimativas de trânsito para ditas concessões.

Se as circunstâncias implicarem piorias dos planos de negócio, são também realizados os correspondentes testes de deterioração.

Reclamações por garantia

O Grupo, geralmente, oferece garantias de 24 ou 36 meses para as suas obras ou serviços. A Direção estima a provisão correspondente para reclamações futuras por garantia com base na informação histórica sobre reclamações de garantia, assim como tendências recentes que poderiam sugerir que a informação passada sobre o custo pode diferir das reclamações futuras. De igual forma, no caso de reconhecimento de receitas, o historico do Grupo demonstra que as estimativas nesse aspeto são adequadas.

Contas a receber e ativos financeiros

O Grupo realiza estimativas relacionadas com a cobrança dos saldos em dívida pelos clientes nos projetos onde existam controvérsias a serem resolvidas ou litígios em curso originados pela desconformidade do trabalho executado ou pelo incumprimento de cláusulas contratuais ligadas ao rendimento dos ativos entregados aos clientes. Assim, o Grupo realiza estimativas para avaliar a recuperabilidade dos ativos financeiros disponíveis para venda baseadas principalmente na saúde financeira e na perspetiva de negócio da sociedade participada num curto prazo.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe a probabilidade de uma obrigação presente, fruto de acontecimentos passados, dar lugar a uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado de forma fiável. Para cumprir com os requisitos da norma contábil são necessárias estimativas significativas. A Direção do grupo realiza estimativas, avaliando toda a informação e os acontecimentos relevantes, tanto da probabilidade de ocorrência das contingências, como do valor do passivo a liquidar no futuro.

Informações financeiras por segmento de negócios

Os segmentos operacionais foram determinados com base nas informações apresentadas ao Comitê de Diretoria do Grupo Isolux (Espanha), que são usadas para tomada de decisões estratégicas.

O dito Comitê considera, para efeitos de segmentos operativos, a existência de cinco grandes áreas de negócio: Construção, Engenharia e Serviços Industriais, Concessões (que inclui o negócio de fabricação e de geração solar-fotovoltaico), Energias Renováveis, e Imobiliária. Adicionalmente, o Comitê realiza uma análise adicional desde um ponto de vista geográfico, tendo em consideração as zonas geográficas nas que o Grupo concentra a sua atividade: Espanha, América Latina (principalmente México, Brasil e Argentina), Ásia (principalmente Índia) e outros (que inclui principalmente atividades nos EUA e em diversos países de África, como Angola e Argélia).

São incluídos na coluna de "Outros, Corporativo e Ajustes de Consolidação" os negócios do segmento "Imobiliário" e do segmento "Energias renováveis" dada a sua escassa significância em relação ao volume de operações do Grupo. As receitas ordinárias desses segmentos são obtidas pela venda de promoções imobiliárias e pela venda de combustíveis (biodiesel), respetivamente.

Os segmentos "Construção" e "Engenharia e Serviços Industriais" obtêm as suas receitas ordinárias principalmente da venda de serviços de construção, enquanto o segmento "Concessões" as obtêm da venda do serviço correspondente segundo o tipo de concessão a que se refira.

As receitas geradas entre segmentos provêm principalmente de serviços de construção prestados pelos segmentos "Construção" e "Engenharia e Serviços Industriais" ao resto de segmentos ou ao setor Corporativo do Grupo. Tais receitas, que se correspondem com operações realizadas em condições de mercado, são analisadas pelo Comitê de Direção segundo o descrito na linha "Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado".

O Comitê de Direção analisa o rendimento dos segmentos operativos em base a uma valoração do resultado operacional de cada segmento. As receitas e despesas financeiras são analisadas, a nível de cada um dos segmentos, pelo seu impacto conjunto na linha "Resultado financeiro líquido"; a análise detalhada efetua-se pela Tesouraria Central, que administra a posição de caixa do Grupo. Também, o Imposto sobre a Renda não é imputado a cada um dos segmentos, pois o Comitê de Direção analisa em forma agregada esta rubrica a nível de impacto no Grupo.

A informação por segmentos que se fornece ao Comitê de Direção para os segmentos sobre os que se deve informar ara o exercício terminado em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

2011	Construção	Engenharia e Serviços Industriais	Concessões	Outros, Corporativo e Ajustes de Consolidação	Total
Receitas ordinárias de clientes externos	1.062.705	1.543.664	322.325	272.006	3.200.700
Receitas ordinárias do segmento	1.084.485	1.653.722	323.707	138.786	3.200.700
Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado	-	-	-	118.405	118.405
Outras receitas operacionais	-	-	203	52.632	52.835
Total Receitas operacionais	1.084.485	1.653.722	323.910	309.823	3.371.940
Amortização e encargos por imparidade	(4.556)	(17.239)	(71.308)	(26.066)	(119.169)
Despesas operacionais	(1.005.181)	(1.477.102)	(142.928)	(361.667)	(2.986.878)
Resultado operacional	74.748	159.381	109.674	(77.910)	265.893
Resultado financeiro líquido	2.040	(10.248)	(124.595)	(84.477)	(217.280)
Participação no resultado de empresas equivalência patrimonial	-	-	(8.761)	(7.026)	(15.787)
Resultado antes de impostos	76.788	149.133	(23.682)	(169.413)	32.826
Imposto de renda	-	-	-	(27.350)	(27.350)
Resultado do exercício	76.788	149.133	(23.682)	(196.763)	5.476
Total Ativos	1.302.549	1.942.586	4.414.253	431.640	8.091.028
Os ativos totais incluem:					
Investimentos em empresas equivalência patrimonial	-	-	-	34.634	34.634
Adições aos ativos não circulantes	6.775	11.474	1.384.301	8.362	1.410.912
Total Passivos	1.085.017	1.382.663	3.521.578	1.205.457	7.194.715

A informação por segmento que se fornece ao Comité de Direção para os segmentos sobre os quais se deve informar para o exercício findo a 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

2010	Construção	Engenharia e Serviços Industriais	Concessões	Outros, Corporativo e Ajustes de Consolidação	Total
Receitas ordinárias de clientes externos	1.281.931	1.422.770	163.577	320.462	3.188.740
Receitas ordinárias do segmento	1.305.269	1.514.871	163.577	205.023	3.188.740
Trabalhos realizados pelo Grupo para o seu imobilizado	-	-	-	1.017	1.017
Outras receitas operacionais	-	45.615	397	4.017	50.029
Total Receitas operacionais	1.305.269	1.560.486	163.974	210.057	3.239.786
Amortização e custos por deterioração de valor	(7.725)	(22.904)	(33.598)	(22.465)	(86.692)
Despesas operacionais	(1.203.640)	(1.433.843)	(51.429)	(256.480)	(2.945.392)
Resultado operacionais	93.904	103.739	78.947	(68.888)	207.702
Resultado financeiro líquido	4.495	(5.274)	(44.410)	(70.532)	(115.721)
Participação no resultado de empresas equivalência patrimonial	-	-	(6.562)	(510)	(7.072)
Resultado antes de impostos	98.399	98.465	27.975	(139.930)	84.909
Imposto de renda	-	-	-	(20.949)	(20.949)
Resultado do exercício	98.399	98.465	27.975	(160.879)	63.960
Total Ativos	1.558.378	1.857.440	2.172.660	516.176	6.104.654
O total do ativo inclui:					
Investimentos em empresas equivalência patrimonial	-	-	8.761	170.235	178.996
Adições aos ativos não circulantes	7.455	11.625	377.102	9.168	405.350
Total Passivos	1.309.446	1.363.300	1.951.108	709.726	5.333.580

No ano 2011 e 2010 não se produziu nenhum encargo por imparidade do goodwill.

As receitas ordinárias procedentes de clientes externos dos que se informa ao Comité de Direção são valoradas de acordo com critérios uniformes aos aplicados na demonstração de resultados.

Os valores que se proporcionam ao Comité de Direção relativos aos ativos e passivos totais são valorados de acordo com critérios uniformes aos aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas. Esses ativos e passivos são atribuídos em função das atividades do segmento e a localização física do ativo.

A Sociedade dominante tem o seu domicílio na Espanha, e como foi mencionado antes, o Grupo realiza também negócios fora da Espanha. Apresenta-se a informação por segmentos geográficos seguidamente, considerando o país de domicílio do cliente, correspondente ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2011:

2011	Espanha	América Latina	Asia	Outros e Ajustes de Consolidação	Total
Volume de negócios	1.214.470	1.354.779	303.297	328.154	3.200.700
Total ativos	4.519.359	2.685.784	806.755	79.130	8.091.028
Os ativos totais incluem:					
Ativos não circulantes	2.820.017	1.671.088	605.431	54.822	5.151.358
Total Passivos	4.394.807	2.087.235	642.737	69.936	7.194.715

Apresenta-se seguidamente a informação por segmentos geográficos, considerando o país de domicílio do cliente, correspondente ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2010:

2010	Espanha	América Latina	Asia	Outros e Ajustes de Consolidação	Total
Volume de negócios	1.588.804	865.835	201.710	532.391	3.188.740
Total ativos	3.353.428	2.019.099	525.845	206.282	6.104.654
Os ativos totais incluem:					
Ativos não circulantes	1.480.597	1.014.680	296.064	(987)	2.790.354
Total Passivos	3.609.985	1.254.800	388.989	79.806	5.333.580

Durante o exercício 2011 e 2010 não existem receitas ordinárias procedentes de transações com um só cliente que representem mais do 10% do total do Grupo.

6

Imobilizado corpóreo

O desmembramento e os movimentos das diversas categorias dos imobilizados corpóreos são apresentados na seguinte tabela:

2011	Terrenos e construções	Instalações técnicas, maquinaria e ferramentas	Mobiliário	Elementos de transporte	Equipamentos para processamento de informação	Imobilizado em elaboração	Outro imobilizado	Total
Custo								
1 de janeiro	122.903	142.756	8.581	20.175	11.239	4.978	4.341	314.973
Adições	3.875	9.689	889	477	1.734	188	1.309	18.161
Anulações	(1.468)	(13.486)	(460)	(3.497)	(1.536)	(116)	(1.151)	(21.714)
Imparidade	(3.256)	-	-	-	-	-	-	(3.256)
Transferências	(192)	3.748	(233)	(1.678)	(478)	(4.449)	(175)	(3.457)
31 de dezembro	121.862	142.707	8.777	15.477	10.959	601	4.324	304.707
Amortização acumulada								
1 de janeiro	(6.533)	(77.279)	(4.226)	(12.771)	(7.058)	-	(3.272)	(111.139)
Amortizações	(953)	(16.171)	(689)	(2.854)	(1.626)	-	(669)	(22.962)
Anulações	384	10.365	359	3.496	1.501	-	1.037	17.142
Transferências	933	1.686	100	955	(208)	-	(855)	2.611
31 de dezembro	(6.169)	(81.399)	(4.456)	(11.174)	(7.391)	-	(3.759)	(114.348)
Valor líquido contábil	115.693	61.308	4.321	4.303	3.568	601	565	190.359

2010	Terrenos e construções	Instalações técnicas, maquinaria e ferramentas	Mobiliário	Elementos de transporte	Equipamentos para processamento de informação	Imobilizado em elaboração	Outro imobilizado	Total
Custo								
1 de janeiro	121.546	142.625	9.390	21.860	16.949	581	5.172	318.123
Adições	3.247	8.845	833	1.472	1.898	4.397	380	21.072
Anulações	(770)	(9.197)	(1.642)	(3.157)	(7.608)	-	(388)	(22.762)
Imparidade	(1.800)	-	-	-	-	-	-	(1.800)
Transferências	680	483	-	-	-	-	(823)	340
31 de dezembro	122.903	142.756	8.581	20.175	11.239	4.978	4.341	314.973
Amortização acumulada								
1 de janeiro	(5.043)	(64.462)	(4.716)	(10.774)	(11.895)	-	(4.699)	(101.589)
Amortizações	(727)	(20.501)	(673)	(2.466)	(1.585)	-	(504)	(26.456)
Anulações	285	7.724	1.308	1.548	6.422	-	151	17.438
Encargo por imparidade	(1.048)	(40)	(145)	(1.079)	-	-	1.780	(532)
31 de dezembro	(6.533)	(77.279)	(4.226)	(12.771)	(7.058)	-	(3.272)	(111.139)
Valor líquido contábil	116.370	65.477	4.355	7.404	4.181	4.978	1.069	203.834

Dentro dos imobilizados corpóreos existem elementos de transporte, máquinas e outros imobilizados no montante de 2.095 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011, adquiridos em regime de arrendamento financeiro (3.184 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010), segundo a seguinte composição:

	2011	2010
Custo arrendamentos financeiros capitalizados	4.215	8.782
Depreciação acumulada	(2.120)	(5.598)
Valor líquido contábil	2.095	3.184

Os empréstimos bancários com entidades de créditos estão garantidos por terrenos e construções avaliadas em 68.802 milhares de euros (2010: 68.765 milhares de euros). O saldo de dívida garantida ascende a 38.872 milhares de euros (2010: 37.841 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo tem no estrangeiro investimentos em imobilizados corpóreos por valor de custo de 54.979 milhares de euros (2010: 39.963 milhares de euros) e uma amortização acumulada de 24.542 milhares de euros (2010: 17.637 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2011, elementos dos imobilizados corpóreos com um custo original de 40.584 milhares de euros (2010: 44.055 milhares de euros) e uma amortização acumulada de 325 milhares de euros (2010: 284 milhares de euros) não estavam afetos à exploração, a maioria corresponde a imóveis que foram adquiridos em dações de pagamento. Durante o exercício de 2011 registou-se uma deterioração por estes imóveis de 3.256 milhares de euros (2010: 1.800 milhares de euros).

A demonstração de resultados inclui despesas de aluguer, num montante de 94.414 milhares de euros (2010: 100.241 milhares de euros) correspondentes ao aluguer de elementos das imobilizações corpóreas.

O Grupo consolidado tem contratadas várias apólices de seguro para cobrir os riscos a que estão sujeitos os elementos das imobilizações corpóreas. A cobertura de estas apólices é considerada suficiente.

7

Ágio (Goodwill) e outros ativos intangíveis

7.1. Ágio (Goodwill)

É mostrado, a seguir, o detalhe e movimento dos ágios, únicos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas:

	2011	2010
No início do exercício	487.114	486.192
Adições	89.993	-
Diferenças de conversão	329	922
Encargos por deterioração	-	-
No fechamento do exercício	577.436	487.114

As adições do exercício são devidas à incorporação do Grupo T-Solar no perímetro de consolidação. (Veja nota 32).

O ágio e os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram atribuídos às unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo, conforme o país da operação e o segmento do negócio.

A seguir, apresenta-se um resumo a nível de UGC (ou grupos de UGC) da atribuição do ágio:

UGC	2011	2010
Construção	154.578	154.578
Solar-Energia Fotovoltaica (Geração)	42.169	-
Solar-Fotovoltaica Energia (Produção)	47.824	-
Engenharia - México	24.510	24.510
Engenharia - Brasil	54.735	54.735
Engenharia - Argentina e outros	12.613	12.284
Engenharia - Espanha e outros	231.166	231.166
A energia renovável	9.841	9.841
Total	577.436	487.114

O valor recuperável das UGCs é determinado com base no cálculo do valor em uso, de acordo com projeções de fluxos de caixa antes de impostos baseadas em pressuposições financeiras aprovadas pela Direção que cobrem um período de cinco anos (seis anos no caso da energia Solar-Fotovoltaica Energia (Produção) exceto para Energias renováveis e para Solar-Energia Fotovoltaica (Geração), nos quais se calculam os fluxos para toda a vida dos projetos. Os fluxos de caixa correspondentes ao período posterior a esses cinco anos são extrapolados usando as taxas de crescimento residuais estimadas calculadas a seguir indicadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo para o negócio em que a UGC atua. Os fluxos são descontados utilizando uma taxa baseada no custo médio ponderado de capital para a UGC.

As hipóteses fundamentais utilizadas para os cálculos do valor em uso mais relevantes são as seguintes:

UGC	Resultado operacional (*)		Taxa de crescimento residual		Taxa de desconto	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Construção	68.628	76.453	1%	1%	11,50%	10,30%
Solar-Energia Fotovoltaica (Geração)	42.209	-	(**)	-	7,8%	-
Solar-Fotovoltaica Energia (Produção)	3.053	-	(**)	-	7,8%	-
Engenharia - México	5.316	5.682	2%	2%	12,18%	13,00%
Engenharia - Brasil	26.865	7.669	2%	2%	17,56%	14,00%
Engenharia - Argentina e outros	10.589	11.564	2%	2%	16,63%	18,00%
Engenharia - Espanha e outros	110.834	122.550	1,7%	1,7%	12,33%	10,50%
Energias renovables	(19.840)	(5.886)	(**)	(**)	11,60%	12,00%

(*) Os dados incluídos sob a coluna de resultado operacional referem-se à previsão para o ano seguinte.

(**) Não aplica.

Estas hipóteses foram utilizadas para a análise de cada UGC dentro do segmento do negócio. A Direção do Grupo acredita que não existem variações de hipóteses que pudessem ser consideradas razoavelmente possíveis, e que pudessem provocar que o montante nos livros da UGC excedesse o seu valor recuperável.

A Direção determinou a margem bruta orçamentada com base no rendimento passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médio ponderado são coerentes com as previsões incluídas nos relatórios da indústria. As taxas de desconto usadas são antes de dedução de impostos e refletem riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

Nos anos 2011 e 2010 não foram identificados encargos por imparidade.

7.2. Outros ativos intangíveis

O detalhe do movimento dos exercícios 2011 e 2010 são os seguintes:

2011	Carteira de contratos	Concessões administrativas	Softwares e outros	Total
Custo				
1 de janeiro	11.116	52.407	22.758	86.281
Adições	-	4	7.274	7.278
Anulações	-	(3.023)	(278)	(3.301)
Transferências	-	(38.205)	(852)	(39.057)
31 de dezembro	11.116	11.183	28.902	51.201
Amortização acumulada				
1 de janeiro	(4.446)	(3.543)	(11.783)	(19.772)
Amortizações	(2.223)	(171)	(4.937)	(7.331)
Anulações	-	31	181	212
Transferências	-	388	191	579
31 de dezembro	(6.669)	(3.295)	(16.348)	(26.312)
Valor contábil líquido	4.447	7.888	12.554	24.889

2010	Carteira de contratos	Concessões administrativas	Softwares e outros	Total
Custo				
1 de janeiro	11.116	38.039	18.364	67.519
Adições	-	19.607	5.936	25.543
Anulações	-	-	(1.329)	(1.329)
Transferências	-	(5.239)	(213)	(5.452)
31 de dezembro	11.116	52.407	22.758	86.281
Amortização acumulada				
1 de janeiro	(2.223)	(2.152)	(8.935)	(13.310)
Amortizações	(2.223)	(1.166)	(4.031)	(7.420)
Anulações	-	-	1.168	1.168
Transferências	-	(225)	15	(210)
31 de diciembre	(4.446)	(3.543)	(11.783)	(19.772)
Valor contábil líquido	6.670	48.864	10.975	66.509

Os projetos incluídos a 31 dezembro de 2011 nesta rubrica estão basicamente referidos nas seguintes operações em regime de concessão:

- Concessões de estacionamento radicadas na sua totalidade em território espanhol obtidas em diferentes exercícios que a 31 de dezembro de 2011 ainda não tinham disposto de financiamento atribuído a projetos.

- Outras concessões de prestação de serviços de interesse público e ambiental.

A concessão obtida em 2009 para a construção e a manutenção de sete linhas de transmissão de 421 quilómetros de extensão e cinco novas subestações no estado de Texas (Estados Unidos), realizada através do negócio conjunto Wind Energy Transmission Texas L.L.C. e incluída no Anexo III, foi transferida para "Outros imobilizados atribuídas a projetos" dado que foi obtido o financiamento necessário para empreender o projeto.

Estas concessões no momento de encerramento do exercício ainda não dispuseram de financiamento atribuído ao projeto; assim que dispuserem deste serão consideradas como Ativos atribuídos a projetos.

A rubrica Concessões Administrativas inclui os custos relacionados com a construção e/ou exploração de diversos ativos (parques de estacionamento, estações de tratamento de águas e gestão de resíduos, e outros) onde o Grupo recebeu a concessão para a exploração dos referidos bens durante um período determinado. No final do período da concessão, o ativo reverterá na sua totalidade para a entidade concedente. O Grupo amortizará o ativo capitalizado durante o período de duração da concessão.

A rubrica Softwares compreende a propriedade e o direito de uso dos softwares adquiridos a terceiros. No saldo de Softwares não se incluem montantes ligados ao desenvolvimento interno de programas informáticos.

Os empréstimos bancários estão garantidos por outros ativos intangíveis, valorados em 5.127 milhares de euros (2010: 11.577 milhares de euros). O saldo de dívida garantida ascende a 751 milhares de euros (2010: 5.072 milhares de euros).

Ativos concessionados e Imobilizados afetos a projetos

Incluídas no perímetro de consolidação encontram-se participações em diversas sociedades cujo objeto social é “uniprojecto”. As sociedades titulares dos projetos costumam a financiá-los através da figura conhecida como “Project Finance” (Financiamento de projetos).

Nesta figura, a base do acordo entre a sociedade e a entidade financeira fica na atribuição dos fluxos de caixa que o projeto gera à amortização do financiamento e ao atendimento da carga financeira, com exclusão ou bonificação quantificada de qualquer outro recurso patrimonial, de maneira que a recuperação do investimento por parte da entidade financeira será realizada exclusivamente através dos fluxos de caixa do projeto objeto do próprio financiamento, existindo subordinação de qualquer outro endividamento derivado do Financiamento de Projetos, enquanto este não tenha sido reembolsado na sua totalidade.

Assim, encontramos-nos frente fórmulas de financiamento que são aplicadas univocamente a projetos

empresariais específicos. Existem determinados projetos, principalmente linhas de transmissão elétrica, parques de geração de energia solar-fotovoltaica, centros de processamento de biodiesel e determinadas autopistas, que são realizados conjuntamente com outros sócios. Noutros casos (projetos de estacionamento, determinadas autopistas, linhas de transmissão elétrica, etc.), o Grupo é o único titular das referidas concessões.

8.1. Ativos concessionados afetos a projetos

Devido às características dos projetos, grande parte dos ativos concessionados afetos a projetos correspondem ao conceito de Ativos intangíveis concessionados e financeiros concessionados, e o seu tratamento contábil é explicado nas Notas 2.6, 2.7 e 2.23. É de mencionar que dentro desta rubrica são incluídos 707.263 milhares de euros (2010: 615.629 milhares de euros) que correspondem a imobilizados em elaboração.

	2011	2010
Custo		
1 de janeiro	1.460.039	1.449.248
Inclusões no escopo da consolidação	1.646	1.646
Adições	1.231.348	353.860
Efeito das diferenças de conversão	(142.620)	130.893
Alienações	(10.270)	(480.407)
Transferências	(10.857)	4.799
31 de dezembro	2.529.286	1.460.039
Depreciação acumulada		
1 de janeiro	(59.117)	(55.576)
Inclusões no escopo da consolidação	(1.038)	-
Depreciação acumulada	(35.338)	(39.505)
Efeito das diferenças de conversão	3.006	(2.871)
Alienações	55	37.395
Transferências	14.523	1.440
31 de dezembro	(77.909)	(59.117)
Valor contábil líquido	2.451.377	1.400.922

Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo tem no estrangeiro ativos concessionados afetos a projetos por valor contábil líquido de 2.156.115 milhares de euros (2010: 1.168.226 milhares de euros).

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados juros por um valor de 50.040 milhares de euros (2010: 52.075 milhares de euros) correspondentes aos juros gerados no período de construção de rubricas dos imobilizados, e que surgem de financiamentos diretos recebidos para a construção dos respetivos bens.

De acordo com a informação detalhada na nota 2.7 das normas de avaliação, o Grupo classifica os seus ativos concessionados em dois grupos, de natureza intangível e de natureza financeira, correspondendo-lhes em 31 de dezembro de 2011 um valor líquido contábil de 1.710.208 milhares de euros e 714.169 milhares de euros respetivamente.

Dentro dos ativos financeiros estão incluídas principalmente contas a receber relacionadas com os contratos de concessão de linha de transmissão no Brasil. De acordo com as práticas contábeis aplicáveis e, em cumprimento da IFRIC 12 no que se refere a este tipo de contratos, as contas a receber são classificadas através do modelo de ativos financeiros. As contas a receber a longo prazo são reconhecidas pelo seu custo amortizado. A gama de taxas de juro utilizadas (sem ter em consideração a inflação) é de entre 2% e 11% em função de cada linha de transmissão. O efeito da remuneração financeira das contas a receber representou uma receita de 71.044 milhares de euros.

Os projetos incluídos nesta epígrafe referem-se basicamente às seguintes operações em regime de concessão:

- Concessão de linhas de transmissão elétrica no Brasil e na Índia por mais de 4.982 km e um investimento total aproximado de 2.128 milhões, por períodos de entre 30 anos e 35 anos, através de diversos negócios conjuntos a 33,3% e a 50% incluídos no Anexo III, bem como através de duas sociedades controladas a 100% incluídas no Anexo I. A 31 de dezembro de 2011, o Grupo dispõe de 6 concessões das quais 3 se encontram em exploração, e outras 3 em fase de construção ou recém-adjudicadas.

A 31 de dezembro de 2010 o Grupo dispunha de 7 concessões, das quais 4 se encontravam em exploração e outras 3 em fase de construção ou recém adjudicadas. Em dezembro de 2010, o Grupo vendeu a participação que tinha em 8 das concessionárias de linhas de transmissão elétrica que explorava em exercícios anteriores (Veja nota 24).

Em junho de 2011, a controlada Isolux Energia e Participações, SA, realizou uma operação de venda das suas participações nos negócios conjuntos de Porto primavera Transmissora de Energia, S.A., Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A., e Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A. Como contraprestação da venda, a empresa adquiriu a totalidade das ações da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A., através de um único pagamento de 9.478 milhares de euros, que foi liquidado no mês de julho de 2011. (Veja notas 24 e 32).

- Concessões de estacionamentos na Espanha,

principalmente de rotação, por períodos de até 50 anos, através de diversas sociedades controladas e negócios conjuntos, incluídas nos Anexos I e III. A 31 de dezembro de 2011 algumas das concessões encontram-se em exploração e outras em fase de construção. Encontram-se em exploração 41 estacionamentos com um total de 19.964 vagas, em construção 2 estacionamentos com um total de 1.188 vagas e em projeto 3 estacionamentos com 1.627 vagas. O investimento realizado neles a 31 de dezembro de 2011 é de 217,92 milhares de euros, esperando atingir as 30.779 vagas administradas para o exercício 2015.

- Concessão de duas autopistas no México através da sociedade controlada Concessionária Autopista Monterrey-Salttillo, S.A. de C.V. e do negócio conjunto Concessionária Autopista Perote-Xalapa, S.A. de C.V. A 31 de dezembro de 2011, estas concessões encontram-se na seguinte situação:

- Concessionária Autopista Monterrey-Salttillo, S.A.C.V. Concessão para a construção, operação e manutenção obtida em 2006 e até 2036 (com uma prorrogação adicional de até 15 anos) para um traçado de 95 km, com um investimento total estimado de aproximadamente 226 milhares de euros. A concessão entrou parcialmente em exploração em exercícios anteriores, ampliando-se os tramos em exploração nos exercícios posteriores, encontrando-se em pleno rendimento no fechamento de 31 de dezembro de 2011.

- Concessionária Autopista Perote-Xalapa, S.A.C.V. Concessão para a construção, operação e manutenção obtida em 2008 e até 2038 para um traçado de 59,9 km, com um investimento total estimado de aproximadamente 453 milhões de euros. Está prevista a sua entrada em funcionamento ao longo do exercício de 2012.

- O período operacional destas concessões poderia ser aumentado pelas circunstâncias expostas na seguinte nota 8.3.

- Concessão obtida em 2007 para a melhoria, ampliação e manutenção de uma via rápida de pedágio sombra de 68 km (Autovia A-4) através da Sociedade Concessionária Autovia A-4 Madrid, S.A. incluída no Anexo I. O período da concessão é até 2026. A 31 de dezembro de 2011 encontra-se em exploração. O investimento total é de aproximadamente 92 milhões de euros.

- Concessão de quatro autopistas na Índia:

- Concessão obtida em 2008 durante 15 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 291 km (Panipat-Jalandar) através da controlada Soma-Isolux NH One Tollway Private Limited, incluída no Anexo I. O período de concessão é até 2023. Durante 2009 começaram os trabalhos de construção quanto à ampliação e melhoria do traçado existente (os trabalhos de operação e manutenção são executados desde a entrada em funcionamento da concessão), sendo o investimento total esperado de aproximadamente 739 milhões de euros.

• Concessão obtida em 2009 durante 19 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 133 km (Surat-Hazira) através do negócio conjunto Soma Isolux Surat Hazira Tollway PVT, Ltd., incluída no Anexo III. O período de concessão é até 2028. A 31 de dezembro de 2011, tem começado os trabalhos de construção, sendo o investimento total esperado de aproximadamente 404 milhões de euros. A entrada em exploração está prevista para o exercício de 2012. A duração da concessão pode ser modificada em função dos níveis de trânsito alcançados no exercício de 2018.

• Concessão obtida em 2009 durante 18 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 94 km (Kishangarh-Aimer Beawar Highway através do negócio conjunto Soma Isolux Kishangarh-Ajmer-Beawar Tollway PVT, Ltd., incluída no Anexo III. O período de concessão é até 2027. A 31 de dezembro de 2011, tem começado os trabalhos de construção, sendo o investimento total esperado de aproximadamente 201 milhões de euros. A entrada em exploração está prevista para o exercício de 2012. A duração da concessão pode ser modificada em função dos níveis de trânsito alcançados no exercício de 2021.

• Concessão obtida em 2010 durante 30 anos para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada na Índia de 192,4 Km (Varanasi Aurangabad) através do negócio conjunto Soma Isolux Varanasi Aurangabad Tollway, Pvt. Ltd., incluída no Anexo I. O período de concessão é até 2040. Durante 2011 começaram os trabalhos de construção quanto à ampliação e melhoria do traçado existente (os trabalhos de operação e manutenção são executados desde a entrada em funcionamento da concessão), sendo o investimento total esperado de aproximadamente 305 milhões de euros. A concessão começou a gerar receitas operacionais no momento da concessão (Brownfield Project).

• Concessão obtida em 2009, com uma duração de 25 anos, para a ampliação, melhoria, operação e manutenção de uma rodovia pedagiada no Brasil com uma extensão total de 681 quilómetros através da controlada Viabahia Concessionaria de Rodovias, S.A. incluída no Anexo I. O período de concessão é até 2035. A 31 de dezembro de 2011 encontra-se em exploração, tendo sido realizados paralelamente os trabalhos iniciais e de implantação dos sistemas de pedágio. O investimento total esperado é de aproximadamente 710 milhares de euros. A concessão começou a gerar receitas operacionais no momento da concessão (Brownfield Project).

• Durante o exercício de 2011, o Grupo obteve o contrato de concessão Uttar Pradesh Eletricidade Comissões de Regulação, para a construção, operação e manutenção de uma linha de 765 kV e 1.600 quilómetros de transmissão elétrica na Índia. O prazo de concessão é de 35 anos e as tarefas de receita são aprovadas pelo outorgante no começo, podendo ser atualizadas anualmente sobre a base da inflação até uma taxa anual

de 5%. O Grupo participa neste projeto com uma participação de 74%, com vencimento em 15 anos. Espera-se que a linha de transmissão comece a funcionar no dia 1 de janeiro de 2014.

• Durante o segundo semestre do exercício de 2011, o Grupo obteve o contrato de Taubuté-Nova Iguaçu para a construção, operação e manutenção de uma linha de 500 kV e 247 quilómetros de transmissão elétrica no Brasil. O prazo de concessão é de 30 anos.

A maioria dos bens em concessão passam a ser controlados pelo organismo concedente na finalização do período de concessão, embora seja habitual que existam opções de renovação das concessões por períodos adicionais ao chegar o seu momento de vencimento.

8.2. Outros imobilizados afetos a projetos

Por outro lado, existem outros imobilizados afetos a projetos, segundo o detalhe apresentado a seguir:

	2011	2010
Custo		
1 de janeiro	273.678	287.787
Inclusões no escopo da consolidação (Nota 32)	1.236.308	-
Adições	160.349	3.229
Efeito Diferenças de Conversão	(5.751)	2.189
Alienações	(6.909)	(19.840)
Transferências	10.953	313
31 de dezembro	1.668.628	273.678
Amortização acumulada		
1 de janeiro	(21.477)	(9.239)
Inclusões no escopo da consolidação (Nota 32)	(110.841)	-
Amortizações	(50.188)	(11.511)
Efeito Diferenças de Conversão	230	(45)
Alienações	4.000	16
Transferências	(1.751)	(698)
31 de dezembro	(180.027)	(21.477)
Valor contábil líquido	1.488.601	252.201

Dentro dos registro do exercício encontra-se principalmente a incorporação dos outros imobilizados afetos a projetos correspondentes aos ativos procedentes do Grupo T-Solar. (Veja nota 32). Os elementos incorporados correspondem principalmente a:

- Terrenos, instalações e maquinaria necessária para realizar a produção de módulos fotovoltaicos no centro que a sociedade controlada T-Solar Global, S.A. tem em Orense (Galiza).

- Instalações necessárias para realizar a produção de energia elétrica em regime especial nas diferentes centrais solares fotovoltaicas das quais determinadas sociedades controladas são titulares.

Durante o exercício foram capitalizadas despesas financeiras por um montante de 540 milhares de euros (2010: Não se capitalizaram).

A 31 de dezembro de 2011 são incluídos nesta epígrafe 204.050 milhares de euros de valor líquido (2010: 214.929 milhares de euros) referentes a dois centros de produção de biodiesel (situados em Ferrol e Castellón) e que são administrados através da sociedade controlada Infinita Renovables, S.A. Esses centros entraram em exploração no exercício de 2009.

Dentro desta epígrafe são incluídos ativos relacionados com a construção e a manutenção de sete linhas de transmissão de 421 quilómetros de extensão e cinco novas subestações no estado de Texas (Estados Unidos) realizadas através do negócio conjunto Wind Energy Transmission Texas L.L.C. incluído no Anexo III. O período da concessão é ilimitado. A 31 de dezembro de 2011, os trabalhos encontram-se numa fase inicial de desenvolvimento, sendo o investimento total esperado de aproximadamente 464 milhões de euros. Para efeitos contábeis este contrato foi considerado fora do alcance das normas contábeis aplicáveis a ativos concessionados (IFRIC 12).

Dentro do saldo da epígrafe encontram-se elementos afetos a projetos situados no estrangeiro por um valor líquido contábil de 74.650 milhares de euros (2010: 10.453 milhares de euros).

Deve-se mencionar que dentro desta epígrafe se encontram registadas a 31 de dezembro de 2011 imobilizados em elaboração por um montante de 34.866 milhares de euros (2010: não existiam montantes).

8.3. Financiamento de projetos

O cancelamento dos financiamentos de projetos está previsto, à data de hoje, ser realizado segundo o seguinte calendário, de acordo com as previsões de cash-flow (fluxos de caixa) a gerar pelos projetos, e segundo o estabelecido nos contratos correspondentes:

2011		Não circulante					
	Circulante	2013	2014	2015	Posteriores	Subtotal	Total
Vencimentos por ano	358.342	113.673	139.576	156.530	1.848.044	2.257.823	2.616.165

2010		Não circulante					
	Circulante	2012	2013	2014	Posteriores	Subtotal	Total
Vencimentos por ano	222.480	49.546	51.142	72.247	839.595	1.012.530	1.235.010

Dentro do passivo circulante do Grupo, existem financiamentos “de ponte” associados ao período de construção das infraestruturas por um montante aproximado de 235 milhões de euros, que se espera que se convertam em financiamento a longo prazo quando começar o período operacional.

A 31 de dezembro de 2011 existem dívidas por um valor total de 1.415.467 milhares de euros (2010: 835.482 milhares de euros) denominadas em moeda estrangeira, sendo a moeda de origem do financiamento, na sua maior parte, Reais brasileiros, Rupias indianas e Pesos mexicanos.

Em 2010, a Concessionária Autopista Monterrey-Saltito S.A. de C.V. subscreveu um empréstimo subordinado conversível, por 1.040.000 milhares de pesos mexicanos (57.632 milhares de euros à taxa cambial de 31 de dezembro de 2011) com o Banco Nacional de Obras y Servicios Públicos, Sociedad Nacional de Crédito. Essa entidade atua como agente fiduciário da “Fondo Nacional de Infraestructura” (FONADIN), cujo objetivo é financiar atividades de construção em Libramiento Norponiente de Saltillo e recuperar o equilíbrio econômico da concessionária. O empréstimo está dividido em 2 tranches; o primeiro vence na data de término do contrato de concessão original, planejado para 2039, e o segundo 15 anos após o vencimento do primeiro tranche. Esse empréstimo será pago com base no diferencial da receita. 28 anos após o início da concessão, os valores em aberto poderiam ser capitalizados com base nos termos do contrato. O empréstimo está sujeito a uma taxa de juros anual de 8,5% (em termos reais).

Em 13 de julho de 2011, a Concessionária Autopista Perote Xalapa, S.A. de C.V. subscreveu um empréstimo subordinado conversível, por 2.857.000 milhares de pesos mexicanos (158.322 milhares de euros à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011, junto ao Ban-

co Nacional de Obras y Servicios Públicos, Sociedad Nacional de Crédito. Essa entidade atua como agente fiduciário da “Fondo Nacional de Infraestructura” (FONADIN), cujo objetivo é financiar custos e despesas adicionais que serão gerados pela ampliação do projeto e pelo atraso na liberação do direito de passagem a ser validado pela Secretaria. A primeira liberação do crédito será utilizada para pagamentos de comissões e as liberações subsequentes serão utilizadas para financiar custos e despesas adicionais gerados pela ampliação do projeto e pelo atraso na liberação do direito de passagem. Esse empréstimo será pago anualmente com base em 80% do diferencial da receita 34 anos após o início da concessão, os valores em aberto poderiam ser capitalizados com base nos termos do contrato. O empréstimo está sujeito a uma taxa de juros anual de 8,5% (em termos reais).

Em 11 de novembro de 2011, a Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A. realizou uma emissão de obrigações com vencimentos periódicos até 11 de novembro de 2023. O juro máximo anual que geram estas obrigações ascende aos 8,4%. A obrigação está registrada na CVM e na ANBIMA do Brasil.

Os financiamentos de projetos podem ter como garantias habituais o penhor das ações da sociedade promotora, outorgadas pelos sócios dela, a cessão de direitos de cobrança ou limitações sobre a disposição dos ativos do projeto, não entanto, principalmente durante o prazo de construção e até a posta em funcionamento dos projetos, podem existir certas garantias adicionais.

A totalidade dos financiamentos estão referenciados a várias referências de mercado, e contratualmente são revistos em períodos que não costumam exceder os 6 meses. É por esse motivo que os valores justos dos financiamentos, tanto circulantes quanto não circulantes, se aproximam ao seu valor nos livros.

9

Investimentos por equivalência patrimonial

O detalhe e movimento dos investimentos em sociedades coligadas são apresentados a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial 1 de janeiro	178.996	57.059
Adições	-	-
Anulações	(128.875)	-
Transferências	-	128.875
Resultado sociedades postas em equivalência	(15.787)	(7.072)
Resultados sociedades posta em equivalência – Provisão responsabilidades	300	134
Saldo final 31 de dezembro	34.634	178.996

As saídas do exercício de 2011 correspondem à operação de aquisição do investimento no Grupo T-Solar Global, S.A. que, devido aos movimentos que se discriminam na nota 32, resultou na tomada de controle da entidade, de forma que passou a ser considerada uma Sociedade do Grupo.

As transferências do exercício 2010 correspondem com a transferência do investimento em Grupo T-Solar Global, S.A. (veja nota 10). Se bem o investimento nesta sociedade é a 31 de dezembro de 2010 de 19,80%, o próprio não foi considerado como sociedade coligada devido à existência de diversos fatores que são evidência da influencia significativa mantida pelo Grupo, incluindo entre outros a existência de opções de capitalização sobre contas a receber (ver Nota 12), participação de diretos do Grupo como Conselheiros de Grupo T-Solar Global, S.A., a existência em 31 de dezembro de 2010 de acordos com outros acionistas para a aquisição de ações de tal sociedade, e a vontade demonstrada pelo Grupo de adquirir uma posição de controle de tal sociedade.

A participação do Grupo nos seus negócios conjuntos consolidados pelo método de participação, nenhum das quais cota em Bolsa é a seguinte:

2011						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Alqlunia 5, S.L.	Espanha	20.022	22.809	30	(599)	50,00%
Pinares del Sur, S.L.	Espanha	44.709	52.290	8.702	(1.463)	50,00%
Las Cabezas Aranjuez, S.L.	Espanha	54.005	57.029	3	(134)	40,00%
Landscape Corsan, S.L.	Espanha	275	52	-	-	50,00%

2010						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Alqlunia 5, S.L.	Espanha	20.016	22.204	89	(2.704)	50,00%
Pinares del Sur, S.L.	Espanha	39.786	33.993	5.564	(541)	50,00%
Las Cabezas Aranjuez, S.L.	Espanha	54.259	57.110	541	(1.164)	40,00%
Landscape Corsan, S.L.	Espanha	275	52	2	(2)	50,00%

As participações do Grupo nas suas principais coligadas, nenhuma das quais está cotada em Bolsa, são as seguintes:

2011						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Autopista Madrid-Toledo, S.A.	Espanha	15.368	31.648	7.141	(18.233)	25,50%
Gestión de Participes de Biorreciclajes, S.L.	Espanha	283	307	-	-	33,33%
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	Espanha	7.122	9.965	-	-	23,75%

2010						
Nome	País de constituição	Ativos	Passivos	Receitas	Resultados	Participação
Autopista Madrid-Toledo, S.A.	Espanha	498.396	420.612	11.821	(5.636)	25,50%
Grupo T-Solar Global, S.A.	Espanha	1.281.982	1.120.418	115.285	(116.753)	19,80%
Gestión de Participes de Biorreciclajes, S.L.	Espanha	283	307	-	-	33,33%
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	Espanha	7.122	9.965	-	-	23,75%

É de mencionar que para valorar as participações, o Grupo realizou um processo de homogeneização, ajustando os valores anteriormente referidos na aplicação das políticas contábeis descritas na Nota 2.

10

Investimentos financeiros

O detalhe e movimento dos investimentos financeiros é:

	2011	2010
Saldo inicial	11.512	143.006
Registros	3.035	1.294
Anulações	(1.873)	(55)
Transferências	119	(128.875)
Perdas por deterioração de valor (Nota 27)	(1.837)	(3.858)
Saldo final	10.956	11.512
Menos Parte não circulante	(10.956)	(11.512)
Parte circulante	-	-

Para a valoração dos investimentos financeiros, são classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda (Ver nota 2.10).

Durante o exercício de 2011 o Grupo acordou uma troca com a Caja Castilla la Mancha Corporación, S.A. através da qual entregou a sua participação na sociedade "Synergy Industry and Technology, S.A." recebendo em troca as ações que representavam 4,75% do capital social da Grupo T-Solar Global, S.A. Esta operação representou um impacto na demonstração de resultados do Grupo de um lucro por um montante de 17.365 milhares de euros (veja nota 27).

As transferências do exercício 2010 correspondem-se com a transferência do investimento em Grupo T-Solar Global, S.A. (Ver nota 9).

Os restantes ativos financeiros disponíveis para venda correspondem na sua totalidade a pequenos investimentos minoritários em entidades que não estão cotadas em nenhum mercado ativo e onde o Grupo não tem uma influência significativa. Devido ao fato de serem investimentos residuais em empresas de tamanho pouco significativo dentro do grupo, e dada a impossibilidade de aplicar técnicas de valoração dos referidos investimentos, são apresentadas a custo de aquisição, líquidos de deterioração de valor, determinados a partir da informação financeira das respetivas sociedades. Nesta seção não se incluem investimentos em títulos de dívida.

Os investimentos financeiros estão denominados, na sua totalidade, em euros. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação da informação é o valor contábil dos investimentos financeiros.

Os saldos dos instrumentos financeiros desta rubrica categorizam-se dentro do grupo 3 por efeitos de procedência da informação dos dados utilizados para determinar o seu valor justo segundo a IFRS 7. (Veja nota 2.10).

Instrumentos financeiros derivativos

Los saldos no fechamento dos exercícios de 2011 e 2010 correspondentes aos instrumentos derivativos são os seguintes:

	2011		2010	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Swaps de taxas de juros – hedge de fluxo de caixa	-	(191.308)	3.789	(47.337)
Swaps de taxas de juro – mantido para negociação	1.146	-	1	-
Contratos a prazo de moeda estrangeira – hedge de fluxo de caixa	6.210	(7.451)	2.803	(12.633)
Contratos a prazo de moeda estrangeira – mantido para negociação	-	-	2.404	(236)
Total	7.356	(198.759)	8.997	(60.206)
Menos parte não circulante:				
Swaps de taxas de juros – hedge de fluxo de caixa	-	(174.304)	3.789	(47.337)
Swaps de taxas de juro – mantido para negociação	1.146	-	-	-
Contratos a prazo de moeda estrangeira – hedge de fluxo de caixa	9	(55)	498	(310)
Contratos a prazo de moeda estrangeira – mantido para negociação	-	-	-	-
	1.155	(174.359)	4.287	(47.647)
Parte circulante	6.201	(24.400)	4.710	(12.559)

Os derivativos mantidos para negociação classificam-se como um ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativos de hedge classifica-se como um ativo ou passivo não circulante, se o vencimento restante da rubrica coberta for superior a 12 meses, e como um ativo ou passivo circulante, se o vencimento restante da rubrica coberta for inferior a 12 meses.

A parte líquida não-caixa reconhecida na demonstração de resultados do exercício originada por hedge de fluxos de caixa e valor justo ascende a 1.460 milhares de euros (2010: 601 milhares de euros) (Veja Nota 27).

A exposição máxima ao risco de crédito, à data de apresentação da informação, é o valor justo dos ativos derivativos do balanço.

Os saldos dos instrumentos financeiros desta rubrica categorizam-se dentro do grupo 2 por efeitos de procedência da informação dos dados utilizados para determinar o seu valor justo segundo a IFRS 7. (Veja nota 2.10).

Contratos a prazo de moeda estrangeira

Os valores de referência dos contratos venda de câmbio a termo, principalmente de venda de USD contra a compra de euros (líquidos de compra de USD contra venda de euros), pendentes a 31 de dezembro de 2011 eram de 36.635 milhares de USD (2010: 7.498 milhares de USD).

Espera-se que as transações futuras altamente prováveis cobertas denominadas em moeda estrangeira ocorram em diferentes datas dentro dos próximos doze meses. As perdas e ganhos reconhecidos na reserva de hedge no patrimônio líquido sobre os contratos a prazo de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2011 são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício ou exercícios durante os quais a transação coberta afeta a demonstração de resultados. Isto acontece, normalmente, dentro dos doze meses seguintes à data do balanço, a não ser que o ganho ou perda fossem incluídos no montante inicialmente reconhecido pela compra de ativos fixos, e neste caso, tal reconhecimento produz-se durante a vida do ativo (entre cinco e dez anos).

Apresentam-se seguidamente as características dos principais contratos a prazo em moeda estrangeira em vigor a 31 de dezembro de 2011:

Denominação do projeto ou Sociedade do Grupo	Operação	Moeda (**)	Data de vencimento final	Valor nocional (*)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	CHF	25/01/2012	309
Forward Isolux Ingeniería	Venda	QAR	25/01/2012	(99.597)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	31/05/2013	14.426
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	31/12/2015	(10.317)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	MXN	31/01/2012	(9.837)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	31/08/2012	68.086
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	31/01/2012	(27.672)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	30/11/2012	118
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	31/12/2012	(88)
Forward Isolux Ingeniería	Compras	BRL	25/04/2012	23.581
Forward Isolux Ingeniería	Venda	BRL	25/10/2012	(10.461)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	BRL	26/02/2013	(40.948)
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Compra	USD	09/01/2012	5.805
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Venda	USD	31/01/2012	(6.016)
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Compra	USD	30/08/2012	25.819
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Venda	USD	31/07/2012	(33.526)

(*) Vigente a 31 de dezembro de 2011

(**) USD: Dólar Americano; QAR: Rial catarense; CHF: Franco Suíço; MXN: Peso Mexicano BRL: Real Brasileiro.

Apresentam-se seguidamente as características dos principais contratos a prazo em moeda estrangeira em vigor a 31 de dezembro de 2010:

Denominação do projeto ou Sociedade do Grupo	Operação	Moeda (**)	Data de vencimento final	Valor nocional (*)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	CHF	11/01/2011	309
Forward Isolux Ingeniería	Venda	QAR	17/02/2011	(113.597)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	31/08/2012	71.347
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	30/09/2011	(72.072)
Forward Isolux Ingeniería	Venda	MXN	19/01/2011	(9.837)
Forward Isolux Ingeniería	Compra	USD	29/04/2011	41.625
Forward Isolux Ingeniería	Venda	USD	18/01/2011	(12.421)
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Compra	USD	30/03/2012	12.380
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Venda	USD	30/04/2012	(53.385)
Forward Isolux México	Compras	USD	12/01/2011	13.235
Forward Isolux México	Venda	USD	14/01/2011	(9.498)
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Compra	USD	10/01/2011	7.307
Forward Isolux Ingeniería/Tecna	Venda	USD	18/01/2011	(6.016)

(*) Vigente em 31 de dezembro de 2010

(**) USD: Dólar Americano; QAR: Real Qatar; CHF: Franco Suíço; MXC: Peso Mexicano

Apesar de todas as operações em vigor a 31 de dezembro de 2011 e 2010 terem sido contratadas com objetivo de hedge, devido aos critérios de contratação e designação existentes nas políticas do Grupo no momento da contratação das referidas operações, alguma destas não cumpria os requisitos de hedge estabelecidos pelas IFRS-UE.

Os ganhos e perdas reconhecidos na reserva de hedge no património líquido (líquidos de efeito fiscal e sócios externos) originados por hedge de fluxos de caixa a 31 de dezembro de 2011 ascendem a (852) milhares de euros (2010: (9.645) milhares de euros), e irão sendo transferidos para a demonstração de resultados de forma contínua até que sejam liquidados os respetivos contratos. Os forwards de hedge não geraram liquidações no exercício (2010: 135 milhares de euros).

Swaps de taxa de juros

Os valores de referência dos contratos de swap de taxas de juros a 31 de dezembro de 2011 foram de 1.752.546 milhares de euros (2010: 1.352.370 milhares de euros).

A 31 de dezembro de 2011, para as operações nas quais a taxa de juros é variável cobrada à EURIBOR, as taxas de juros fixo variam entre 1,80% e 5,05%

(2010: 1,80% e 4,82%); para as operações em que a taxa de juros variável cobrada é a TIIE (taxa variável utilizada para dois projetos em México) as taxas de juros fixo variam entre 5,02% e 8,20% (2010: 8,20%); enquanto que para as operações nas quais a taxa de juros variável cobrada é a Libor (taxa variável utilizada para as sociedades Wind Energy Texas) as taxas de juros fixo variam entre 1,96% e 3,60% (2010: Sem operações).

Os ganhos e perdas reconhecidos na reserva de hedge no património líquido (líquidos de efeito fiscal e sócios externos) pelos contratos de permuta de taxa de juros a 31 de dezembro de 2011 ascendem a (59.889) milhares de euros (2010: (26.671) milhares de euros), e irão sendo transferidos para a demonstração de resultados de forma contínua até que sejam liquidados os empréstimos bancários. As liquidações destes derivativos geraram uma perda de 20.897 milhares de euros (2010: 21.815 milhares de euros).

Se bem todas as operações em vigor a 31 de dezembro de 2011 e 2010 tem sido contratadas com objetivo de hedge, devido aos critérios de contratação e designação existentes nas políticas do Grupo no momento da contratação das referidas operações, alguma delas não cumpria os requisitos de hedge estabelecidos pelas IFRS-UE.

Apresentam-se a seguir as características dos principais contratos de swaps de juros vigentes a 31 de dezembro de 2011:

Denominação	Data de contrato	Data de vencimento final	Valor nocional	Taxa de juros fixa paga	Taxa de juros variável recebida
Grupo Isolux Corsán	11/09/2009	03/06/2013	50.000 milhares de euros	2,66%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	23/06/2009	23/06/2012	20.000 milhares de euros	2,44%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	24/02/2009	24/02/2012	20.000 milhares de euros	2,47%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	22/06/2009	18/06/2013	85.000 milhares de euros	1,80%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	10/09/2010	29/06/2015	532.000 milhares de euros	2,02%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	28/04/2010	03/06/2013	50.000 milhares de euros	1,97%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	16/05/2011	16/05/2015	45.000 milhares de euros	3,05%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	28/06/2011	28/06/2014	57.517 milhares de euros	2,20%	Euribor
Préstamo Cova da Serpe II	23/01/2012	21/07/2025	13.718 milhares de euros	3,60%	Euribor
Préstamo Infinita Renovables	05/01/2010	30/12/2016	167.368 milhares de euros	3,79%	Euribor
Préstamo Hixam	07/02/2007	29/12/2022	61.395 milhares de euros	4,36%	Euribor
Préstamo Concesionaria Saltillo Monterrey	28/09/2007	30/05/2025	2.314.546 milhares de pesos mexicanos	8,20%	TIIE (*)
Préstamo Sociedad Concesionaria Autovía A-4	01/08/2008	15/06/2025	57.592 milhares de euros	5,05%	Euribor
Préstamo Concesionaria Perote-Xalapa	18/08/2011	14/12/2012	475.000 milhares de pesos mexicanos	5,02%	TIIE(*)
Préstamo Concesionaria Perote-Xalapa	13/02/2008	14/01/2022	1.895.320 milhares de pesos mexicanos	8,20%	TIIE(*)
Préstamo HIXAM II	13/01/2010	23/12/2025	29.735 milhares de euros	3,60%	Euribor
Préstamo Sociedad Concesionaria Zona 8-A	25/02/2008	25/02/2024	7.140 milhares de euros	4,79%	Euribor
Préstamo Wind Energy Trans Texas Hold.	29/07/2011	31/03/2016	1.899 milhares de euros	1,96%	Libor
Préstamo Wind Energy Trans Texas	29/07/2011	31/03/2016	27.157 milhares de euros	3,60%	Libor
Syndicated loan from NCG (**)	22/12/2008	31/12/2026	40.557 milhares de euros	3,96%	Euribor
Préstamo sindicado del BBVA (**)	15/07/2008	31/12/2027	462.724 milhares de euros	5,09%	Euribor
Préstamo de La Caixa (**)	18/06/2009	18/06/2021	11.098 milhares de euros	4,09%	Euribor
Préstamo del Santander loan (**)	04/01/2009	04/12/2023	6.572 milhares de euros	4,00%	Euribor
Préstamo sindicado Banesto (**)	31/12/2010	20/12/2023	10.673 milhares de euros	3,45%	Euribor
Préstamo de Bankia (**)	18/03/2010	23/04/2026	2.090 milhares de euros	3,65%	Euribor
Préstamo sindicado de Banesto (**)	22/12/2010	20/12/2023	22.367 milhares de euros	3,54%	Euribor

(*) Taxa de juros mexicana de referência a longo prazo

(**) Correspondentes à Grupo T-Solar Global

Apresentam-se a seguir as características dos principais contratos de swaps de juros em vigor a 31 de dezembro de 2010:

Denominação	Data de contrato	Data de vencimento final	Valor nocional	Taxa de juros fixa paga	Taxa de juros variável recebida
Grupo Isolux Corsán	11/09/2009	03/06/2012	50.000 milhares de euros	2,66%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	23/06/2009	23/06/2012	20.000 milhares de euros	2,44%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	24/02/2009	24/02/2012	20.000 milhares de euros	2,47%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	22/06/2009	18/06/2013	85.000 milhares de euros	1,80%	Euribor
Grupo Isolux Corsán	10/09/2010	29/06/2015	532.000 milhares de euros	2,03%	Euribor
Préstamo IC Concesiones	28/04/2010	03/06/2013	50.000 milhares de euros	1,97%	Euribor
Préstamo Infinita Renovables	30/04/2007	30/12/2016	181.800 milhares de euros	3,79%	Euribor
Préstamo Hixam	07/02/2007	29/12/2022	63.273 milhares de euros	4,36%	Euribor
Préstamo Concesionaria Saltillo Monterrey	30/05/2007	30/05/2025	2.330.080 milhares de pesos mexicanos	8,20%	TIIE (*)
Préstamo Sociedad Concesionaria Autovía A-4	01/08/2008	15/06/2025	58.165 milhares de euros	4,45%	Euribor
Préstamo Concesionaria Autopista Perote-Xalapa	13/02/2008	14/01/2022	1.900.000 milhares de pesos mexicanos	8,20%	TIIE (*)
Préstamo HIXAM II	13/01/2010	23/12/2025	30.466 milhares de euros	3,00%	Euribor
Préstamo Sociedad Concesionaria Zona 8-A	26/07/2007	25/02/2024	7.607 milhares de euros	4,82%	Euribor

(*) Taxa de juros mexicana de referência a longo prazo

Cross Currency SWAP

A participada brasileira Viabahia Concesionaria de Rodovias S.A. tem contratado um "Cross Currency Swap" relativo aos saldos de dívida denominados em dólares americanos (8.216 milhares de euros), com o objetivo de converter a uma taxa de juros fixa uns juros variáveis, e fixar a taxa cambial entre reais e dólares à data de vencimento do empréstimo (junho de 2013).

Opções de compra e venda de participações

Em outubro de 2011 foi assinado um acordo pelo qual se cancela um empréstimo outorgado pela Corpin Capital Asesores, S.A. e outros fundos à Grupo T-Solar Global, S.A. (GTSG) que era convertível em ações da GTSG. Para o cancelamento do dito empréstimo, foram entregados 10,8 milhares de euros em dinheiro, assim como ações do Grupo T-Solar Global equivalentes a 11,66% do capital da referida Sociedade.

Foi igualmente assinado um acordo entre o Grupo Isolux Corsán, S.A. e a Corpin Capital Asesores, S.A. e outros fundos, mediante o qual as ações da GTSG que as ditas entidades receberem ficarão sujeitas a uma opção de venda e a uma opção de compra, em virtude das quais o Grupo ficaria comprometido (sob a opção de venda) ou pelo contrário teria direito (sob a opção de compra) a adquirir tais ações sob umas determinadas condições (que são diferentes em cada uma das opções). As opções podem ser exercidas entre o 30 de abril e o 31 de maio de 2016 no caso da opção de venda, se bem existem situações de eventos de liquidez que poderiam provocar um exercício antecipado, e entre o 1 de janeiro de 2014 e o 28 de fevereiro de 2016 no caso da opção de compra, a um preço pactuado de 75,6 milhares de euros (que pode variar em função da data de exercício e outras condições).

Estas opções foram valoradas considerando o seu valor justo a 31 de dezembro de 2011.

12

Contas a receber de clientes e demais contas a receber

O detalhe de contas a receber de clientes e demais conta a receber é apresentada na seguinte tabela:

	31/12/2011	31/12/2010
Não circulante		
Empréstimos entidades em equivalência	28.096	24.385
Clientes por vendas e prestação de serviços	39.586	39.466
Demais a receber	57.077	5.242
	124.759	69.093
Circulante		
Clientes por vendas e prestação de serviços	667.550	826.336
Clientes – Obra executada pendente de certificar	661.979	592.212
Menos: Provisão por perdas devido a deterioração das contas a receber	(15.806)	(15.178)
Clientes – Líquido	1.313.723	1.403.370
Clientes entidadessem equivalência	1.300	21.492
Empréstimos entidades em equivalência	6.472	55.258
Devedores vários	93.648	102.601
Administrações Públicas	210.965	160.777
Antecipos de fornecedores	154.275	144.360
Outros devedores	106.548	54.017
	1.886.931	1.941.875

Adicionalmente a estas contas por receber, na nota 8.1 são incluídas contas por receber relativas a projetos de concessão de linhas de transmissão elétrica sob modelo financeiro por um montante de 741.169 milhares de euros.

Dentro da epígrafe clientes por vendas e prestação de serviços são contabilizados 26.486 milhares de euros correspondentes à parte a receber a curto prazo dos ativos concessionados registados sob modelo financeiro. (Veja nota 8.1).

Não existe um efeito significativo sobre os valores justos nas rubricas de contas a receber de clientes e demais contas a receber por registro a custo amortizado, pois os valores nominais consideram-se uma aproximação ao valor justo dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2011 foram deduzidos 197.412 milhares de euros (2010: 405.780 milhares de euros), que

correspondem a créditos por contratos de método alemão e outras faturas cedidas a terceiros anteriormente ao seu vencimento. Os referidos ativos foram cancelados no balanço, ao considerar que cumprem as condições estabelecidas na IAS 39 relativamente a cancelamentos de ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011 dentro da rubrica de clientes por vendas e prestação de serviços existem operações que correspondem a efeitos descontados ou créditos antecipados com instituições financeiras pelo montante de 79.720 milhares de euros (2010: 59.233 milhares de euros).

O Grupo reconheceu uma perda de 5.599 milhares de euros devido a deterioração do valor das suas contas comerciais a receber durante o exercício fechado em 31 de dezembro de 2011 (2010: 15.692 milhares de euros).

O movimento da provisão por perdas devido a deterioração do valor de contas comerciais a receber foi o seguinte:

	2011	2010
Saldo inicial	15.178	10.645
Dotações	5.599	15.692
Aplicações	(4.970)	(6.288)
Restituições	-	-
Transferências	(1)	(4.871)
Saldo final	15.806	15.178

O resto das contas incluídas nas contas a receber não contém ativos que tenham sofrido alguma deterioração de valor.

A exposição máxima ao risco de crédito, à data de apresentação da informação, é o valor justo de cada uma das categorias de contas a receber indicadas anteriormente. Não é política do Grupo contratar seguros para cobrir as contas a receber.

O saldo de Clientes por vendas e prestação de serviços inclui os seguintes montantes denominados em outras moedas diferentes do euro:

	2011	2010
Dólar dos EUA	60.150	87.691
Rial do Qatar	14.750	9.747
Real do Brasil	40.698	4.820
Dirham Marroquino	1.132	948
Peso Argentino	45.786	72.761
Peso mexicano	8.806	877
Dinar Argelino	8.615	5.093
Rupia Indiana	9.651	-
Outras moedas	6.030	1.499
	195.618	183.436

O montante total dos custos incorridos e lucros reconhecidos (menos perdas reconhecidas) para todos os contratos de construção em curso à data do balanço era de 3.977 milhares de euros (2010: 5.293 milhões de euros) e 270 milhões de euros (2010: 403 milhões de euros), respetivamente.

13 Estoques

O detalhe da conta de estoques é apresentada na seguinte tabela:

	31/12/2011	31/12/2010
Promoções imobiliárias em elaboração	211.457	229.931
Matérias-primas e produtos acabados	73.687	113.499
Custos ativos de projetos	72.581	84.430
	357.725	427.860

O detalhe das promoções em elaboração em função do seu ciclo é o seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Promoções imobiliárias em elaboração de ciclo curto	51.651	65.745
Promoções imobiliárias em elaboração de ciclo longo	159.806	164.186
	211.457	229.931

A 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existem compromissos de venda relativos a promoções imobiliárias em elaboração. O Grupo recebeu adiantamentos por montante de 16 milhares de euros (2010: 33 milhares de euros), que se encontram incluídos no passivo do balanço consolidado na epígrafe de "Adiantamentos de clientes".

Durante o exercício de 2010 foram capitalizados juros por um montante de 679 milhares de euros (2010: 362 milhares de euros), correspondentes aos juros vencidos no período de construção de promoções imobiliárias, e que surgem de financiamentos diretos recebidos para a construção das respetivas promoções.

O montante das promoções imobiliárias em garantia de financiamentos, recebidos a 31 de dezembro de 2011 ascende a 39.422 milhares de euros (2010: 36.798 milhares de euros).

Durante os anos 2011 foram deterioradas promoções imobiliárias em elaboração por montante de 4.785 milhares de euros em função dos valores de mercado das mesmas (2010: 3.840 euros).

14

Caixa, equivalentes de caixa e Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

14.1. Caixa e equivalentes de caixa

O desmembramento de saldos da conta Caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e Bancos	492.156	427.880
Depósitos em Instituições de Crédito a Curto Prazo e Outros	182.210	509.675
	674.366	937.555

Esta rubrica inclui caixa (caixa e depósitos à ordem) e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo, altamente líquidos, sendo prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro geralmente em prazo máximo de três meses ou sendo superior sem restrições nem punições à disponibilidade e cujo valor está sujeito a um risco insignificante de alterações de valor).

Do montante total correspondente a caixa e equivalentes de caixa, procedem de Associações Temporárias de Empresas por quantia de 111.026 milhares de euros (2010: 179.368 milhares de euros) e de Negócios Conjuntos por quantia de 23.057 milhares de euros (2010: 33.395 milhares de euros).

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em moedas diferentes do euro por um total de 395.805 milhares de euros (2010: 612.134 milhares de euros).

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o saldo em tesouraria inclui o saldo na rubrica caixa e equivalentes de caixa.

No momento do fechamento do exercício de 2011, foram contabilizados em "Caixa e Bancos" 7.200 milhares de euros (2010: 12.920 milhares de euros) cuja disponibilidade se encontra restringida em função das condições do crédito obtido para o financiamento do projeto de Hixam II.

Dentro dos saldos de bancos encontram-se saldos destinados ao hedge do serviço da dívida por um montante de 5.727 milhares de euros.

Durante o período, as principais operações que não tem implicado movimentos de caixa são as seguintes:

- Ativação de parte da concessão obtida de uma autopista de pedágio na Índia (Varanasi) por um montante de 106.671 milhares de euros. (Veja nota 8.1).
- Ativação de parte da concessão obtida de uma auto-

pista de pedágio no Brasil (Viabahia) por um montante de 244.652 milhares de euros (Veja nota 8.1.).

- Troca de ações da Synergy Industry and Technology, S.A. por ações da Grupo T-Solar Global por um montante de saída de ativos por 1.873 milhares de euros e uma entrada de 19.238 milhares de euros. (Veja nota 10).

Durante o exercício de 2010, a principal operação que não representou um movimento de caixa correspondeu à ativação de parte da concessão obtida de uma autopista de pedágio na Índia (Panipat-Jalandar) por um montante de 14.836 milhares de euros.

14.2. Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

O desmembramento dos saldos dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é a seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos em instituições de crédito de curto prazo e outros	14.447	2.300
	14.447	2.300

No exercício de 2011 foram contabilizadas nesta epígrafe principalmente ações de entidades financeiras cotadas, que são consideradas de disponibilidade imediata, ao estarem cotadas num mercado contínuo e regulado.

15

Capital social, prémio de emissão, reserva legal

a) Capital subscrito

O Capital subscrito da Sociedade dominante é composto por 87.316.199 ações (2010: 87.316.199 ações) ordinárias ao portador, de 0,20 euros (2010: 0,20 euros) de valor nominal cada uma, totalmente desembolsadas ascendendo a um montante de 17.463 milhares de euros (2010: 17.463 milhares de euros). Não existem restrições para a sua livre transmissibilidade.

As sociedades que participam no capital social são as seguintes:

	2011		2010	
	Nº Ações	% Participação	Nº Ações	% Participação
Construction Investment Sarl	46.864.562	53,67%	46.864.562	53,67%
Caja Castilla La Mancha Corporación, S.A.	10.573.339	12,11%	10.573.339	12,11%
Grupo Corporativo Empresarial de la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Navarra, S.A.U.	5.334.367	6,11%	5.334.367	6,11%
Corporación Empresarial Cajasol, S.A.U.	13.629.406	15,61%	13.629.406	15,61%
Cartera Perseidas, S.L.	8.731.620	10,00%	8.731.620	10,00%
Charanne B.V.	2.182.905	2,50%	2.182.905	2,50%
Total	87.316.199	100,00%	87.316.199	100,00%

b) Prémio de emissão

Esta reserva é de livre distribuição e ascende ao montante de 468.413 milhares de euros (2010: 469.163 milhares de euros).

Não pode ser distribuída e, se for usada para compensar perdas, no caso de não existirem outras reservas disponíveis suficientes para tal fim, deve ser repostada com lucros futuros.

c) Reserva legal e outras reservas indisponíveis

A Reserva legal foi registada em conformidade com o Artigo 274º da Lei das Sociedades de Capital, que estabelece que, em qualquer caso, um valor igual ao 10 por 100 do lucro do exercício será destinada a ela até esta alcançar um valor mínimo equivalente a 20 por 100 do capital social. O montante desta reserva em 31 de dezembro 2011 ascende a 3.493 milhares de euros e encontra-se totalmente constituída.

Além disso, inclui-se nesta reserva aquela que surge de aplicar na Sociedade dominante o estipulado no artigo 273.4 da Lei de Sociedades de Capital: "Em qualquer caso, deverá ser dotada uma reserva indisponível equivalente ao goodwill que apareça no ativo do balanço patrimonial, destinando-se para tal efeito um volume do lucro que represente, pelo menos, um cinco por cento do montante do referido goodwill. Se não existir lucro, ou este for insuficiente, serão utilizadas reservas de livre disposição". O saldo em 31 de dezembro de 2011 desta reserva ascende a 7.071 milhares de euros (2010: 4.714 milhares de euros).

16

Diferenças de conversão acumuladas

O desmembramento por sociedades / subgrupos da rubrica "Diferenças de conversão acumuladas" é a seguinte:

Sociedade ou subgrupo	2011	2010
Isolux de México S.A. de CV	(2.131)	(545)
Grupo Isolux Energía y Participaciones Ltda.	(13.495)	26.345
Isolux Proyectos, Ltda.	502	1.156
Powertec Proyectos, Ltda.	737	761
Isowat Mozambique, S.A.	1.543	1.452
Isolux Brasil Sociedade Anonima	1.070	(813)
Isolux Corsán Polonia, Sp Zoo	(304)	(214)
Concesionaria Autopista Saltillo-Monterrey, S.A. de C.V.	(2.439)	3.701
Grupo Tecna	(3.043)	(3.676)
Líneas Mesopotámicas Argentinas, S.A.	(30)	(10)
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, S.A.	(6.409)	601
Azul de Cortes, S.A. De C.V.	4.282	6.613
Soma-Isolux NH One Tollway Pvt Ltda.	(3.258)	5.983
Soma-Isolux Surat Hazira Tollway Pvt Ltd.	(637)	1.036
Soma-Isolux Kishangarh - Ajmer - Beawar Tollway Pvt. Ltd.	(747)	1.063
Isolux Corsán Argentina, S.A.	(77)	(57)
Agua Limpia Paulista, S.A.	967	183
Isolux Corsán India PVT	(1.155)	(437)
ICI & Soma Enterprise	(1.423)	(525)
Viabahía Concesionaria de Rodovias, S.A.	(95)	3.099
Corsán Corvián Construcción, S.A. - Sucursales	(1.274)	478
Isolux Ingeniería, S.A. - Sucursales	(8.066)	(6.645)
Iccenlux, Corp.	1.322	-
Isolux Mozambique LDA.	1.543	-
Isolux Corsán Concesiones Chipre	3.747	-
Otras	(1.392)	(1.430)
Total	(30.262)	38.119

17

Lucros acumulados e Participações não dominantes

A proposta de distribuição do resultado de 2011 da Sociedade dominante a apresentar à Assembleia Geral de Acionistas, juntamente com a distribuição de 2010 aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 30 de junho de 2011, é a seguinte:

Base de distribuição	2011	2010
Resultado do exercício	13.669	52.096
Distribuição		
Reservas Voluntárias	1.312	20.489
Reserva Indisponível Ágio (artigo 273.4 LSC)	2.357	2.357
Reservas de Livre Disposição (Prémio de Emissão)	-	(750)
Dividendos	10.000	30.000
	13.669	52.096

A evolução das participações não dominantes durante o ano de 2011 foi a seguinte:

	Saldo inicial	Participação em resultados	Dividendos	Variación em participação e outros	Saldo final
Grupo Tecna	9.825	(2.424)	-	119	7.520
Interisolux Torrejón Viv. Joven, S.L.	12	-	-	-	12
Julitex, S.L.	(97)	(134)	-	(2)	(233)
Interisolux Alcorcón Viv. Joven, S.L.	300	(52)	-	179	427
Agua Limpia Paulista, S.A.	240	961	-	692	1.893
Viabahía Concesionaria de Rodovias, S.A.	20.883	2.029	-	(1.714)	21.198
Grupo Infinita Renovables	527	(5.736)	-	372	(4.837)
Grupo T-Solar Global, S.A.	-	(12.146)	-	245.409	233.263
Mainpuri Power Transmission PL.	-	(2)	-	338	336
Soma-Isolux NH One Tollway Pvt. Ltda.	42.985	(2.041)	-	(5.908)	35.036
Sociedad Concesionaria Auto. A4, S.A.	53	952	-	(2.302)	(1.297)
Total	74.728	(18.593)	-	237.183	293.318

Dentro dos movimentos do exercício, recolhe-se principalmente o aumento dos minoritários do Grupo T-Solar Global, S.A. por um montante de 245.409 milhares de euros, produto das alterações nas percentagens de participação e tomada de controle pelo Grupo detalhadas na nota 32 e de outras operações societárias realizadas com posterioridade à tomada de controle pelo Grupo (incluindo a receita de Sócios em parte dos negócios da Grupo T-Solar Global, S.A. que representaram uma contribuição de aproximadamente 129 milhões de euros).

A evolução das participações não dominantes durante o ano de 2010 foi a seguinte:

	Saldo inicial	Participação em resultados	Dividendos	Varição em participação e outros	Saldo final
Grupo Tecna	7.692	2.023	(617)	727	9.825
Interisolux Torrejón Viv. Joven, S.L.	12	-	-	-	12
Julitex, S.L.	(47)	(50)	-	-	(97)
Interisolux Alcorcón Viv. Joven, S.L.	300	-	-	-	300
Agua Limpia Paulista, S.A.	146	(79)	-	173	240
Viabahía Concessionaria de Rodovías, S.A.	5.208	204	-	15.471	20.883
Grupo Infinita Renovables	2.408	(3.892)	-	2.011	527
Soma-Isolux NH One Tollway Pvt. Ltda.	35.034	3.500	-	4.451	42.985
Sociedad Concesionaria Auto. A4, S.A.	1.704	(901)	-	(750)	53
Total	52.457	805	(617)	22.080	74.728

Fornecedores e outras obrigações

O desmembramento da rubrica de Fornecedores e outras obrigações em 31 de dezembro 2011 e 2010 é a seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Não circulante		
Impostos a pagar a longo prazo	59.823	-
Receitas a distribuir – Subvenções oficiais	25.496	10.136
Outras obrigações	333.578	30.892
Total	418.897	41.028
Circulante		
Fornecedores	1.039.698	1.136.644
Efeitos a pagar	571.448	715.197
Facturação a conta	176.059	238.929
Antecipos recebidos por trabalho de contratos	151.063	210.272
Segurança social e outros impostos	124.301	160.714
Outras Obrigações	240.495	97.415
Total	2.303.064	2.559.171

Os impostos a pagar a longo prazo correspondem ao diferimento de impostos sobre as receitas das concessões de linhas do Brasil.

Dentro de outras obrigações não circulantes a 31 de dezembro de 2011 são incluídos custos a incorrer por 106.671 milhares de euros relativos ao ativo intangível por direitos de concessão administrativa correspondentes à autopistana Índia (Varanasi).

Dentro de outras obrigações não circulantes e outras obrigações circulantes a 31 de dezembro de 2011 são incluídos custos a incorrer por, respetivamente, 113.951 milhares de euros e 130.701 milhares de euros, relativos ao ativo intangível por direitos de concessão administrativa correspondentes à autopista no Brasil (Viabahía Concesionaria de Rodovias S.A.).

Dentro de outras obrigações não circulantes a 31 de dezembro de 2010 são incluídos custos a incorrer por 14.836 milhares de euros relativos ao ativo intangível por direitos de concessão administrativa obtido no exercício de 2009 correspondente à autopista na Índia (Panipat-Jarandar) (do exercício de 2011 não ficaram saldos relativos à referida autopista).

Adicionalmente, com data de 18 de março de 2011, o Grupo assinou um acordo com a Morgan Stanley Infrastructure Partner (em adiante, a MSIP), um

fundo de investimento em infraestruturas, para a sua entrada como sócio estratégico no desenvolvimento do negócio de concessões realizado pelo Grupo na Índia.

Os recursos provenientes do acordo com o MSIP fortalecem a posição financeira do Grupo na área de concessões de infraestrutura na Índia.

Através desse acordo o MSIP concordou em fazer contribuições à Sociedade Holding (ICC Sandpiper, BV), que possui através dos negócios conjuntos os interesses de três acordos de concessão de autopistas pedagiadas (Kishangarh, Surat e Varanasi). O investimento comprometido está situado entre os 106.700 milhares de USD (82.447 milhares de euros à taxa de câmbio no encerramento do exercício de 2011) e os 285.500 milhares de USD (220.605 milhares de euros à taxa de câmbio no encerramento do exercício de 2011) durante os próximos cinco anos dependendo do número de concessões de infraestruturas obtidas pelo Grupo na Índia; e a MSIP recebe como contraprestação ações preferenciais que serão convertidas em ações ordinárias da citada Holding. As ações preferenciais são convertíveis em ações ordinárias após um período inicial de 5 anos (ou antes, no caso de outros eventos especificados no acordo, como uma violação das obrigações do contrato e eventos de saída como um IPO, mudança de controle, etc.).

O Grupo terá a maioria dos direitos de voto no órgão de Direção da ICC Sandpiper, se bem que precisará de autorização do MSIP para certas decisões estratégicas e financeiras. Portanto, o Grupo classifica o investimento na ICC Sandpiper como um negócio conjunto.

Em 31 de dezembro de 2011 o MSIP realizou várias contribuições à ICC Sandpiper, quem ao mesmo tempo realizou contribuições para as concessionárias por um montante de 43.135 milhares de euros (classificadas sob outras obrigações não circulantes). Estas contribuições, que foram classificadas como passivo no balanço consolidado dado que o rácio de conversão de ações preferenciais em ordinárias é variável, outorgam à MSIP 23% dos direitos de voto da ICC Sandpiper e aproximadamente 55% dos direitos económicos.

Em relação à posição não circulante as Receitas a distribuir correspondem principalmente a subsídios a fundo perdido recebidas pela aquisição de elementos de imobilizado afetos a projetos.

Os valores nominais consideram-se uma aproximação ao valor justo dos mesmos.

Informação sobre os adiamentos de pagamentos efetuados a fornecedores. Disposição adicional terceira. Dever de informação da Lei 15/2010 de 5 de julho.

De acordo com a resolução de 29 de dezembro de 2010, do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, sobre a informação a incorporar na memória das demonstrações financeiras em relação com os adiamentos de pagamentos a fornecedores em operações comerciais, as sociedades deverão publicar de forma expressa informações sobre prazos de pagamento aos seus fornecedores na memória das suas Demonstrações Financeiras para as empresas sediadas em Espanha que formulem demonstrações financeiras e consolidadas.

De acordo com o estabelecido na Lei 15/2010 de 5 de julho, o prazo médio de pagamento a fornecedores, que está dentro do máximo legal aplicável às sociedades espanholas do Grupo Isolux Corsán, situa-se entre

os 120 e os 85 dias, conforme sejam fornecedores e subcontratistas relacionados com contratos de obra ou por outras operações comerciais. Estes prazos são aplicáveis aos contratos celebrados depois do dia 7 de julho de 2010.

O dever de informação afeta exclusivamente os credores comerciais incluídos na epígrafe de "fornecedores e outras obrigações" do passivo circulante do balanço patrimonial consolidado. A norma deixa, portanto, fora do seu âmbito de aplicação os credores ou fornecedores que não cumprem essa condição, como os fornecedores de imobilizados ou os credores por locação financeira.

O Grupo utiliza geralmente como sistema de gestão de pagamentos a figura do pagamento confirmado através de entidades financeiras ao abrigo dos contratos assinados com os seus fornecedores e/ou subcontratistas. O Grupo reconhece e paga aos fornecedores a despesa financeira de demora implícita nestes acordos, assumidos pelo Grupo.

Tendo em consideração o anterior, a 31 de dezembro de 2011, os saldos pendentes de pagamento a fornecedores aos quais se aplica esta Lei não superam por montantes significativos o adiamento acumulado superior ao prazo legal estipulado.

Adicionalmente, durante o exercício de 2011, os pagamentos a fornecedores de sociedades sediadas em Espanha que excederam os limites estabelecidos foram de, aproximadamente, 61 milhões de euros, o que representa 7% do total de pagamentos, excedendo em média em 72 dias o prazo legal estabelecido.

De acordo com as disposições da disposição transitória segunda da Resolução do ICAC de 29 de dezembro de 2010, relativa à informação a incluir na memória das demonstrações financeiras no primeiro exercício de aplicação dos novos requerimentos, a informação de 2011 não é apresentada de forma comparativa com 2010, de acordo com o regime de cumprimento gradual estabelecido para 2010 pela mencionada resolução.

Pagamentos realizados e pendentes de pagamento na data de fechamento do balanço

2011

	Milhares de euros	%
Pagamentos do exercício dentro do prazo máximo legal	829.466	93,2%
Resto	60.754	6,8%
Total de pagamentos do exercício	889.433	100%
Saldo pendente de pagamento no fechamento que excede o prazo máximo legal	11.598	
Prazo médio ponderado excedido de pagamento (dias)	72	

19

Empréstimos bancários

O detalhe dos empréstimos bancários a 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Não circulante		
Promoções imobiliárias	18.729	16.905
Outros empréstimos hipotecários	53.992	58.180
Empréstimo sindicado	654.191	532.928
Apólices de crédito	79.015	127.592
Outros empréstimos	123.280	140.350
Passivos por Arrendamento Financeiro	723	1.609
	929.930	877.564
Circulante		
Dívidas por adiantamentos de créditos	79.964	73.750
Empréstimo sindicado	22.951	3.420
Empréstimos hipotecários	8.558	7.786
Apólices de créditos	306.529	268.271
Passivos por arrendamento Financeiro	882	1.246
Outros empréstimos	30.174	18.331
	449.058	372.804
Total Empréstimos bancários	1.378.988	1.250.368

As dívidas que correspondem às contas Promoções imobiliárias e Passivos por arrendamento financeiro estão garantidas pelo valor dos respetivos ativos que estão sendo financiados. Os Outros empréstimos hipotecários estão garantidos pelos ativos Imobilizados mencionado na Nota 6.

Quase todos os empréstimos estão referenciados ao Euribor, sendo contratualmente verificados em períodos geralmente não superiores a 6 meses. É

por este motivo que os valores justos dos empréstimos bancários, tanto circulantes quanto não circulantes, se aproximam aos seus valores contábeis.

A Sociedade tem contratadas várias apólices de crédito, as quais se encontram geralmente classificadas a curto prazo dado que o respetivo vencimento normalmente é anual, se bem que esses apólices estabelecem cláusulas de renovação tácita.

A abertura por ano de vencimento dos empréstimos bancários não circulantes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

Concepto	2011			2010		
	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Promoções imobiliárias	881	17.848	18.729	970	15.935	16.905
Outros empréstimos hipotecários	18.820	35.172	53.992	16.202	41.978	58.180
Empréstimos sindicados	654.191	-	654.191	532.928	-	532.928
Apólices de crédito	75.253	3.762	79.015	122.160	5.432	127.592
Outros empréstimos	107.596	15.684	123.280	116.700	23.650	140.350
Passivos por arrendamento Financeiro	599	124	723	1.609	-	1.609
Total	857.340	72.590	929.930	668.936	208.628	877.564

Os montantes correspondentes a Passivos por arrendamento financeiro encontram-se descontados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros futuros por arrendamento financeiro ascendem a 49 milhares de euros (2010: 110 milhares de euros).

19.1. Empréstimos sindicados

A 14 de fevereiro de 2007, o Grupo celebrou um acordo para o outorgamento de uma linha de crédito por um valor de 200.000 milhares de euros.

No dia 26 de março de 2008, o Grupo celebrou um acordo para a concessão de uma linha de crédito por um valor de 305.000 milhares de euros, cujo principal propósito é o financiamento das atividades do Grupo.

Com data de 29 de junho de 2010, o Grupo celebrou um novo acordo de crédito sindicado a longo prazo com a modalidade "Forward Start Facility" (disponível em 14 de fevereiro de 2011) que cancela os 2 acordos citados anteriormente, assim como outras linhas de crédito e empréstimos por 72.000 milhares de euros, e pelo qual é outorgado um montante inicial máximo de 532.000 milhares de euros (ampliável até 700.000 milhares de euros mediante a adesão de outras entidades financeiras que mantêm financiamento outorgado ao Grupo), estruturado num Tramo A por um montante de 345.800 milhares de euros e num Tramo B de crédito "revolving" por um montante de 186.200 milhares de euros (este último também com a finalidade de financiar as necessidades gerais de tesouraria do Grupo). A 31 de dezembro de 2010 o referido crédito sindicado foi ampliado até 552.000 milhares de euros (352.300 milhares de euros do Tramo A e 189.700 milhares de euros do Tramo B), sendo o saldo contábil dos créditos refundidos neste acordo a 31 de dezembro de 2011 de 541.361 milhares de euros (2010: 524.857 milhares de euros). Os saldos disponibilizados deste crédito geram um juro de Euribor mais um diferencial variável de entre 2,25% e 3%, em função do valor de determinados rácios.

Por outro lado, foi estabelecida a sujeição do empréstimo ao cumprimento de rácios, conforme é habitual para este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2011, a

Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato.

Os vencimentos nominais por ano deste crédito são os seguintes:

Data de vencimento	Montante (milhares de Euros)
29/12/2012	11.051
29/06/2013	44.168
29/12/2013	55.183
29/06/2014	66.215
29/12/2014	99.368
29/06/2015	276.015
Total	552.000

Com data de 17 de junho de 2010, o Grupo celebrou um acordo para a concessão de crédito por um valor nominal de 85.000 milhares de euros com Natixis, o ICO e KBC (estruturado num Tramo A por 70.000 milhares de euros destinado ao financiamento de projetos de concessões de infraestruturas na Índia que o Grupo está desenvolvendo, e num Tramo B por 15.000 milhares de euros destinado ao financiamento de outros projetos do Grupo). À data de fechamento apresenta um saldo pendente de pagamento de 85.000 milhares de euros. O referido empréstimo paga juros anuais à taxa da Euribor mais 3% e o cancelamento é através de um único pagamento no dia 17 de junho de 2015 (com possibilidade de amortização antecipada, por acordo expresse entre as entidades financeiras e o Grupo, nos dias 17 de junho de 2013 e 17 de junho de 2015). Por outro lado, estabeleceu-se a sujeição do empréstimo ao cumprimento de rácios, conforme é habitual para este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2011, a Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato.

Com data de 28 de junho de 2011, o Grupo celebrou um acordo para a concessão de crédito por um valor nominal de 59.500 milhares de euros com EBN Banco de Negocios, S.A., Caja de España de Inversiones Salamanca e Soria, CAMP, Montes de Piedad e Caja de Ahorros de Ronda, Cádiz, Almería, Málaga, Antequera e Jaén (Unicaja), Banque Marocaine du Commerce Extérieur International, S.A.O., Banco do Brasil, Suc. España, Bankia, S.A.O., Caja de Ahorros e Monte Piedad de Navarra, Commerzbank Aktiengesellschaft, Suc. España., Caja General de Ahorros de Granada, Banco de la Nación Argentina, Suc. España e Caixa D'Estalvis del Penedès, destinado ao financiamento de projetos do Grupo. À data de fechamento apresenta um saldo pendente de pagamento de 53.500 milhares de euros. O referido empréstimo paga juros anuais de Euribor mais 3,5%.

Os vencimentos nominais por ano deste crédito são os seguintes:

Data de vencimento	Montante (milhares de Euros)
28/12/2011	5.950
29/06/2012	5.950
28/12/2012	5.950
28/06/2013	5.950
28/12/2013	5.950
28/06/2014	29.750
Total	59.500

Por outro lado, estabelece-se a sujeição do empréstimo ao cumprimento de rácios, conforme é habitual para este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2011, a Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato.

19.2 Outros Empréstimos

Dentro deste parágrafo são incluídas principalmente as seguintes dívidas:

Com data de 2 de junho de 2008, o Grupo celebrou um acordo para a concessão de uma linha de crédito por um valor de 100.000 milhares de euros com o Instituto de Crédito Oficial (ICO), cujo destino principal é o financiamento das atividades de concessões de infraestruturas no México que o Grupo desenvolve. Na data do fechamento apresenta um saldo pendente de pagamento de 100.000 milhares de euros (2010: 100.245 milhares de euros). O referido empréstimo paga juros à taxa Euribor mais uma margem de 3 % anual, em períodos de 1,3 ou 6 meses à escolha da parte devedora. O cancelamento será realizado através de um único pagamento em 30 de junho de 2015. Este empréstimo está sujeito, de acordo com o contrato, ao cumprimento de rácios tal como o habitualmente utilizado para este tipo de operações. Em 31 de dezembro de 2011, a direção considera que não tem incumprido nenhum rácio em relação a este contrato.

19.3. Apólices de crédito

A Sociedade tem múltiplas apólices de crédito contratadas, as quais se encontram geralmente classificadas como de curto prazo dado que o seu vencimento

costuma ser anual, se bem que estas apólices incluem cláusulas de renovação tácita. Caso o seu vencimento seja superior a um ano, são classificadas como não circulantes. Dentro das apólices registadas no passivo circulante destaca-se a seguinte:

Com data de 5 de maio de 2011, o Grupo celebrou um novo acordo com o Bank of America, National Association, Sucursal España, para a concessão de crédito por um valor nominal de 45.000 milhares de euros, cujo destino principal é o financiamento das atividades do Grupo, e que à data de fechamento apresenta um saldo pendente de pagamento de 45.000 milhares de euros. O referido empréstimo gerava juros anuais à taxa da Euribor mais uma margem de 2%, em períodos de 1,3 ou 6 meses. Este empréstimo está sujeito ao cumprimento de rácios, conforme é habitual para este tipo de operações. A 31 de dezembro de 2011, a Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato. O vencimento deste empréstimo está marcado para o dia 2 de maio do 2012, com renovações anuais unilaterais por parte do banco até um máximo de 4 anos. A 31 de dezembro de 2011, a Direção entende que não se incumpriu nenhum rácio relativo a este contrato.

19.4. Outra informação

O montante em livros dos empréstimos bancários do grupo é expresso nas seguintes moedas:

	2011	2010
Não circulante		
Euro	898.740	845.605
Outras moedas	31.190	31.959
	929.930	877.564
Circulante		
Euro	336.846	274.040
Outras moedas	112.212	98.764
	449.058	372.804
Total empréstimos bancários	1.378.988	1.250.368

O Grupo dispõe das seguintes linhas de crédito não dispostas:

	2011	2010
Tipo variável:		
- com vencimento a menos de um ano	115.227	143.825
- com vencimento superior a um ano	22.589	86.741
	137.816	230.566

Impostos diferidos

O movimento bruto na conta de Impostos diferidos foi o seguinte:

	Impostos diferidos Ativo		Impostos diferidos Passivo	
	2011	2010	2011	2010
1 de janeiro	115.886	61.744	66.752	55.035
Encargo na demonstração de resultados (Nota 28)	39.353	43.853	25.008	10.128
Imposto imputado ao património líquido	27.637	10.289	(81)	1.589
Combinações de negócios (Nota 32)	49.742	-	51.200	-
31 de dezembro	232.618	115.886	142.879	66.752

A composição dos impostos diferidos ativos em cada fechamento de exercício é a seguinte:

	2011	2010
Bases tributáveis negativas	98.898	39.037
Créditos fiscais pendentes	23.441	35.302
Diferenças temporárias	110.279	41.547
	232.618	115.886

Os movimentos produzidos durante os exercícios 2011 e 2010 nos impostos diferidos ativos e passivos foram os seguintes:

Impostos Diferidos Passivo	Reversões	Dotações	Outros movimentos	Total
Em 1 de janeiro de 2010				55.035
Encargo na demonstração de resultados	(15.024)	20.084	5.068	10.128
Encargo sobre o património líquido	-	1.589	-	1.589
Em 31 de dezembro de 2010				66.752
Encargo na demonstração de resultados	(17.041)	36.967	5.082	25.008
Encargo sobre o património líquido	(81)	-	-	(81)
Combinações de negócios e outras operações (Nota 32)	-	51.200	-	51.200
Em 31 de dezembro de 2011				142.879

Impostos diferidos Ativo	Reversões	Dotações	Outros movimentos	Total
Em 1 de janeiro de 2010				61.744
Encargo na demonstração de resultados	(26.213)	57.591	12.475	43.853
Encargo sobre o património líquido	-	10.289	-	10.289
Em 31 de dezembro de 2010				115.886
Encargo na demonstração de resultados	(62.230)	97.486	4.097	39.353
Encargo sobre o património líquido	-	27.637	-	27.637
Combinações de negócios (Nota 32)	-	49.742	-	49.742
Em 31 de dezembro de 2011				232.618

Durante o exercício de 2011, determinadas sociedades espanholas saíram do perímetro de consolidação do Grupo Fiscal cuja sociedade dominante é a Grupo Isolux Corsán, S.A. Os impostos diferidos ativos destas sociedades foram cancelados seguindo um critério de prudência, depois de realizar uma análise da sua recuperabilidade de acordo com estas novas circunstâncias. Em relação a isto, durante o exercício de 2011 foram revertidos 26.583 milhares de euros de impostos diferidos ativos que correspondiam a deduções fiscais pendentes de aplicar. O cancelamento desses impostos diferidos gerou uma despesa pelo mesmo montante na demonstração do resultado consolidada do exercício (Veja Nota 28).

Dentro dos ativos diferidos do Grupo são contabilizadas deduções geradas, acolhendo-se ao artigo 39.3 do Decreto 4/2004, de 5 de março, pelo qual se aprovou o Texto Refundido da Lei do Imposto de Renda, e à disposição adicional décima do dito imposto, sendo registada no exercício de 2008 uma dedução pela percentagem estabelecida pela regulamentação em vigor para o dito exercício sobre os investimentos realizados em bens de ativo material novos destinados ao aproveitamento de fontes de energias renováveis consistentes em instalações e equipamentos que tenham como finalidade o aproveitamento da energia proveniente do sol para a sua transformação em calor ou eletricidade. O prazo para aplicar estas deduções é de 10 anos. No caso das entidades de nova criação, a aplicação desta dedução poderá ser diferida até ao primeiro exercício em que, dentro do período de prescrição (quatro anos), se gerarem resultados contábeis positivos. Estas deduções estão sujeitas à condição de manter os investimentos por um prazo mínimo de 5 anos a contar da data de contabilização do ativo que as gerou.

Os Impostos diferidos ativos/(passivos) sobre o património líquido durante o exercício foram os seguintes:

	2011	2010
Reservas para o valor justo do património líquido:		
Reserva para operações de hedge	27.718	8.700
	27.718	8.700

A composição de Impostos diferidos ativos e passivos originados em diferenças temporárias gera-se pelos seguintes conceitos:

	2011	2010
Impostos diferidos ativos		
Originados em provisões	6.865	10.413
Originados em ativos não circulantes	36.560	13.650
Originados em valoração de derivativos financeiros	59.965	17.484
Outras Origens	6.889	-
Total	110.279	41.547
Impostos diferidos passivos		
Originados em valoração de estoques	(7.665)	(9.465)
Originados em valoração de derivativos financeiros	(1.854)	(2.838)
Originados em ativos não circulantes	(101.513)	(20.180)
Originados em contas a receber de clientes e demais contas a receber	(13.251)	(8.175)
Originados em investimentos financeiros	-	(19.250)
Outras origens	(18.596)	(6.844)
Total	(142.879)	(66.752)

O Grupo tem créditos fiscais no fechamento do exercício 2011 ativados e pendentes de aplicação por bases tributáveis negativas pelos seguintes montantes:

Ano de geração	País				Total
	Espanha	Argentina	México	Outros	
2007	2.767	-	-	-	2.767
2008	2.255	81	54	-	2.390
2009	12.516	-	4.367	-	16.883
2010	13.971	2.486	540	-	16.997
2011	51.481	4.536	3.524	320	59.861
	82.990	7.103	8.485	320	98.898

O prazo de aplicação dos créditos fiscais ativados gerados por bases tributáveis negativas em Espanha, Argentina e México é de 15 anos, 5 anos e 10 anos, respetivamente, desde a data de geração.

Os impostos diferidos ativos por créditos fiscais pendentes de aplicar e bases tributáveis negativas reconhecem-se na medida em que é provável a realização do correspondente lucro fiscal através de benefícios fiscais futuros.

21

Provisões para para outras obrigações e encargos

21.1. Provisões para outras obrigações e encargos – Não circulantes

	Provisões para conclusão de obras	Provisões para litígios e outros	Provisões para grandes reparações	Provisão para desmontagem	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010	18.106	30.028	-	1.749	49.883
Dotações	4.155	6.701	186	-	11.042
Reversões	-	-	-	-	-
Aplicações	(9.758)	(4.000)	-	-	(13.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.503	32.729	186	1.749	47.167
Combinacões de negócios (Nota 32)	-	-	878	3.760	4.638
Dotações	1.801	11.656	3.075	22	16.554
Reversões	-	-	-	-	-
Aplicações	(3.942)	(17.357)	-	-	(21.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.362	27.028	4.139	5.531	47.060

Provisões para conclusão de obras

O saldo desta conta, relacionada com os projetos que estejam concluídos ou substancialmente concluídos, corresponde à estimativa realizada pelo Grupo dos custos prováveis a incorrer antes da aceitação final por parte do cliente. Por outra parte, em certos casos poderiam surgir reclamações adicionais por parte dos clientes, que não são suscetíveis de quantificação objetiva à data de formulação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, embora na opinião dos administradores não se espera que o resultado desta situação suponha perdas significativas superiores aos montantes provisionados.

Provisões para litígios e outros

Corresponde a provisões constituídas para cobrir outros riscos e despesas, relacionados ou não com litígios, nomeadamente as contingências de caráter fiscal ou de outro tipo para as quais o Grupo considerou necessária a constituição da correspondente provisão. Na opinião dos administradores, depois da respetiva assessoria legal, não se espera que o resultado destes litígios implique perdas significativas superiores aos valores provisionados.

Provisão para desmontagem

O Grupo, com base em estudos técnicos realizados, calculou o custo atual de desmantelamento das instalações técnicas das centrais solares e dos centros de

produção de biodiesel que tem nos ativos atribuídos a projetos, reconhecendo a referida estimativa como maior valor dos ativos e amortizando-o na vida útil das instalações, que resulta na maioria dos casos muito semelhante à duração dos contratos de arrendamento dos terrenos onde se instalaram as centrais solares e os centros de produção de biodiesel.

Provisões para grandes reparações

Correspondem às atuações de reposição e grande reparação que se estima serão realizadas sobre certas infraestruturas concessionadas durante o período de vida da concessão. O Grupo calcula as dotações a realizar considerando os calendários dos investimentos previstos nos seus Planos Económicos e Financeiros, que correspondem às suas melhores estimativas.

21.2. Provisões para outras obrigações e encargos – Circulante

Os saldos compreendidos nesta rubrica, calculados pelo montante de 60.679 milhares de euros (2010: 52.099 milhares de euros), correspondem aos setores de Construção e Engenharia, estando referidos na conta Provisões de despesas para conclusão de obras e outros conceitos. A linha "Variações de provisões de operações comerciais" da demonstração do resultado corresponde às dotações líquidas efetuadas para as provisões para outras obrigações e encargos.

22

Receita / Vendas

A informação relativa ao Volume de negócios por atividade e mercado é incluída na Nota 5.

23

Materiais consumidos e outros custos externos

A conta Materiais consumidos e outros custos externos durante os exercícios de 2011 e 2010 está composta da seguinte forma:

	2011	2010
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	1.058.067	921.782
Varição de estoques não imobiliários	29.481	(39.811)
Outros custos externos	1.164.076	982.124
Total	2.251.624	1.864.095

24

Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas operacionais é distribuída da seguinte forma:

	2011	2010
Outras receitas operacionais		
Subvenções para a exploração	2.333	1.187
Outros lucros operacionais	52.833	43.808
Total	55.166	44.995
Outras despesas operacionais		
Arrendamentos para fins comerciais	94.414	100.241
Outros serviços exteriores	123.473	524.141
Deterioração líquida de contas a receber	1.423	(1.596)
Tributos	129.347	62.437
Total	348.657	685.223

No exercício de 2010, dentro de Outras despesas operacionais foram incluídas perdas líquidas por venda de imobilizados por um valor de 812 milhares de euros.

Em junho de 2011, o Grupo realizou uma troca na participação de 3 linhas de transmissão elétrica no Brasil (veja nota 8.1), o que representou uma saída de caixa de 9.478 milhares de euros. Da operação foi gerado um lucro operacional de 4.533 milhares de euros e umas receitas por diferenças de conversão de 11.495 milhares de euros (veja nota 27).

Adicionalmente, em dezembro de 2010, o Grupo realizou a venda de negócios conjuntos de 8 concessões de linhas de transmissão elétrica no Brasil (veja nota 8.1), o que significou uma entrada líquida de caixa de 256.535 milhares de euros, um lucro líquido operacional de 26.562 milhares de euros e uma receita por diferenças de conversão realizadas de 33.026 milhares de euros que não significaram uma entrada de caixa.

25

Despesa de benefícios a Empregados

	2011	2010
Salários	302.223	304.022
Segurança Social e outras despesas sociais	76.702	75.248
Total	378.925	379.270

No exercício 2011 dentro de Salários encontram-se incluídas indemnizações por demissão no montante de 10.758 milhares de euros (2010: 11.376 milhares de euros).

A composição do Quadro médio empregado no Grupo foi a seguinte:

	2011	2010
Categoria		
Formados	2.872	2.647
Administrativos	786	794
Operários	5.246	4.199
Total	8.904	7.640

Adicionalmente, o número médio de pessoas empregadas, no curso do exercício, pelas sociedades incluídas na consolidação pelo método proporcional foi de 275 (2010: 1.374).

Por outro lado, a Distribuição por sexos no fim do exercício, isto é, no dia 31 de dezembro de 2011, do pessoal da Sociedade é a que se apresenta a seguir:

	Homens	Mulheres	Total
Categoria			
Conselheiros	13	-	13
Altos Diretores	7	1	8
Diretivos	280	49	329
Formados	1.721	478	2.199
Administrativos	504	363	867
Operários	6.103	545	6.648
Total	8.628	1.436	10.064

A distribuição por sexos no fim do exercício anterior, isto é, no dia 31 de dezembro de 2010, do pessoal da sociedade é a que se apresenta a seguir:

	Homens	Mulheres	Total
Categoria			
Conselheiros	13	-	13
Altos Diretores	7	1	8
Diretivos	137	17	154
Titulados	1.742	480	2.222
Administrativos	327	249	576
Operários	3.286	206	3.492
	5.512	953	6.465

26

Arrendamento operacionais

Os pagamentos mínimos futuros a pagar pelos Arrendamentos operacionais não canceláveis são os seguintes:

	2011	2010
Menos de 1 ano	37.699	11.166
Entre 1 e 5 anos	24.494	18.271
Mais de 5 anos	7.368	10.488
Total	69.561	39.925

A despesa reconhecida na demonstração de resultados durante o exercício correspondente a Arrendamentos operacionais ascende aos 94.414 milhares de euros (2010: 100.241 milhares de euros).

O Grupo arrenda, a um terceiro, o prédio onde se encontra a sua sede central. O acordo de arrendamento tem um período de 12 anos a partir da data da sua celebração (15 de março de 2007), embora existe a possibilidade do Grupo exercer uma opção de compra a partir do quinto ano, para o qual as partes devem chegar previamente a um acordo sobre as condições da operação. Na data de início do arrendamento, assim como na data de formulação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, é pouco provável que seja exercida a opção de compra, dado que o contrato foi classificado como arrendamento operacional e que no quadro anterior foram incluídos todos os pagamentos comprometidos até ao cumprimento dos 12 anos inicialmente previstos.

27

Receitas e despesas financeiras

O detalhe do resultado financeiro líquido a 31 de dezembro de 2011 e 2010 é a seguinte:

	2011	2010
Despesa de juros	(246.034)	(139.158)
Deterioração de investimentos disponíveis para venda (nota 10)	(1.837)	(3.858)
Outras despesas financeiras	(52.939)	(28.727)
Despesa financeira	(300.810)	(171.743)
Receita de juros	33.753	13.398
Resultados em operações de investimentos disponíveis para venda (nota 10)	17.365	-
Lucros / (perdas) líquidos por transações em moeda estrangeira	18.161	28.921
Lucros / (perdas) líquidos em valor justo de instrumentos financeiros derivativos	1.460	601
Outras receitas financeiras	12.791	13.102
Receita financeira	83.530	56.022
Resultado financeiro líquido – Despesa	(217.280)	(115.721)

Dentro do resultado por transações em moeda estrangeira do exercício de 2011 foram contabilizados 11.495 milhares de euros de lucro pelo resultado da operação de troca de 3 concessões de linhas de transmissão elétrica no Brasil (veja nota 24).

Dentro do resultado por operações de investimentos disponíveis para venda do exercício de 2011 foi contabilizado um lucro de 17.365 milhares de euros correspondente à operação de troca de ações da Synergy Industry and Technology, S.A. (veja nota 10).

Durante o exercício de 2011 produziu-se uma operação de redução de capital dentro da Sociedade participada Isolux Energía y Participaciones, produto da qual se registaram 10.146 milhares de euros de perda no resultado por transações em moeda estrangeira do exercício.

O lucro do exercício 2010 por transações em moeda estrangeira inclui 33.026 milhares de euros pela venda de negócios conjuntos de 8 concessões de linhas de transmissão elétrica no Brasil (veja nota 24).

Imposto sobre os lucros

Grupo Isolux Corsán, S.A. é a sociedade dominante do Grupo Fiscal 102/01, o que a autoriza a apresentar declaração consolidada na Espanha para todas as sociedades incluídas dentro do Grupo Fiscal:

A despesa pelo imposto de renda é composto por:

	2011	2010
Imposto corrente	41.695	54.674
Imposto diferido (Nota 20)	(14.345)	(33.725)
Total Despesa de imposto de renda	27.350	20.949

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido através da alíquota de imposto aplicável aos benefícios das sociedades consolidadas como segue:

	2011	2010
Lucro antes de impostos	32.826	84.909
Imposto calculado com base na alíquota de imposto aplicável aos benefícios da Sociedade dominante	9.848	25.472
Efeito em cota de despesas não deduzíveis a efeitos fiscais	2.517	2.453
Efeito gerado por diferença em taxas noutros países e outras diferenças em sociedades do exterior	78	2.440
Deduções geradas no exercício	26.583	(3.437)
Outros	(11.676)	(5.979)
Despesa por imposto	27.350	20.949

Dentro da despesa por imposto do exercício de 2011 foi contabilizado o efeito gerado pelo cancelamento de créditos fiscais pendentes de aplicar por deduções, por um montante de 26.583 milhares de euros (Veja Nota 20).

A composição de deduções geradas em cada exercício é a que segue:

	2011	2010
Deduções por atividades exportadoras	-	3.437
Lucros reinvestidos	-	-
Total	-	3.437

A taxa impositiva efetiva foi de 83,32% (2010: 24,67%), o que difere da taxa impositiva aplicável à Sociedade dominante (30% para os anos de 2011 e 2010) devido principalmente ao efeito líquido gerado pela reversão/geração de deduções que aumentam/diminuem a taxa impositiva efetiva, à existência de despesas não dedutíveis que aumentam a taxa impositiva efetiva, e às diferenças de taxas impositivas de sociedades e sucursais situadas no exterior que podem ser superiores ou inferiores à taxa impositiva em vigor em Espanha, e que portanto aumentariam ou diminuiriam a taxa impositiva efetiva.

Com data 1 de julho de 2010 comunicou-se à sociedade de Grupo Isolux Corsán, S.A. como sociedade dominante do grupo fiscal o início de atuações inspetoras para o Imposto da Renda exercícios (2005-2008).

Adicionalmente varias sociedades do Grupo Isolux Corsán estão sendo objeto de inspeção com caráter geral pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado (2006-2008) e o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (2006-2008), declaração anual de operações (2005-2008) e declaração recapitulativa de entrega e aquisições intracomunitárias de bens (2005-2008).

As referidas inspeções ainda não terminaram à data de elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Dos critérios que as autoridades fiscais puderam adotar em relação com os exercícios abertos a inspeção, poderiam derivar-se passivos fiscais de caráter contingente não suscetíveis de quantificação objetiva. Contudo, os Administradores da Sociedade dominante estimam que os passivos resultantes desta potencial revisão suponha perdas significativas superiores aos montantes provisionados.

Adicionalmente aos exercícios em inspeção, permanecem abertos para inspeção os seguintes impostos para os exercícios a seguir mencionados:

Imposto	Exercícios
Imposto de Renda	2009 a 2010
Imposto sobre o Valor Agregado	2009 a 2011
Imposto sobre a Renda da Pessoa Física	2009 a 2011
Outros impostos	Últimos 4 exercícios

Como consequência, entre outras, das diferentes interpretações possíveis da legislação fiscal em vigor, podem surgir passivos adicionais em resultado de uma inspeção. De qualquer forma, os administradores da Sociedade dominante consideram que os respetivos passivos, nesse caso, não afetariam significativamente as demonstrações financeiras consolidadas.

29

Lucro por ação

Básicos e Diluídos

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Os lucros diluídos por ação são calculados ajustando o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação com o objeto de refletir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Dado que Sociedade não possui nenhuma classe de ações ordinárias potenciais diluídas, os lucros diluídos por ação coincidem com os lucros básicos por ação.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade (Milhares de euros)	24.069	63.155
Nº médio ponderado de ações ordinárias em circulação	87.316.199	87.316.199
Lucros básicos por ação (euros por ação)	0,27	0,72

30

Dividendos por ação

Os dividendos distribuídos (ou propostos) em relação aos resultados dos exercícios de 2011 e 2010 ascenderam a 10.000 milhares de euros e a 30.000 milhares de euros (veja Nota 17), respetivamente, o que representa um dividendo por ação de 0,11 euros e 0,34 euros, respetivamente.

31

Compromissos, Contingências e Garantias outorgadas

a) Compromissos

Compromissos de compra de ativos fixos

Não há investimentos significativos comprometidos na compra de ativos à data do balanço, distintas daquelas requeridas no curso ordinário dos negócios.

Compromissos de arrendamento operacional

O Grupo arrenda vários locais, escritórios e outros elementos de imobilizado corpóreo sob contratos não canceláveis de arrendamento operacional. Estes arrendamentos têm termos variáveis, cláusulas por tramos e direitos de renovação.

As despesas por arrendamento inseridas na demonstração de resultados durante o exercício, assim como a informação relacionada com os pagamentos mínimos futuros, foram incluídas na Nota 26.

Compromisso de aquisição de ações

Em 23 de fevereiro de 2011, os três acionistas da Viabahia Concessionaria de Rodovias, S.A. assinaram um acordo segundo o qual um dos acionistas minoritários poderia vender suas ações na mencionada companhia para os outros acionistas, o que implicaria que o Grupo poderia aumentar sua participação até o 70%. Essas transações somente poderiam ocorrer após da expiração do período de restrição (2 anos depois da assinatura do acordo de concessão), após da assinatura do acordo de aquisição de ações e quando todas as autorizações necessárias tenham sido obtidas.

b) Contingências e Garantias outorgadas

O Grupo tem passivos contingentes por avais bancários e outras garantias relacionadas com o curso normal do negócio já que, de acordo com as condições gerais de contratação, o Grupo está obrigado a prestar avais técnicos em relação à execução das obras, que possam ser constituídos em dinheiro ou por avais bancários e devem ser mantidos durante um determinado período.

No curso normal das atividades, e como é habitual entre as empresas dedicadas a atividades de engenharia e construção, o Grupo prestou avais a terceiros no valor de 1.611 milhões de euros (2010: 1.136 milhões de euros) como garantia do adequado cumprimento dos contratos. No que se refere à atividade de concessões o Grupo tem prestados avais que garantem o cumprimento dos contratos de concessão assim como a correta execução dos projetos por um montante de 240 milhões de euros (2010: 114 milhões de euros).

Em relação à operação de venda dos investimentos em sociedades brasileiras de linhas de concessão realizada em 2010 (veja nota 8), Isolux Energia e Participações garante certos litígios e arbitrios.

Destas garantias não se prevê o surgimento de nenhum passivo significativo adicional a aqueles casos pelos quais foram dotadas provisões, de acordo com o mencionado na Nota 21.

Combinações de negócios

a) Aquisição do Grupo T-Solar Global, S.A.

Durante o mês de maio de 2011, o Grupo adquiriu o controle da sociedade Grupo T-Solar Global, S.A. (em diante, GTSG), sociedade que por sua vez é sociedade dominante de um grupo de sociedades com sede principalmente em Espanha dedicadas a atividades de geração de energia solar-fotovoltaica através de parques em propriedade e fabricação de painéis solar-fotovoltaicos através da sua filial com sede em Espanha.

A tomada de controle foi realizada em várias etapas:

- A 31 de dezembro de 2010 o grupo tinha uma participação de 19,80% na GTSG, classificada como investimentos em sociedades em equivalência.

- Durante os primeiros meses de 2011, através de diversas transações societárias relativas a:

- compras de participações a terceiros (por um montante de 18.912 milhares de euros) e
- contribuições de capital (por um montante de 98.127 milhares de euros) que resultaram na diluição de outros acionistas,

o grupo adquiriu o controle da GTSG a 31 de maio, com uma participação à dita data de 60,74%.

O quadro seguinte resume a contraprestação paga pela GTSG e os valores justos provisórios dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos e da participação não dominante na GTSG na data de aquisição:

	Milhares de euros
Compra de participação a terceiros	18.912
Contribuições monetárias de Capital no exercício de 2011	98.127
Contraprestação total transferida	117.039
Valor justo da participação no património líquido do Grupo T-Solar Global mantida antes da combinação de negócio	128.875
Total contraprestação	245.914
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa	65.321
Imobilizado corpóreo	1.125.467
Ágio	49.181
Ativos intangíveis	752
Depósitos, fianças constituídas e outros ativos a longo prazo	47.730
Impostos diferidos ativo	49.742
Estoques	8.584
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	95.259
Outros ativos circulantes	1.311
Empréstimos bancários não circulantes	(785.709)
Outras obrigações não circulantes	(86.994)
Empréstimos bancários circulantes	(151.838)
Outras obrigações circulantes	(45.367)
Imposto diferido Passivo	(35.767)
Total ativos líquidos identificáveis	337.672
Participações não dominantes	(132.570)
Ágio	40.812
Total	245.914

Os principais aspetos considerados na atribuição do custo de atribuição preliminar foram os seguintes:

- O valor justo estimado dos parques solar-fotovoltaicos em operação e desenvolvimento incluídos na carteira de projetos existentes à data de aquisição foi calculado com base no método de desconto de fluxos de caixa futuros realizado por um perito independente e com base no valor atribuído em transações com terceiros independentes.
- O valor justo das participações não dominantes na GTSG foi estimado com base na percentagem de participação não dominante nos ativos líquidos da GTSG identificados na data de aquisição.

O ágio por um montante de 40.812 milhares de euros gerado na combinação de negócios foi atribuído à unidade geradora de caixa de geração de energia através dos parques solar-fotovoltaicos. Dentro dos ativos adquiridos, existe igualmente um ágio por um montante de 47.824 milhares de euros atribuído à unidade geradora de caixa de fabricação de painéis solares.

As hipóteses fundamentais consideradas na valoração da fábrica de painéis assim como nos parques solar-fotovoltaicos são incluídas na nota 7.

A estimativa preliminar está sujeita a revisão durante um período de 12 meses a contar da data de tomada de controle.

Não se produziu nenhum resultado significativo na demonstração do resultado consolidada por causa da combinação de negócios.

O valor líquido da receita proporcionado pela GTSG desde 1 de junho de 2011, que foi incluído na demonstração de resultados consolidada do exercício de 2011, ascende a 45.170 milhares de euros. Duran-

te o referido período, a GTSG apresentou igualmente uma perda de 13.924 milhares de euros.

Se a GTSG tivesse sido consolidada a partir de 1 de janeiro de 2011, a demonstração de resultados consolidada mostraria um valor líquido de receita de 93.409 milhares de euros e uma perda de 37.199 milhares de euros. Os impactos mencionados recolhem o efeito da amortização adicional pelo aumento do valor dos ativos fixos gerado no processo de atribuição de preço por um valor de 3.860 milhares de euros (líquido do efeito fiscal).

b) Aquisição da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A.

Em junho de 2011, a filial Isolux Energia e Participações, S.A., realizou uma operação de venda das suas participações nos negócios conjuntos de Porto primavera Transmissora de Energia, S.A., Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A., e Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A., cujo valor justo de ativos e passivos era de 67.311 milhares de euros. O Grupo possuía uma participação de 33,33% em cada uma das entidades. Como contraprestação da venda, o Grupo adquiriu todas as ações da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A. entregando, além das participações mencionadas, um pagamento em dinheiro por valor de 9.478 milhares de euros.

O valor justo estimado dos ativos líquidos adquiridos ascende a 81.322 milhares de euros, tendo-se atribuído o valor adicional de 41.334 milhares de euros integralmente aos ativos concessionados financeiros, considerando um imposto diferido passivo de 14.054 milhares de euros. Esta operação gerou um resultado de 4.533 milhares de euros (Nota 24). Adicionalmente, foi gerado um resultado positivo por imputação de diferenças de conversão á demonstração de resultados por um montante de 11.495 milhares de euros (Nota 27).

O quadro seguinte resume a contraprestação paga e os valores justos provisórios dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição:

Contraprestação	Milhares de euros
Pagamento em dinheiro	9.478
Valor justo dos ativos e passivos contribuídos	71.844
Total contraprestação	81.322
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa	3.887
Contas a receber ativo financeiro	129.365
Outros ativos	7.983
Empréstimos bancários circulantes	(30.395)
Outras obrigações	(15.464)
Imposto diferido de Passivo	(14.054)
Total ativos líquidos identificáveis	81.322

Para a atribuição do custo de aquisição, foi considerado o valor justo estimado das linhas de transmissão, calculado com base no método de desconto de fluxos de caixa futuros.

A estimativa preliminar está sujeita a revisão durante um período de 12 meses a contar da data de tomada de controlo.

O montante líquido do volume de negócios proporcionado pela Cachoeira Paulista Transmissora de Energia desde que foi incluída de forma global na demonstração de resultados consolidada do exercício 2011, ascende a 17.915 milhares de euros. Adicionalmente, durante o referido período apresentou nos resultados um montante de 11.516 milhares de euros.

Transações com partes vinculadas

As operações com partes vinculadas durante os exercícios de 2011 e 2010 são próprias do negócio corrente do Grupo. As referidas operações com partes vinculadas são as seguintes:

a. Operações realizadas com os acionistas principais da Sociedade

a.1. Operações realizadas com o Banco CCM (antiga Caja Castilla La Mancha)

Durante o exercício de 2010, o Banco CCM (CCM) deixou de ser acionista por via indireta da Grupo Isolux Corsán, S.A., quando o CCM deixou de ser acionista de Caja Castilla La Mancha Corporación, não se considerando portanto parte vinculada do Grupo Isolux Corsán a 31 de dezembro de 2010, nem durante o exercício de 2011.

O Grupo realizou operações com o CCM relacionadas com a sua atividade bancária durante o

exercício de 2010, tais como a obtenção de empréstimos de diversa natureza, a receção de avais, a negociação de instrumentos financeiros derivativos e a operação através de numerosas contas correntes necessárias para a realização das suas operações ordinárias.

Na demonstração de resultados do exercício de 2010 são incluídas as despesas e receitas relacionadas com as operações acima mencionadas, as quais resultam de condições de mercado.

a.2. Operações realizadas com o Grupo Corporación Caja Navarra

O Grupo apenas efetua com o Grupo Corporación Caja Navarra as operações relacionadas com a sua atividade bancária. No dia 31 de dezembro de 2011 e 2010, as operações contratadas eram da natureza e pelos montantes descritos na seguinte tabela:

	2011		2010	
	Concedido	Disposto	Concedido	Disposto
Apólices de crédito	26.000	7.337	15.000	14.958
Créditos a longo prazo – Sindicado	28.300	28.300	20.000	20.000
Financiamento de Projetos	13.358	13.358	-	-
Avais outorgados	10.000	9.864	10.000	8.367
Outros Empréstimos	9.000	9.000	2.000	2.000

Por outro lado, durante o exercício de 2010 venceu o derivativo financeiro de permutaswap de taxa de juros para se cobrir da evolução futura da Euribor por um valor nominal de 33.333 milhares de euros contratado pelo Grupo em exercícios anteriores.

A 31 de dezembro de 2010 o Grupo tinha contratada uma linha de Cartas de Crédito Exportação com um limite de 5.000 milhares de euros estando disponível a quantia de 3.282 milhares de euros. A 31 de dezembro de 2011 o limite é de 5.000 milhares de euros, não estando disposta.

O Grupo tem ainda diversas contas correntes abertas, necessárias para a realização das suas operações correntes e administra uma parte da sua tesouraria através da contratação de ativos financeiros mediante o Grupo Corporación Caja Navarra.

Na demonstração de resultados de cada período estão incluídas as despesas e as receitas relacionadas com as operações anteriormente mencionadas, que resultam de condições de mercado.

» a.3. Operações realizadas com a Corporación Empresarial Cajasol S.A.U.

O Grupo apenas efetua com o Gr. Empresarial Cajasol S.A.U. e as operações relacionadas com a sua atividade bancária. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as operações contratadas eram da natureza e pelos montantes descritos na seguinte tabela:

	2011		2010	
	Concedido	Disposto	Concedido	Disposto
Apólices de Crédito	600	600	15.000	14.964
Avais	129	129	-	-

O Grupo tem ainda numerosas contas correntes abertas, necessárias para a realização das suas operações correntes e administra uma parte da sua tesouraria através da contratação de ativos financeiros mediante a Corporación Empresarial Cajasol S.A.U.

Na demonstração de resultados de cada período estão incluídas as despesas e as receitas relacionadas com as operações atrás referidas, que resultam de condições de mercado.

» a.4. Operações realizadas com Charanne B.V.

A Sociedade realizou as seguintes operações com o acionista Charanne B.V. durante os anos 2010 e 2011:

- Com data de 7 de fevereiro de 2008, o Grupo concedeu um empréstimo à Sociedade Vista B.V. por um montante total de 4.700 milhares de euros, com vencimento a 1 ano, à taxa de juros Euribor mais um diferencial de 1%. Durante o exercício 2009 foi transferido à Sociedade Charanne B.V.. Durante 2011 o contrato foi renovado por um ano adicional.
- Com data de 4 de dezembro de 2008, produziu-se a compra por parte do Grupo do 100% das ações que a Vista B.V. possuía da Sociedade Azul de Cortés, BV. Durante o exercício 2009 a dívida que mantinha o Grupo com esta Sociedade foi transferida à Sociedade Charanne B.V. O saldo pendente de pagamento em 31 de dezembro de 2011 por esse conceito ascende a 11.076 milhares de euros (11.076 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

As operações relacionadas foram realizadas em condições de mercado.

» a.5. Operações realizadas com a Caja Castilla la Mancha Corporación, S.A.

O Grupo realizou uma troca de participações durante o exercício de 2011 com a acionista Caja Castilla La Mancha Corporación, S.A., tal como se descreve na nota 10.

» **b. Operações realizadas com os Conselheiros e Diretores da Sociedade**

» **b.1. Informação requerida pelos arts. 229 a 231 da Lei de Sociedades de Capital**

Os administradores da Sociedade não têm assumto nenhum sobre o qual informar no que se refere ao previsto nos artigos 229 a 231 da Lei de Sociedades de Capital, aprovada mediante Real Decreto Legislativo 1/2010 de 2 de julho, exceto no que se refere as situações indicadas relativas a alguns dos conselheiros, que incluem aquelas posições, funções desempenhadas e participações ostentadas dentro das entidades correspondentes do Grupo Isolux Corsán, tudo isso em 31 de dezembro de 2011:

- D. Luis Delso Heras é membro do Conselho de Administração de Ghesa, Ingeniería y Tecnología, S.A., de Cable Submarino de Canarias, S.A., de Corsán-Corviam Construcción, S.A., de Isolux Ingeniería, S.A. (Presidente), de Isolux Wat Ingeniería, S.L. (Presidente), de Isolux Corsán Concesiones, S.A. (Presidente), de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. (Presidente), de Infinita Renovables, S.A., de Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L. (Presidente), de Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L. (Presidente), de T-Solar Global, S.A. (Presidente), de Grupo T-Solar Global, S.A., de Las Cabezas de Aranjuez, S.L. e de Isolux Infraestructura, S.A.
- D. José Gomis Cañete é membro do Conselho de Administração de Corsán-Corviam Construcción, S.A. (Vice-presidente), de Isolux Ingeniería, S.A. (Vice-presidente), de Isolux Wat Ingeniería, S.L. (na sua condição de representante pessoa física de Construcción Investments, S.a.r.l. - Vice-presidente), de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. (na sua condição de representante pessoa física de Construcción Investments, S.a.r.l. - Vice-presidente), de Isolux Corsán Concesiones, S.A. (na sua condição de representante pessoa física de Construcción Investments, S.a.r.l. - Vice-presidente); de Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L. (Vice-presidente); de Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L. (Vice-presidente); de Infinita Renovables, S.A. (Presidente); de T-Solar Global, S.A.; do Grupo T-Solar Global S.A. (Vice-Presidente) e de Isolux Infraestructura, S.A.
- D. Antonio Portela Álvarez é membro do Conselho de Administração de Desarrollo de Concesiones y Servicios, Sercón, S.A. (Presidente), de Infinita Renovables, S.A., de T-Solar Global, S.A., de Corsán-Corviam Construcción, S.A. (Conselheiro-delegado), de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. (Conselheiro-delegado), de Isolux Corsán Concesiones, S.A. (Conselheiro-delegado), de Isolux Ingeniería, S.A. (Conselheiro-delegado), de Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L. (Conselheiro-delegado), de Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L. (Conselheiro-delegado) de Isolux Corsán Aparcamientos, S.L. (Presidente) e de Isolux Infraestructura, S.A.

Além disso, D. Antonio Portela Álvarez têm participação no capital social de Infinita Reno-

vables, S.A. (participação indireta, através de outras sociedades, inferior a 10%) e em Aral, Gestión y Organización S.L. (33%).

- Grupo Corporativo Empresarial de la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Navarra, S.A.U., têm uma participação no capital social: Autovía del Camino, S.A. (10,91%) e de Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A. (35%), sendo, além disso, membro do Conselho de Administração dessa sociedade.

Que as sociedades que formam o Grupo Corporativo Empresarial de la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Navarra, S.A.U. ostentam uma participação no capital social de: Agua y Gestión de Servicios Ambientales, S.A. (24,26%); de Cable Submarino de Canarias, S.A. (5,90%); de Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (7,29%); de Gestión de Aguas de Alcolea, S.A. (49%); de Ingeniería Río Negro, S.L. (35,01%); de Ingeniería, diseño y Desarrollo Tecnológico, S.A. (19,98%); e de Metropolitano de Tenerife, S.A. (6%).

Além disso, D. Eduardo Lopez Milagro, (na sua condição de representante pessoa física de Grupo Empresarial de la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Navarra, S.A.U), é membro do Conselho de Administração de Isolux Corsán Concesiones, S.A.U e de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.

Grupo Corporativo Empresarial de la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Navarra, S.A.U, é membro do Conselho de Administração de Isolux Corsán Concesiones, S.A. e de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.

- D. Serafín González Morcillo é membro do Conselho de Administração da Isolux Wat Ingeniería, S.L., de Isolux Corsán Concesiones, S.A. e de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.
- D. Francisco Moure Bourio, é membro do Conselho de Administração e sócio de PGP de Energía, S.A, além disso, é membro do Conselho de Administração de Isolux Wat Ingeniería, S.L., de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. e de Isolux Corsán Concesiones, S.A.

- Caja Castilla La Mancha Corporación, S.A. é membro do Conselho de Administração de Las Cabezas de Aranjuez, S.L (Presidente), ostentando uma participação social do 60% na referida sociedade. Além disso, é membro do Conselho de Administração de: El Reino de Don Quijote de la Mancha, S.A.; de Urbanizadora Montearagón, S.L.; de CCM Iniciativas Industriales, S.L.; de Industrializaciones Estratégicas, S.L.; de Comtal Estuc, D.L.; Cartera Nueva Santa Teresa, S.L (Presidente); de Global Uninca, S.A. (Administrador Mancomunado); e de Obenque, S.A.

Além disso, ostenta uma participação social nas seguintes sociedades: CCM Iniciativas Industriales, S.L. e filiais (99,99%), CCM Inmobiliaria Centrum 2004, S.L. e filiais (99,99%); CCM Inmobiliaria del Sur 2004, S.L. e filiais (99,97%); Comtal Estruct, S.L (30,51%);

Construcciones Sarrión, S.L. (5,00%); DHO Grupo Constructor Corporativo, S.L. (16,01%); El Reino de Don Quijote de la Mancha, S.A. (12,80%); Planes e Inversiones CLM, S.A. e filiais (99,99%); Bami Newco, S.A. (1,45%); Midamarta S.L. (0,01%); Diverga Construcciones, S.L. (4,95%); Obenque S.A. (14,33%); Explotaciones Forestales y Cinegeticas Alta-Baja (99,85%); Hormigones y Aridos Aricam, S.L. (25%); e de Desarrollo Industrial Aricam, S.L. (4,74%).

- Que as sociedades que formam parte do grupo de Monte de Piedad y Caja de Ahorros San Fernando de Guadalajara, Hueva, Jerez e Sevilla (Cajasol), de acordo com o artigo 42 do Código de Comércio que ostentam participação em sociedades com o mesmo, análogo ou complementar género de actividade ao que constitui o objeto social da Sociedade são: Agua y Cesión de Servicios Ambientales, S.A., na que ostentam o 24,26% do capital social; Autovía del Camino, S.A.; na que ostentam o 10,91% do capital social; Cable Submarino de Canarias, S.A., na que ostentam o 2,53% do capital social; Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A., na que ostentam o 7,29% do capital social; Gestión de Aguas de Alcolea, S.A., na que ostentam o 49% do capital social; Ingeniería Río Negro, S.L., na que ostentam o 35,01% do capital social; Ingeniería, diseño y desarrollo tecnológico, S.A., na que ostentam o 19,98% do capital social; Metropolitano de Tenerife, S.A., na que ostentam o 6% do capital social e Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A., na que ostenta o 35% do capital social.

Além disso, as sociedades que formam parte do grupo de Monte de Piedad y Caja de Ahorros San Fernando de Guadalajara, Huelva, Jerez e Sevilla (Cajasol), de acordo com o artigo 42 do Código de Comercio que exercam posições o funções em sociedades com o mesmo, análogo ou complementar género de actividade ao que constitui o objeto social da Sociedade são: Agua y Gestión de Servicios Ambientales, S.A.; Autovía del Camino, S.A.; Cable Submarino de Canarias, S.A.;

Concessia, Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A.; Gestión de Aguas de Alcolea, S.A.; Ingeniería, diseño y desarrollo tecnológico, S.A. e Sociedad Concesionaria de la Zona Regable del Canal de Navarra, S.A.

- D. Ángel Serrano Martínez-Estélez é membro do Conselho de Administração de Corsán-Corviam Construcción, S.A., de Isolux Wat Ingeniería, S.L., de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A., de Isolux Corsán Concesiones, S.A., do Grupo T-Solar Global, S.A.; de Aten Energías Renovables, S.L.; e de Alten 2010 Energías Renovables, S.A.
- D. Javier Gómez-Navarro Navarrete, é membro do Conselho de Administração de Técnicas Reunidas, S.A., de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. e de Isolux Corsán Concesiones, S.A.
- D. José María de Torres Zabala, como representante pessoa física de Cartera Perseidas, S.L., é membro do Conselho de Administração de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. e de Isolux Corsán Concesiones, S.A.

Além disso, é membro do Conselho de Administração de Aupisa, Autovía de los Pinares, S.A.

Cartera Perseidas, S.L. é membro do Conselho de Administração de Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A. e de Isolux Corsán Concesiones, S.A.U. Além disso, ostenta uma participação social no Grupo T-Solar Global, S.A. (1,88%).

Adicionalmente, os administradores da Sociedade não estão afetados por qualquer situação de conflito sobre a qual devam informar em cumprimento do estabelecido no artigo 229.1 da Lei de Sociedades de Capital.

A inclusão da informação anteriormente referida na memória das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Isolux Corsán, S.A. corresponde à análise detalhada das comunicações recebidas de todos os membros do Conselho de Administração do Grupo Isolux Corsán, S.A., indo ao encontro da interpretação teleológica dos Artigos 229 da Lei de Sociedades de Capital.

b.2. Operações realizadas com Sociedades nas quais os Conselheiros do Grupo Isolux Corsán, S.A. são também Conselheiros ou Administradores:

As operações e saldos com Sociedades nas quais os Conselheiros do Grupo Isolux Corsán, S.A. são também conselheiros ou administradores são as que seguem:

2011	Saldos devedores	Saldos credores	Despesas / Compras	Receitas financeiras	Faturação
Ciudad Real Aeropuerto, S.L.	15.189	-	-	-	-

2010	Saldos devedores	Saldos credores	Despesas / Compras	Receitas financeiras	Faturação
Ciudad Real Aeropuerto, S.L.	15.189	-	-	-	-
Synergy Industry and Technology, S.A.	809	-	-	-	-

b.3. Remunerações pagas a Conselheiros e Diretores do Grupo Isolux Corsán, S.A

	2011	2010
Salários (incluindo indemnizações)	7.669	4.678
Subsídios por assistência a reuniões do Conselho de Administração	559	630
	8.228	5.308

As retribuições do ano de 2011 incluem pagamentos do plano de incentivos de carácter plurianual.

b.4. Créditos concedidos a membros do Conselho de Administração

	2011	2010
Saldo inicial	5.297	5.198
Juros debitados	108	99
Saldo final	5.405	5.297

Os créditos provêm dos anos de 2000 e 2002, não têm data de vencimento estabelecida e têm um juro à taxa da Euribor +0,50%.

b.5. Créditos concedidos ao Grupo por membros do Conselho de Administração

A 31 de dezembro de 2011 o Grupo devia a Conselheiros do Grupo 7.000 Milhares de Euros (0 Milhares de Euros a 31 de dezembro de 2010).

Estes créditos correspondem ao pagamento diferido pela aquisição de ações da Grupo T-Solar Global, S.A. a determinados conselheiros do Grupo durante o exercício de 2011.

b.6. Outras operações com conselheiros

Com data de 7 de outubro de 2011 foi acordado o cancelamento do empréstimo convertível outorgado à GTSG que se menciona na nota 11 e no qual também participavam determinados conselheiros do Grupo Isolux Corsán e outros diretivos. Como contraprestação do referido cancelamento, os conselheiros e diretivos prestamistas receberam ações da GTSG equivalentes a 2,59% da sociedade. Estas ações foram adquiridas simultaneamente pelo Grupo Isolux Corsán aos citados prestamistas, entregando como contraprestação 0,7 milhões de euros no momento da assinatura e assumindo obrigações de pagamento que tinham os prestamistas com entidades financeiras por um montante de 7 milhões de euros.

c. Operações realizadas com Sociedades integradas por equivalência patrimonial

As operações e os saldos com Sociedades Coligadas, à data de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são os seguintes:

2011	Saldos devedores	Saldos credores	Despesas / Compras	Receitas / Vendas
Autopista Madrid-Toledo Concesionaria, S.A.	8.328	-	-	168
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	1.315	-	-	-
Alqunia5, S.A.	395	-	-	-
Pinares del Sur, S.L.	9.193	-	-	7.569
Las Cabezas de Aranjuez S.L.	13.600	-	-	-

2010	Saldos devedores	Saldos credores	Despesas / Compras	Receitas / Vendas
Autopista Madrid-Toledo Concesionaria, S.A.	4.450	-	-	-
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	1.315	-	-	-
Grupo T-Solar Global, S.A.	73.816	151	161	31.799
Alqunia5, S.A.	395	-	-	-
Pinares del Sur, S.L.	8.874	-	-	1.952
Las Cabezas de Aranjuez S.L.	13.600	-	-	-

Em relação com as operações com Grupo T-Solar Global, S.A. deve ser mencionado o seguinte em relação ao exercício 2010:

- ▶ Durante o exercício 2010 as principais transações comerciais entre o Grupo e o Grupo T-Solar Global, S.A. correspondem à compra de placas do Grupo a Grupo T-Solar Global e as receitas a serviços prestados que se correspondem com serviços relativos à construção, operação, manutenção e vigilância das centrais solares fotovoltaicas em virtude de contratos de construção e contratos de operação e manutenção firmados entre as partes.
- ▶ O total de avais de natureza técnica outorgados pelo Grupo Isolux Corsán S.A. em 31 de dezembro de 2011 ascende a 19.277 milhares de euros.

Todas as operações descritas no presente apartado foram realizadas em condições de mercado.

Pagamentos baseados em ações

Em 2006 os acionistas conceberam um plano de incentivos a 3 anos para os diretores e membros do Conselho de Administração do Grupo, que seriam liquidados em 2009 pelos acionistas em caso de que se cumprissem certas premissas estabelecidas no acordo correspondente. Nos exercícios 2006, 2007 e 2008 o Grupo reconheceu a despesa correspondente e como contrapartida registou um aumento no Património Líquido. No exercício 2010 o Grupo assumiu finalmente o pagamento sob os citados planos, reconhecendo-se diretamente no Património Líquido o impacto por 19.266 milhares de euros (montante acordado líquido de seu efeito fiscal).

Negócios conjuntos

O Grupo têm participações nos negócios conjuntos mencionados no Anexo III. Os montantes a seguir indicados representavam a participação do Grupo, segundo as percentagens que lhe correspondem, nos ativos e nos passivos, bem como as receitas e resultados dos negócios conjuntos consolidados pelo método de integração proporcional (Veja nota 2.2). Estes montantes foram incluídos no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada:

	2011	2010
Ativos:		
Ativos não circulantes	888.614	589.213
Ativos circulantes	108.986	209.740
	997.600	798.953
Passivos:		
Passivos não circulantes	597.237	303.287
Passivos circulantes	93.582	183.884
	690.819	487.171
Ativos líquidos	306.781	311.782
Receitas	407.041	359.089
Despesas	(389.408)	(334.962)
Lucros após impostos	17.633	24.127

Não existem passivos contingentes correspondentes à participação do Grupo nos negócios conjuntos, nem passivos contingentes dos próprios negócios conjuntos.

União Temporais de Empresas (UTEs) e Consórcios

O Grupo tem participações nas UTE's mencionadas no Anexo IV. Os montantes a seguir indicados representam a participação do Grupo, segundo as percentagens que lhe corresponde, nos ativos e nos passivos, bem como os rendimentos e resultados das UTE's. Estes montantes foram incluídos no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada:

	2011	2010
Ativos:		
Ativos não circulantes	6.719	6.708
Ativos circulantes	496.309	493.239
	503.028	499.947
Passivos:		
Passivos não circulantes	141	558
Passivos circulantes	490.847	505.828
	490.988	506.386
Ativos líquidos	12.040	(6.439)
Receitas	569.026	919.557
Despesas	(556.986)	(925.996)
Lucros após impostos	12.040	(6.439)

Não existem passivos contingentes correspondentes à participação do Grupo nas UTEs, nem passivos contingentes das próprias UTEs.

Adicionalmente, a 31 de dezembro de 2011 o Grupo participa em certos consórcios (nenhum deles a 31 de dezembro de 2010). Foram incluídos os seguintes montantes no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada:

	2011
Ativos:	
Ativos não circulantes	430
Ativos circulantes	52.081
	52.511
Passivos:	
Passivos não circulantes	(18)
Passivos circulantes	48.941
	48.923
Ativos líquidos	3.588
Receitas	57.578
Despesas	(53.990)
Lucros após impostos	3.588

Meio ambiente

O Grupo adotou as medidas oportunas referentes à proteção e melhoria do meio ambiente e à redução, se for o caso, do impacto ambiental, cumprindo a normativa em vigor. Por conseguinte, não se considerou necessário registar provisão alguma para riscos e despesas de caráter ambiental, nem existem contingências relacionadas com a proteção e a melhoria do meio-ambiente.

Eventos subsequentes à data do balanço

Não se produziram acontecimentos posteriores significativos que afetem as presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Honorários dos auditores de contas

O montante referente aos honorários da Pricewaterhouse Coopers Auditores, S.L. pelos serviços de auditoria durante o exercício de 2011 ascende a 1.552 milhares de euros (2010: 1.013 milhares de euros).

O montante referente aos honorários da Pricewaterhouse Coopers Auditores, S.L. pelos outros serviços prestados durante o exercício de 2011 ascende a 1.945 milhares de euros (2010: 313 milhares de euros).

O montante dos honorários de outras sociedades que utilizam a marca de Pricewaterhouse Coopers por outros serviços prestados durante o exercício de 2011 ascende a 1.621 milhares de euros (2010: 414 milhares de euros).

O montante referente aos honorários de outros auditores pelos serviços de auditoria durante o exercício de 2011 ascende a 680 milhares de euros (2010: 369 milhares de euros).

Anexo I

Sociedades Controladas incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Isolux Ingeniería, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Watsegur, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Elaborados Metálicos Emesa S.L.	A Coruña	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
GIC Fábricas, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Construção	PwC
Eólica Isolcor, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Construção	Não auditada
Luxeol S.L.	Madrid	70,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Sociedad Concesionaria Zona 8-A, S.A	Zaragoza	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Concessões	PwC
Desarrollos de Ingeniería Iguaran S.A. (1)	Avilés	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Eólica, S.A	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Ingeniería USA LLC	Houston	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	E&Y
Isowat Mozambique, Lda.	Maputo	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Maroc, S.A.	Casablanca	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Agua Limpa Paulista, S.A	São Paulo	40,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Isolux Corsán Polonia Sp Zoo	Varsóvia	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Construcciones e Instalaciones del Noreste S.A. de C.V	México DF	100,00%	Isolux de México, S.A. de C.V.	IG	Engenharia	PwC
Tecna Estudios y Proyectos S.A.	Buenos Aires	50,01%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Tecna Proyectos y Operaciones, S.A.	Madrid	100,00%	Tecna Estudios y Proyectos S.A.	IG	Engenharia	PwC
Tecna Engineering LLC	Houston	100,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Outros
Latintecna, S.A.	Lima	99,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Outros
Tecna Bolivia, S.A.	Santa Cruz de la Sierra	90,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Tecniact Proyectos e Ingeniería S.A. de C.V.	México DF	100,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Outros
Tecna Brasil Ltda.	Rio de Janeiro	98,95%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Medianito del Ecuador, S.A.	Quito	76,90%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Ven Tecna, S.A.	Caracas	99,00%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	Outros
Tecna del Ecuador, S.A.	Quito	76,92%	Tecna Proy. y Operaciones, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Isolux Wat Ingeniería, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Ingeniería, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Powertec Española, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Wat Ingeniería, S.L.	IG	Engenharia	Não auditada
Powertec Proyectos e Obras Ltda.	Rio de Janeiro	100,00%	Powertec Española, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsán Servicios S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Wat Ingeniería, S.L.	IG	Serviços	PwC
Global Vambru, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Servicios S.A.	IG	Engenharia	PwC
Residuos Ambientales de Galicia S.L. (*)	Madrid	100,00%	Global Vambru, S.L.	IP	Concessões	Não auditada
Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Concessões	PwC
Isolux Infrastructure, S.A. (*)	São Paulo	100,00%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Concesiones, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Infrastructure, S.A.	IG	Concessões	PwC
Grupo T-Solar Global, S.A. (*)	Madrid	58,84%	Isolux Infrastructure, S.A.	IG	Concessões	PwC
Isolux Corsán Concesiones de Infraestructuras, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Infrastructure, S.A.	IG	Concessões	PwC

Anexo I | Sociedades Controladas incluídas no Perímetro de Consolidação (Continuação)

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Conc. Aut. Monterrey-Saltillo, S.A.C.V.	México DF	100,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IG	Concessões	PwC
Vías Administración y Logística, S.A. de C.V.	México DF	100,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IG	Concessões	PwC
Isolux Corsán Concesiones de México, S.A. de C.V.	México DF	100,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Energia e Participações Ltda.	Rio de Janeiro	100,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IG	Concessões	Deloitte
Cachoeira Paulista T. Energia S.A. (*)	Rio de Janeiro	100,00%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IG	Concessões	Deloitte
Linhas de Xingu Transmissora de Energia	Rio de Janeiro	100,00%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IG	Concessões	Não auditada
Linhas de Macapa Transmissora de Energia	Rio de Janeiro	100,00%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IG	Concessões	Não auditada
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia (*)	Rio de Janeiro	100,00%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IG	Concessões	Não auditada
Iccentlux Corp.	Delaware	100,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IG	Concessões	E&Y
Isolux Corsan Energy Cyprus Limited	Nicosia	100,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsan Power Concessions India Private Limited	Haryana	100,00%	Isolux Corsan Energy Cyprus Limited	IG	Concessões	Não auditada
Mainpuri Power Transmission Private Limited	Haryana	74,00%	Isolux Corsan Power Concessions India Private Limited	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsan Concessions Infraestructures Holland BV (2)	La Haya	100,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Sociedad Concesionaria Autovía A-4 Madrid S.A.	Madrid	48,75%	Isolux Corsán Concesiones de Infr. S.L.	IG	Concessões	PwC
Isolux Corsán Mexicana de Infraestructuras, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Concesiones de Infr. S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsan NH1 Cyprus Limited	Nicosia	100,00%	Isolux Corsán Concesiones de Infr. S.L.	IG	Concessões	Outros
Soma-Isolux NH One Tollway Private Limited	Haryana	61,00%	Isolux Corsan NH1 Cyprus Limited	IG	Concessões	Outros
Isolux Corsán Brasileira de Infraestructuras, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Concesiones de Infr. S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Participaciones de Infraestructura Ltda	São Paulo	100,00%	Isolux Corsán Brasileira de Infr. S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Participaciones en Viabahía Ltda	São Paulo	100,00%	Isolux Corsán Participaciones de Infr. Ltda.	IG	Concessões	Não auditada
Viabahía Concesionaria de Rodovias, S.A.	São Paulo	55,00%	Isolux Corsán Participaciones en Viabahía Ltda	IG	Concessões	PwC
Desarrollo de Concesiones y Servicios Sercon, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IG	Serviços	Não auditada
Parque Eólico Cova da Serpe II, S.L.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Intal. y Montajes La Grela, S.A.	A Coruña	100,00%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsán Aparcamientos, S.L.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IG	Concessões	PwC
Aparcamientos IC Talavera II, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Segovia II, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Ruiz de Alda S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Explotaciones Las Madrugueras, S.L.	Tenerife	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Zaragoza Torero, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Isolux Corsán Aparcamientos Madrid, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
I.C. Plaza de Benalmádena Canarias (*)	Las Palmas	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	PwC
Ceuti de Aparcamientos y Serv., S.A.	Ceuta	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Zaragoza, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Talavera, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos Islas Canarias, S.L.	Las Palmas	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Gestión de Concesiones, S.A.	La Línea	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Toledanos, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos Segovia, S.L.	Segovia	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	PwC
Aparcamientos IC Toledanos II, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.	IG	Concessões	Não auditada

Anexo I | Sociedades Controladas incluídas no Perímetro de Consolidação (Continuação)

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Aparcamientos IC Ponzano, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Hospital de Murcia, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Chiclana, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Córdoba, S.L.	Madrid	100,00%	Hixam Gestión de Aparcamientos II, S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Hixam Gestión de Aparcamientos III, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IG	Concessões	Não auditada
Corsan-Corviam Construcción, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Construção	PwC
Constructora Pina do Vale, S.A.	Lisboa	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	PwC
Extremña de Infraestructura, S.A.	Madrid	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux Corsán Cyprus Limited	Nicosia	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsán Panamá, S.A.	Ciudad de Panamá	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux de México, S.A. de C.V.	México DF	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Engenharia	PwC
Isolux Corsán Argentina S.A.	Buenos Aires	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Engenharia	PwC
Isolux Corsán Argelie EURL	Argel	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	PwC
Isolux Corsán do Brasil S.A.	Rio de Janeiro	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Projetos, Investimentos e Participações LTDA (*)	São Paulo	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	Não auditada
Isolux Proyectos e Instalaciones LTDA.	Rio de Janeiro	100,00%	Isolux Projetos, Investim. e Particip. LTDA	IG	Construção	Não auditada
Isolux Corsán India Engineering & Constuction Private LTD.	Haryana	100,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IG	Construção	PwC
Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Imobiliária	PwC
Valdelirio, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
Elétrica Control de Motores, S.A.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
Julitex, S.L.	Las Palmas	80,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
El Sitio de la Herrería, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
Interisolux Torrejón Vivienda Joven, S.L.	Madrid	90,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	PwC
Interisolux Alcorcón Vivienda Joven, S.L.	Madrid	80,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	PwC
Olmosa, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
Cost Wright, S.L.	Madrid	100,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
Unidad Mater. Avanz. Ibérica, S.A.	Orense	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Infinita Renovables, S.A.	Vigo	80,70%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Energias Renováveis	PwC
Azul de Cortes BV	Amsterdam	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
Azul de Cortes, S. de R.L. de C.V.	La Paz	100,00%	Azul de Cortes BV	IG	Imobiliária	PwC
Bendía, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
EDIFSA, S.A.	Madrid	96,04%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Imobiliária	Não auditada
Corvisa, S.L.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	PwC
Powertec Cataluña, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Powertec Sistemas, S.A.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Acta, S.A.	Lisboa	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Outros
Isolux Corsan Gulf LLC	Oman	70,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Isolux Corsan Energías Renovables, S.A.	Buenos Aires	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
Inversiones Blumen, S.L.	Madrid	100,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IG	Engenharia	Não auditada
T-Solar Global Operating Assets, S.L. (*)	Madrid	51,00%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	PwC
Tuin Zonne Origen, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
T-Solar Global, S.A.U. (*)	Vigo	100,00%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	PwC
Global Surya, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
TZ Almodóvar del Río, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC

Anexo I | Sociedades Controladas incluídas no Perímetro de Consolidação (Continuação)

Denominação Social	Sede	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Windmill Energie Valladolid 4.8, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Valladolid 4.9, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Windmill Energie Valladolid 4.10, S.L.U. (*)	León	100,00%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	Não auditada
Yeguas Altas, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
Huerto Albercones, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
Huerto Las Pesetas, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
Huerto Cortillas, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
Huerto Paniza, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
Huerto Montera, S.L.U. (*)	Madrid	100,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
Parque Solar Saelices, S.L. (*)	Madrid	5,00%	T-Solar Global Operating Assets, S.L.	IG	Concessões	PwC
Gts Rapartición, S.A.C (*)	Lima	99,99%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	PwC
Gts Majes, S.A.C. (*)	Lima	99,99%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	PwC
Raggio di Puglia 2 S.R.L. (*)	Roma	100,00%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	PwC
ARRL (Mauritius) Limited (*)	Isla Mauricio	50,00%	Grupo T-Solar Global, S.A.	IG	Concessões	Mazars
Astonfield Solar Rajasthan (Private) Limited (*)	Delhi	100,00%	ARRL (Mauritius) Limited	IG	Concessões	Outros
Astonfield Solar Gujarat (Private) Limited (*)	Delhi	100,00%	ARRL (Mauritius) Limited	IG	Concessões	Outros
T Solar Cyprus Limited (*)	Nicosia	100,00%	Global Elefantina S.L.	IG	Concessões	Não auditada

(*) Sociedades adquiridas ou criadas durante o exercício e/ou tomada de participação adicional em sociedades já incluídas no perímetro de consolidação do ano anterior.

A incorporação destas sociedades no perímetro não gerou vendas adicionais neste ano.

(1) Modificação de denominação social no exercício (antes Energia de Asturias GIC, S.A.).

(2) Modificação de denominação social no exercício (antes AB Alternative Investment, B.V.).

IG: Integração Global.

Anexo II

Sociedades Coligadas incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Domicílio	% Sobre Nominal	Sociedade Titular da Participação	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Gestión de Participes de Bioreciclaje, S.L.	Cádiz	33,33%	Global Vambro, S.L.	MP	Concessões	Outros
Autopista Madrid Toledo Concesionaria, S.A.	Madrid	25,50%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	MP	Concessões	Auren
Proyectos Inmobiliarios Residenciales, S.L.	Madrid	25,60%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Imobiliária	Não auditada

(*) Foi incorporado ao perímetro de consolidação durante o exercício.

MP: Método de participação.

Anexo III

Negócios conjuntos incluídos no Perímetro de Consolidação

Denominação Social	Domicílio	% Sobre Nominal	Entidade sócio no negócio conjunto	Suposto pelo que consolida	Atividade	Auditor
Lineas de Comahue Cuyo, S.A.	Buenos Aires	33,34%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	PwC
Indra Isolux de México S.A de C.V.	México DF	50,00%	Isolux de México, S.A. de C.V.	IP	Engenharia	Não auditada
Constructora Autopista Perote Xalapa S.A. de C.V.	México DF	50,00%	Isolux de México, S.A. de C.V.	IP	Construção	PwC
Participes de Biorreciclaje, S.L.	Madrid	33,33%	Global Vambro, S.L	IP	Concessões	Outros
Bioreciclajes de Cádiz S.A.	Cádiz	32,66%	Participes de Biorreciclaje, S.L.	IP	Concessões	Outros
Isonor Transmission S.A.C. Perú	Lima	50,00%	Grupo Isolux Corsán Concesiones, S.L.	IP	Concessões	PwC
Caravelli Coteruse Transmisora de Energía S.A.C.	Lima	50,00%	Isonor Transmisión S.A.C.	IP	Concessões	PwC
Parking Pio XII, S.L.	Palencia	50,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IP	Concessões	Não auditada
Aparcamientos IC Sarrion	Madrid	51,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IP	Concessões	Outros
Emiso Cádiz S.A.	Cádiz	50,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IP	Concessões	Não auditada
Aparcamientos Los Bandos Salamanca, S.L.	Madrid	70,00%	Isolux Corsán Aparcamientos S.L.	IP	Concessões	Não auditada
Concesionaria Autopista Perote Xalapa S.A. de C.V.	México DF	50,00%	Isolux Corsán Concesiones, S.A.	IP	Concessões	PwC
Wett Holdings LLC	Delaware	50,00%	Iccenlux Corp.	IP	Concessões	Não auditada
Wett - Wind Energy Transmission Texas, LLC.	Austin	50,00%	Wett Holdings	IP	Concessões	E&Y
ICC Sandpiper, B.V.	Amsterdam	100,00%	Isolux Corsan Concessions Infrastructures Holland BV	IP	Concessões	Não auditada
Isolux Corsan Concessions Cyprus Limited	Nicosia	100,00%	ICC Sanpiper BV	IP	Concessões	Não auditada
Indus Concessions India Private Limited (3)	Haryana	100,00%	Isolux Corsán Concessions Cyprus Limited	IP	Concessões	Não auditada
Soma Isolux Surat Hazira Tollway PVT, LTD	Haryana	50,00%	Indus Concessions India Private Limited	IP	Concessões	Outros
Soma Isolux Varanasi Aurangabad Tollway Private Limited	Haryana	50,00%	Indus Concessions India Private Limited	IP	Concessões	Não auditada
Soma Isolux Kishangarh-Ajmer-Beawar Tollway PVT.LTD	Haryana	50,00%	Indus Concessions India Private Limited	IP	Concessões	Outros
Integracao Electrica Norte e Nordeste, S.A.	São Paulo	50,00%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IP	Concessões	Não auditada
Jauru Transmisora de Energia S.A.	Rio janeiro	33,33%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IP	Concessões	Deloitte
Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	Rio janeiro	33,33%	Isolux Energia e Participações Ltda.	IP	Concessões	Não auditada
Carreteras Centrales de Argentina, S.A.	Buenos Aires	49,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IP	Construção	Não auditada
Societat Superficialia Preventius Zona Franca S.A. (*)	Barcelona	50,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IP	Construção	Não auditada
Isolux Corsán India & Soma Enterprises Limited	Haryana	50,00%	Isolux Corsán India Engineering & Construction Private LTD.	IP	Engenharia	Não auditada
Pinares del Sur, S.L.	Cádiz	50,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliaria	PwC
Landscape Corsán, S.L.	Madrid	50,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliaria	Não auditada
Las Cabezas de Aranjuez S.L.	Madrid	40,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliaria	E&Y
Alqunia5 S.A.	Toledo	50,00%	Isolux Corsán Inmobiliaria, S.A.	MP	Inmobiliaria	Outros
Eclesur, S.A.	Buenos Aires	50,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	Não auditada
Lineas Mesopotamicas S.A.	Buenos Aires	33,33%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	PwC
Lineas del Norte S.A.	Buenos Aires	33,33%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	PwC
Ciudad de la Justicia de Córdoba S.A. (*)	Sevilha	50,00%	Corsán Corviam Construcción S.A.	IP	Construção	Não auditada
Empresa Concesionaria Líneas Eléctricas del Sur, S.A.	Buenos Aires	50,00%	Grupo Isolux Corsán, S.A.	IP	Engenharia	Não auditada

(*) Sociedades adquiridas ou criadas durante o exercício e/ou tomada de participação adicional em sociedades já incluídas no perímetro de consolidação do ano anterior.

A incorporação destas sociedades no perímetro não gerou vendas adicionais neste ano.

(3) Modificação de denominação social no exercício (antes Isolux Corsan Concessions India Private Limited).

IP: Integração proporcional.

MP: Método de participação.

Anexo IV

UTES em que participam Sociedades incluídas no Perímetro de Consolidação

Denominação da entidade	Percentagem de participação	Denominação da entidade	Percentagem de participação
DEPURADORA MAIMONA UTE	100,00%	SEDE ADMINISTRATIVA HOSPITAL	100,00%
UTE BURGO-MEDIANA	50,00%	UTE ENLACE MEIRAS	50,00%
UTE EDAR CARBONERO	100,00%	UTE DG POLICIA	100,00%
ACCESO PTO. VALENCIA	40,00%	ACCESOS SOTO RIBERA	60,00%
UTE JUCAR VINALOPO	33,33%	UTE CAJA DUERO	100,00%
CAMINO DE SANTIAGO	50,00%	REHABILITACIÓN CUARTEL TENIENTE RUIZ	42,50%
CORREDOR DEL MORRAZO	50,00%	3M APARCAMIENTOS CEUTA	42,50%
RONDA LOS OMEYAS UTE	33,34%	BARRIADA PR.ALFONSO	50,00%
FFCC EL PORTAL UTE	70,00%	LT 220 KV LUCALA-UIGE	33,33%
CONVENTO SAN FRANCISCO	50,00%	MANTENIMIENTO ALCALA - MECO	100,00%
UTE PUNTO LIMPIO BENAVENTE	50,00%	GALERIAS BARAJAS	100,00%
UTE ZAMORA VERDE	33,00%	UTE VALENCIA V	50,00%
UTE EDAR LA LINEA	50,00%	UTE DCS LOMA LA LATA	50,00%
UTE DESDOBLAMIENTO CARTAMA	60,00%	UTE ELECTRIFICACIÓN PARAPLEJICOS .	100,00%
UTE VARIANTE LINARES	50,00%	SISTEMAS A4T1	50,00%
UTE MADRID TOLEDO	36,00%	UTE LEVATEL	50,00%
REGADIO BEMBEZAR UTE	50,00%	MUSEO DE AMERICA	100,00%
UTE DESDOBLAMIENTO MARTOS	50,00%	UTE ENARSA OFF	50,00%
FFCC OSUNA AGUADULCE	50,00%	UTE EDAR LA CHINA	50,00%
EJE ATLANTICO ALTA VELOCIDAD	50,00%	CSIC EN LA CARTUJA	100,00%
UTE LAXE	100,00%	UTE ARQUITECTURA L-5	43,50%
UTE EMERG. QUIEBRAJANO	50,00%	AMPLIACIÓN HOSPITAL GUADALAJARA	50,00%
UTE ALMAGRO	100,00%	HOSPITALIZACION	100,00%
ABASTECIMIENTO OVIEDO	100,00%	MADRES MADRID WATSEGUR	100,00%
UTE ACCESO CORUÑA	50,00%	UTE PLANTA COMPRESORA	50,00%
M-501 PANTANOS	50,00%	PUNTE PISUERGA UTE	50,00%
UTE COIN CASAPALMA	50,00%	EUBA-IURRETA UTE	50,00%
UTE ALMOHARIN	50,00%	RONDA POCOMACO-CORUÑA	80,00%
HOSPITAL DE BURGOS	10,00%	UTE LOECHES	50,00%
UTE ABASTECIMIENTO LERIDA	70,00%	CENTRO PENITENCIARIO CEUTA	100,00%
UTE MUELLE BAIONA	65,00%	AZUCARERA PRAVIA UTE	60,00%
UTE AITREN.SUPLIDOS	20,00%	MANTENIMIENTO EDIFICIO ADMINISTRATIVO XUNTA	70,00%
UTE HOSPITAL MILITAR	100,00%	TUNEL STA.Mª CABEZA	51,00%
UTE MUNICIPO CORDOBA	50,00%	UTE AVE PINAR II	64,29%
LINEA AVE CAMPOMANES	50,00%	UTE L5 HORTA	40,00%
UTE CATENARIA MALAGA	50,00%	AUTOVIA CONCENTAINA	50,00%
UTE INECAT	39,25%	INTERC.ARCO TRIUNFO	100,00%
UTE VIA SAGRERA	50,00%	UTE CLIMATIZACIÓN ALCAZAR	40,00%

Anexo IV | UTEs em que participam Sociedades incluídas no Perímetro de Consolidação (Continuação)

Denominação da entidade	Percentagem de participação	Denominação da entidade	Percentagem de participação
UTE GUINOLUX	50,00%	PRESA GUADALMELLATO	60,00%
SANEAMIENTO Y ABASTECIMIENTO CHICLANA	50,00%	UTE GERONA I	50,00%
UTE ACCESOS CIUDAD REAL	70,00%	LAV PINOS PUENTE	80,00%
UTE U 11 SAN LAZARO	70,00%	PCI L2 METRO BCN	50,00%
HOSPITAL PARAPLEJICOS TOLEDO	80,00%	PLANTA TRATAMIENTO RSU	30,00%
J.M.VILLA VALLECAS	20,00%	ZAMORA LIMPIA	30,00%
J.M.VILLA VALLECAS	80,00%	AYUNTAMIENTO JARAIZ	50,00%
MANTENIMIENTO J.M.MORATALAZ	100,00%	UTE AGUAS CILLEROS	60,00%
UTE PRESA SANTOLEA	50,00%	UTE AVICO	33,34%
EMISARIO RIO PISUERGA	50,00%	HOSP.GR.DE LAFERRERE	40,00%
UTE DEPURADORA FERNÁN NUÑEZ	100,00%	BALSA DE VICARIO	70,00%
UTE AVE TRINIDAD	33,34%	UTE ZONA VERDE	60,00%
UTE PLAZA SUR DELICIAS	50,00%	UTE MONUMENTO HISTORICO	60,00%
UTE MACEIRAS REDONDELA	50,00%	UTE ALICANTE I	40,00%
UTE EDIFICIO MEDICINA	50,00%	UTE RIO TURBIO C&S	50,00%
SANEAMIENTO PUERTO DEL CARMEN	70,00%	UTE AVE PORTO-MIAMAN	75,00%
TRAVESIA MARTOS II	50,00%	UTE AYUNTAMIENTO MORALEJA	60,00%
UTE MARBELLA	100,00%	UTE HOSPITAL ZUMARRAGA	80,00%
ABASTECIMIENTO OROPESA	100,00%	UTE TORIO-BERNESGA	50,00%
CARRETERA VALLEHERMOSO-ARURE	70,00%	TOLOSA-HERNIALDE UTE	90,00%
AUTOVIA IV CENTENARIO	70,00%	RMS AEROPUERTO SANTIAGO	50,00%
VIA PRAT LLOBREGAT	25,00%	UTE CEUTA APARCAMIENTO	50,00%
MANTENIMIENTO EDIFICIO MEDIO AMBIENTE	100,00%	UTE CHUAC	50,00%
ACOND.A-495 UTE	60,00%	MTTO. VIA ADIF 2011	50,00%
REDES BCN UTE	50,00%	CONSERVACIÓN CIUDAD REAL	50,00%
UTE PRESA HORNACHUELOS	50,00%	ACONDICIONAMIENTO LOS RODEOS	70,00%
UTE CABREIROS	70,00%	CARCEL DE MENDOZA	50,00%
LOMA LA LATA - OFF	75,00%	COMISARIA TARRAGONA	90,00%
REGADIO DURATON UTE	100,00%	MERCADO DE TARRAGONA	99,90%
UTE 3 EDAR SESEÑA	99,00%	UTE PALENCIA	50,00%
ACOMETIDAS ATEWICC-4	33,33%	MEJORAS TENERIFE SUR	100,00%
CARRETERA LEÓN CEMBRANOS	65,00%	UTE HOSPITAL DEL SUR	40,00%
DRATYP IX UTE	50,00%	UTE L3 ROQUETES	100,00%
T.RENFE 07-CENTRO UTE	50,00%	NUEVO APOYO TERMINAL BARCELONA UTE	100,00%
T.RENFE 07-NORTE UTE	50,00%	UTE VERDUGA	100,00%
UTE PTO.RICO-MOGAN	30,00%	CIS TENERIFE UTE	100,00%
BEATRIZ DE BOBADILLA	100,00%	CENTRO PENITENCIARIO ANDALUCIA ORIENTAL	100,00%
FACULTAD MEDICINA CTCS	50,00%	RIO TURBIO	91,00%
UTE CORONA F.ABAJON	50,00%	UTE EDAR TOMELLOSO	90,00%
MANIPE ASTURIAS	100,00%	UTE MURO	60,00%
RAMBLA ALBOX	70,00%	LOMA LATA ON	75,00%
MANTENIMIENTO COMUNICACION.L9	20,00%	UTE RIO TURBIO OFF	91,00%
METRO-R.METTAS/VAPES	50,00%	CERCANIAS PINTO UTE	40,00%
UTE TUNEL BIELSA	50,00%	UTE VALENCIA 1	50,00%

Anexo IV | UTEs em que participam Sociedades incluídas no Perímetro de Consolidação (Continuação)

Denominação da entidade	Percentagem de participação	Denominação da entidade	Percentagem de participação
UTE IDAM MONCOFA	45,00%	TELEMANDO DE ENERGIA	50,00%
ACTUACIONES MEDIAMBIENTALES AVE	33,34%	UTE BENIDORM	49,00%
UTE LAVACOLLA	55,00%	SUPLIDOS UTE HOSPITAL	40,00%
QATAR	100,00%	UTE LAS TERRAZAS	100,00%
UTE PLANTA ALGAR	99,00%	UTE GIRONA	33,00%
UTE ACCESO PRINCIPE	50,00%	UTE MIERA	50,00%
UTE REMODELACIÓN L3 TMB	40,00%	UTE PRESA MELONARES	50,00%
MANTENIMIENTO UNIVERSIDAD ALCALA HENARES	100,00%	UTE GUADALOPE	50,00%
UTE NUEVO VIAL	50,00%	UTE EMPALME MANACOR	30,00%
AUTOVIA A4 TRAMO MADRID R4	50,00%	LINEA 9 METRO BARCELONA	20,00%
AUTOVIA ARANDA	70,00%	INTERCAMBIADOR SAGRERA	25,00%
UTE FUENTE DE PIEDRA	70,00%	AEROPUERTO CIUDAD REAL UTE	65,00%
UTE VALENCIA III	50,00%	UTE COMAVE	28,33%
MANTENIMIENTO T4 BLOQUE 1	100,00%	SAVE 3	26,20%
MANTENIMIENTO EL MOLAR	100,00%	UTE BALIZAMIENTO	33,33%
UTE GARABOLOS	80,00%	INTEGRACIÓN SISTEMA	33,33%
UTE CORIA-MORALEJA	60,00%	SS/EE LINEA 3 METRO	50,00%
UTE AP7 MAÇANET	55,00%	HOMOGENEIZACION C.P.	100,00%
UTE AVELE	28,00%	UTE ATEWICC 3	33,34%
UTE AVELE 2	28,00%	UTE MUNICIPIOS COSTEROS	100,00%
UTE CABEZA DE BUEY	80,00%	MTTO. INST. EDIFICIO	100,00%
BLOQ.OBSTETRICO HOSP	40,00%	MTTO.INT.DISTRITO SA	100,00%
PSFV EN INGLATERRA.	100,00%	HOSPITAL PRINCIPE ASTURIAS	37,61%
EDIFICIO MUTUA MADRILEÑA	100,00%	RESIDUOS SAN ROQUE	100,00%
TELECONTROL EDARES	60,00%	ISOLLUX, SOMA AND UNITECH MAHARASHTRA CJV	49,50%
UTE COMPOST.ARAZURI	50,00%	ICI -SOMA MAHARASHTRA CJV	50,00%
UTE VICOTEL	50,00%	C&C ICI MEP SERVICES J.V.	50,00%
HOSPITAL DE PARANA	50,00%	ISOLLUX - MAN J.V. UTTAR PRADESH	99,99%
UTE TENIENTE RUIZ	50,00%	I.C.I. - C&C J.V. UTTAR PRADESH	60,00%
UTE PLISAN	50,00%	I.C.I. - C&C J.V. VARANASI	60,00%
UTE VARIANTE ALMANSA	50,00%	I.C.I. - C&C J.V. MAINPURI	74,00%
CONSTRUCCIÓN SUBESTACIONES LINEAS	50,00%		

1

Enquadramento Económico

O produto interno bruto (PIB) da economia espanhola experimentou um ligeiro aumento anual durante 2011 de 0,7%, enquanto que em 2010 sofreu um retrocesso de 0,1%. Em contraste, o PIB da zona euro, durante 2011, experimentou um aumento de 2,7%.

Este mau comportamento é causado por uma queda da procura interna de 1,4%, originada por sua vez por uma forte queda da formação bruta de capital fixo (4,8%), um estancamento do consumo doméstico (0,0%) e uma queda do consumo da Administração Pública (-1,4%). O aumento de 9,0% na exportação de bens e serviços foi o fator que permitiu o aumento do PIB durante o exercício.

O emprego diminuiu 1,9% em relação ao ano anterior, o que causou um forte aumento da taxa de desemprego, passando dos 20,1% de 2010 para os 21,6% em 2011. O índice de preços no consumidor fechou o ano de 2011 em 3,2%, um valor superior aos 1,8% com que fechou o ano de 2010.

Em relação ao investimento, a formação bruta do capital fixo caiu 4,8% em 2011, com um aumento de 2,1% em investimento em maquinaria e bens de equipamento e um forte retrocesso da construção, de 7,8%.

A rápida deterioração da situação económica durante a segunda parte do exercício de 2011 levou a uma sensível correção para baixo das previsões para 2012 e 2013. De facto, tanto o FMI como o Banco de Espanha coincidem em desenhar um cenário recessivo da economia espanhola para 2012.

As últimas previsões publicadas apresentam uma queda do PIB durante 2012 de entre 1% e 2%, com quedas muito sensíveis especialmente no consumo da Administração Pública, pelos ajustes governamentais, e no investimento em construção.

As previsões económicas dos países pertencentes a economias emergentes, onde o Grupo concentra boa parte dos seus investimentos e projetos, são bem mais positivas; o crescimento estimado médio do produto interno bruto no exercício de 2012 para estas economias é de 5,4%, destacando-se as previsões para o Brasil de 3%, e para a Índia de 7%. A importância destes valores é dada pela maior internacionalização do Grupo.

2

Desenvolvimento e evolução do Grupo durante o exercício de 2011

Ao respeito da área de concessões, é de destacar um forte crescimento nos investimentos nos diversos setores nos quais opera esta área. Fatos mencionáveis são os seguintes:

» Estacionamentos: Sempre no território nacional; acontecimentos relevantes são a entrada em exploração de novas concessões de estacionamentos e a realização de investimentos em novas concessões a começar em exercícios posteriores.

» Infraestruturas de energia:

- Significativos investimentos em concessões em desenvolvimento no Brasil.
- Início dos investimentos nos Estados Unidos e na Índia.

» Autopistas:

- Entrada em exploração de Autopista na Índia (Varanasi).
- Entrada em exploração a 100% da autopista de Monterrey-Saltillito no México.
- Entrada em exploração da autopista BR116 no Brasil.
- Significativos investimentos em concessões na Índia, Brasil e México.

» Energia Solar Fotovoltaica: Durante o exercício de 2011 e através de determinadas operações societárias, o Grupo tomou o controle do Grupo T-Solar Global, líder no setor do desenvolvimento e promoção de energia solar fotovoltaica, ao chegar a ostentar a 31 de dezembro de 2011 um 59% das suas participações. Este grupo de empresas realizou fortes investimentos em parques solares fotovoltaicos durante 2011 no Peru, na Índia e na Itália.

Em Construção temos continuado com a nossa presença nacional em setores tradicionais como os de infraestruturas terrestres (ferroviárias e autopistas), dando um forte impulso à nossa presença no mercado externo onde se estão desenvolvendo grandes projetos de infraestruturas em países como México, Argélia e Índia. Na atualidade, o 50% da carteira de projetos do grupo neste setor é internacional.

Na área de Engenharia e Serviços, o exercício caracterizou-se por uma maior presença internacional centrada em grandes projetos internacionais no Setor da Transmissão e Geração de Energia em países como Brasil, Argentina, Estados Unidos e Angola. Como dado relevante, indicar que mais de 80% da carteira de projetos desta área corresponde a projetos situados fora de Espanha.

No geral, é de destacar a cada vez mais forte e importante presença do Grupo no exterior, chegando em 2010 a representar 2/3 da atividade do Grupo, consolidando-se a posição de liderança no mercado nacional.

Evolução dos negócios durante 2011

2.1. Principais Magnitudes

A evolução das principais magnitudes do Grupo durante os exercícios 2011 e 2010 são as seguintes:

Principais Magnitudes	2011	2010	Variação
Dados em milhares de euros			
Total Receitas Operacionais	3.371.940	3.239.786	4,08%
Resultado Consolidado (Antes de Participações não dominantes)	5.476	63.960	(91,44%)
Resultado Operacional	265.893	207.702	28,02%
Resultado Bruto Operacional- EBITDA (1)	392.734	311.198	26,20%
Resultado Financeiro Líquido	(217.280)	(115.721)	87,76%
Dívida afeta a Projetos (2)	2.616.165	1.235.010	111,83%
Dívida Líquida com Entidades de Crédito (3)	690.175	310.513	122,27%
Carteira total (Milhões de Euros)	43.110	30.180	42,84%

(1) Resultado operacional sem considerar amortizações, encargos por perda por imparidade e variação de provisões de tráfico.

(2) Inclui Financiamento de Projetos de Curto e Longo Prazo.

(3) Inclui as dívidas líquidas com entidades de crédito de caixa, equivalente de caixa e depósitos em entidades de crédito a curto prazo.

Observa-se um sensível aumento das receitas operacionais (4,08%) e do EBITDA (26,2%). Destaca o aumento da Carteira em 42,84%, que inclui a incorporação da T Solar no perímetro do Grupo.

2.2. Resultados do Grupo

2.2.1. Evolução da Demonstração de resultados

A evolução da Demonstração do resultado dos exercícios de 2011 e 2010, bem como a variação das magnitudes mais significativas é a seguinte:

Dados em milhares de euros	2011	2010	Variação (%)
Total Receitas operacionais	3.371.940	3.239.786	4,08%
Receitas / Vendas	3.200.700	3.188.740	
Outras Receitas operacionais (1)	173.571	46.012	
Variação de Estoques	(2.331)	5.034	
Despesas Externas e operacionais	(2.600.281)	(2.549.318)	
Despesas de Pessoal	(378.925)	(379.270)	
Resultado Bruto operacional (EBITDA)	392.734	311.198	26,20%
% Sobre Receitas / Vendas	12,27%	9,76%	
Amortizações e cargos por perdas por deterioração	(119.169)	(86.692)	
Variação Provisões Tráfico	(7.672)	(16.804)	
Resultado operacional	265.893	207.702	28,02%
% Sobre Receitas / Vendas	8,31%	6,51%	
Resultado Financeiro Líquido	(217.280)	(115.721)	87,76%
Participação no resultado de sociedades equivalência patrimonial	(15.787)	(7.072)	
Resultado Antes de Impostos	32.826	84.909	(61,34%)
Imposto sobre os lucros	(27.350)	(20.949)	
Resultado do Exercício	5.476	63.960	(91,44%)
Resultado Atribuído a Sócios Externos	(18.593)	805	
Resultado Atribuído aos Acionistas da Sociedade	24.069	63.155	(61,89%)

(1) Inclui os trabalhos realizados por o Grupo para o imobilizado.

2.2.2. Evolução e Composição da Receita

A evolução e a composição durante os exercícios de 2011 e 2010 da Receita é a seguinte:

Dados em milhares de euros	2011	% Sobre Total	2010	% Sobre Total	% 2010-2011
Construção	1.084.485	33,9%	1.305.269	43,7%	(16,9%)
Engenharia e Serviços Industriais	1.653.722	51,6%	1.514.871	50,8%	9,2%
Concessões	323.707	10,1%	163.577	5,5%	97,9%
Outros (1)	138.786	4,4%	205.023	-	-
Total	3.200.700		3.188.740		0,4%

(1) Inclui outros negócios e ajustes de consolidação

Quanto à composição por mercados nacionais e internacionais, a receita do Grupo mostrou a seguinte evolução.

Dados em milhares de Euros	2011	% Sobre Total	2010	% Sobre Total	% 2010-2011
Mercado Nacional	1.214.470	37,9%	1.588.804	49,8%	(23,6%)
Mercado Internacional	1.986.230	62,1%	1.599.936	50,2%	24,1%
América	1.389.171	69,9%	865.835	54,1%	60,4%
Resto Mundo	597.059	30,1%	734.101	45,9%	(18,7%)
Total	3.200.700		3.188.740		0,4%

2.2.3. Evolução e Composição da Margem Bruta Operacional (EBITDA)

A evolução e composição da Margem Bruta Operacional durante os exercícios de 2011 e 2010 foi a seguinte:

Dados em milhares de Euros	2011	% Sobre Total	2010	% Sobre Total	% 2010-2011
Construção	85.870	21,9%	104.712	33,6%	(18,0%)
Engenharia e Serviços Industriais	179.042	45,6%	141.417	45,4%	26,6%
Concessões	180.982	46,1%	112.545	36,2%	60,8%
Outros (1)	(53.160)	(13,6%)	(47.476)	(15,2%)	(1,6%)
Total	392.734		311.198		26,2%

(1) Inclui outros negócios e ajustes de consolidação.

3

Previsões para o Exercício 2012

A contratação do Grupo Isolux Corsán durante o exercício de 2011 superou os 6.729 milhões de euros, dos quais 17% correspondem ao mercado nacional e 83% ao mercado internacional.

A seguir se detalha a composição da contratação de 2011, por área de negócios.

Dados em milhares de euros	2011	% Sobre Total
Construção	903.898	13,4%
Engenharia e Serviços Industriais	2.623.924	39,0%
Concessões	3.066.481	45,6%
Outros Setores	134.916	2,0%
Total	6.729.219	

A carteira total do Grupo a 31 de dezembro de 2011 está situada em 43.110,2 milhões de euros, dos quais 23% correspondem ao mercado nacional e 77% ao internacional.

A seguir, se detalha a carteira por Área de Negócios e a sua evolução em relação a 2010.

Dados em milhares de euros	2011	% Sobre Total	2010	% Sobre Total	% 2010-2011
Construção	3.364.273	7,8%	3.626.434	12,0%	(7,2%)
Engenharia e Serviços Industriais	3.711.196	8,6%	2.731.978	9,1%	35,8%
Concessões	35.805.290	83,1%	23.613.190	78,2%	51,6%
Outros Setores	229.439	0,5%	208.312	0,7%	10,1%
Total	43.110.198		30.179.914		42,84%

Embora o atual enquadramento macroeconómico tanto na Espanha quanto a nível mundial, os valores da carteira do Grupo, antecipam um razoável e moderado otimismo sobre o exercício de 2012. O Grupo Isolux Corsán prevê aumentar a receita mantendo os seus rácios de rentabilidade e geração de caixa durante o exercício 2012.

Entre as adjudicações do Grupo dos primeiros meses de 2012, destacam-se pela sua importância as seguintes:

- ▮ Iniciativa privada para a construção e exploração do parque eólico Loma Blanca 1º (50 mW). Argentina.
- ▮ Plataforma do Corredor Nor-Noroeste de alta velocidade. Linha de alta velocidade Madrid – Galiza.
- ▮ Estrada dupla faixa La Paz – Oruro, IIB + IIA. Bolívia.
- ▮ Corredores Rodoviários Nacionais. Corredor nº 4. Argentina.
- ▮ Provisão chave na mão da instalação de fibra ótica destinada à Rede Federal Argentina. Lanço NEA Sul 1.579 km de rede Argentina.

4

Ações Próprias

Não foi registrado movimento nenhum de ações próprias durante o exercício.

5

Atividades de pesquisa e desenvolvimento

As atividades de concepção, desenho inicial, provas, etc., dos seus novos produtos e serviços, assim como as iniciativas específicas de inovação nos mesmos, independentemente do seu registo e imputação a projetos, são desenvolvidas geralmente pelo pessoal ligado aos diversos departamentos do Grupo e estão enquadradas nos diversos programas de ajudas governamentais, tanto a nível nacional como autonómico.

6

Recursos Humanos

O quadro médio do Grupo no exercício de 2011 situou-se em 8.904 pessoas frente a 7.640 pessoas de quadro médio agregado no exercício 2010. A composição do quadro médio de empregados por categoria profissional é a seguinte:

Categoria	2011	2010
Formados	2.872	2.647
Administrativos	786	794
Operários	5.246	4.199
	8.904	7.640

7

Uso de Instrumentos Financeiros

As atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo estão expostas a diferentes riscos financeiros. As políticas desenvolvidas pelo Grupo Isollux Corsan em relação a estes riscos são baseadas no estabelecimento de derivativos financeiros de hedge de taxas cambiais e taxas de juros.

As operações com derivativos financeiros a 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

a) Operações de hedge de taxas cambiais

Con objeto de cubrir el riesgo cambial, el Grupo tem contratadas operações de hedge através das quais garante:

1. Vender e comprar a prazo dólares dos Estados Unidos (USD) com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por um montante total de 77.620 milhares de USD e 114.255 milhares de USD respetivamente.
2. Comprar a prazo francos suíços contra euros com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por um montante total de 309 milhares de francos suíços respetivamente.
3. Vender a prazo pesos mexicanos contra euros com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por um montante total de 9.837 milhares de pesos mexicanos.
4. Vender a prazo reais catarenses contra euros com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por um montante total de 99.597 milhares de reais catarenses.
5. Vender e comprar a prazo reais brasileiros contra euros e dólares americanos com diferentes datas e por diferentes taxas cambiais por uns montantes totais de 51.409 milhares de reais brasileiros e 23.581 milhares de reais brasileiros, respetivamente.

O efeito de estas operações foi valorado no fechamento do exercício.

b) Operações de hedge de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tem subscrito com várias entidades financeiras contratos de hedge de taxas de juros (swap) contratados a 10 de setembro de 2010, com data da vigência efetiva de 14 de fevereiro de 2011 e com data de vencimento 29 de junho de 2015, que asseguram uma taxa de 2,025% para a dívida de 532.000 milhares de euros, em relação com empréstimos sindicados a longo prazo renovados, ampliados e refundidos com data 29 de junho de 2010 num único contrato de 552.000 milhares de euros que cancela estes e cuja entrada em vigor é de 14 de fevereiro de 2011.

O cancelamento deste empréstimo é efetuado através do seguinte calendário de amortizações;

Data de vencimento	Montante (milhares de Euros)
29/12/2012	11.051
29/06/2013	44.168
29/12/2013	55.183
29/06/2014	66.215
29/12/2014	99.368
29/06/2015	276.015
Total	552.000

O Grupo contratou um "Cross Currency Swap" relacionado com um empréstimo de R\$ 20.000 para converter juros fixos em juros variáveis baseados em DI e para fixar a taxa de câmbio entre o real brasileiro e o dólar americano, com um vencimento do empréstimo em junho de 2013. O valor de mercado dos derivativos a dezembro de 2011 é de R\$2.746.

Além disso, no ano de 2011 estão vigentes as seguintes operações de hedge de taxas de juros:

» **Empréstimos Grupo T-Solar:**

Data contrato: 22 de dezembro de 2008
Montante nocional: 40.557 milhares de euros
Taxa de juros: 3,96%
Vencimento: 31 de dezembro de 2026

Data contrato: 15 de julho de 2008
Montante nocional: 462.724 milhares de euros
Taxa de juros: 5,09%
Vencimento: 31 de dezembro de 2027

Data contrato: 18 de junho de 2009
Montante nocional: 11.098 milhares de euros
Taxa de juros: 4,09%
Vencimento: 18 de junho de 2021

Data contrato: 4 de janeiro de 2009
Montante nocional: 6.572 milhares de euros
Taxa de juros: 4%
Vencimento: 4 de dezembro de 2023

Data contrato: 31 de dezembro de 2010
Montante nocional: 10.673 milhares de euros
Taxa de juros: 3,45%
Vencimento: 20 de dezembro de 2023

Data contrato: 18 de março de 2010
Montante nocional: 2.090 milhares de euros
Taxa de juros: 3,65%
Vencimento: 23 de abril de 2026

Data contrato: 22 de dezembro de 2010
Montante nocional: 22.367 milhares de euros
Taxa de juros: 3,54%
Vencimento: 20 de dezembro de 2023

» **Empréstimo HIXAM:**

Data contrato: 7 de fevereiro de 2007
Montante nocional: 61.395 milhares de euros
Taxa de juros: 4,36%
Vencimento: 29 de dezembro de 2022

» **Empréstimo HIXAM II:**

Data contrato: 13 de janeiro de 2010
Montante nocional: 29.735 milhares de euros
Taxa de juros: 3,6%
Vencimento: 23 de dezembro de 2025

» **Empréstimo Sociedad Concesionaria Zona 8A:**

Data contrato: 25 de fevereiro de 2008
Montante nocional: 7.140 milhares de euros
Taxa de juros: 4,79%
Vencimento: 25 de fevereiro de 2024

» **Empréstimo Infinita Renovables:**

Data contrato: 5 de janeiro de 2010
Montante nocional: 167.368 milhares de euros
Taxa de juros: 3,79%
Vencimento: 30 de dezembro de 2016

» **Empréstimo Concesionaria Saltillo - Monterrey S.A de C.V.:**

Data contrato: 28 de setembro de 2007
Montante nocional: 2.314.546 milhares de pesos mexicanos
Taxa de juro: 8,20%
Vencimento: 30 de maio de 2025

» **Empréstimo Concesionaria Perote-Xalapa S.A de C.V.:**

Data contrato: 13 de fevereiro de 2008
Montante nocional: 1.893.760 milhares de pesos mexicanos
Taxa de juros: 8,20%
Vencimento: 14 de janeiro de 2022

Empréstimo Concesionaria Perote-Xalapa S.A de C.V.:

Data contrato: 18 de agosto de 2011
Montante nocional: 475.000 milhares de pesos mexicanos
Taxa de juros: 5,02%
Vencimento: 14 de dezembro de 2012

» **Empréstimo Sociedad Concesionaria Autovía A4 Madrid S.A.:**

Data contrato: 01 de agosto de 2008
Montante nocional: 28.796 milhares de euros
Taxa de juros: 5,05481%
Vencimento: 16 de junho de 2025

» **Empréstimo Sociedad Concesionaria Autovía A4 Madrid S.A.:**

Data contrato: 01 de agosto de 2008
Montante nocional: 28.796 milhares de euros
Taxa de juros: 5,058%
Vencimento: 16 de junho de 2025

» **Outros Empréstimo / Créditos do Grupo:**

Data contrato: 24 de fevereiro de 2009
Montante nocional: 20.000 milhares de euros
Taxa de juros: 2,47%
Vencimento: 24 de fevereiro de 2012

Data contrato: 23 de junho de 2009
Montante nocional: 20.000 milhares de euros
Taxa de juros: 2,44%
Vencimento: 23 de junho de 2012

Data contrato: 11 de setembro de 2009
Montante nocional: 50.000 milhares de euros
Taxa de juros: 2,66%
Vencimento: 3 de junho de 2013

Data contrato: 29 de abril 2010
Montante nocional: 50.000 milhares de euros
Taxa de juros: 1,97%
Vencimento: 3 de junho de 2013

Data contrato: 22 de Junho de 2010
Montante nocional: 85.000 milhares de euros
Taxa de juros: 1,80%
Vencimento: 18 de junho de 2013

Data contrato: 16 de maio de 2011
Montante nocional: 45.000 milhares de euros
Taxa de juros: 3,05%
Vencimento: 16 de maio de 2015

Data contrato: 28 de junho de 2011
Montante nocional: 57.517 milhares de euros
Taxa de juros: 2,20%
Vencimento: 28 de junho de 2014

Data contrato: 23 de janeiro de 2012
Montante nocional: 13.718 milhares de euros
Taxa de juros: 3,60%
Vencimento: 21 de julho de 2025

Data contrato: 29 de julho de 2011
Montante nocional: 1.899 milhares de euros
Taxa de juros: 1,96%
Vencimento: 31 de março de 2016

Data contrato: 29 de julho de 2011
Montante nocional: 29.157 milhares de euros
Taxa de juros: 3,60%
Vencimento: 31 de março de 2016